Tribunal Superior do Trabalho

Presidência

ATOS DE 28 DE AGOSTO DE 1987

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, RESOLVE:

104-Exonerar, a pedido, o Bel. JORGE ALOISE, Técnico Judiciário, Classe Especial, do Cargo em Comissão de Secretário do Tribunal Pleno, código TST-DAS-102.5, com efeitos a contar de 19 de setembro do corrente ano.

105-Designar a Bel. NEIDE APARECIDA BORGES FERREIRA, Técnico Judiciário, Classe Especial, para, sem prejuízo das suas funções de Diretora da Secretaria da E. 2ª Turma, responder pela Secretaria do Tribunal Pleno, com efeitos a contar de 28 de agosto do corrente ano.

106-Exonerar, a pedido, o Dr. ANTONIO MOREIRA, do Cargo em Comissão de Assessor de Ministro, Código TST-DAS-102.5, do Gabinete do Exmº Sr. Ministro AMÉRICO DE SOUZA, com efeitos a contar de 02 de setembro do corrente ano.

107-Nomear a Drª GLÓRIA JANE GALLI, Técnico Judiciário, para exercer o Cargo em Comissão de Assessor de Ministro, código TST-DAS-102.5, do Gabinete do Exmº Sr. Ministro AMÉRICO DE SOUZA, com efeitos a contar de 02 de setembro do corrente ano.

MARCELO PIMENTEL
Ministro

Secretaria do Tribunal Pleno

PROCESSO Nº TST-E-RR-632/82.

EMBARGANTE: BANCO BAMEERINDUS DO BRASIL S/A
ADVOGADO : DR. MÁRCIO GONTIJO
EMBARGADO : ANTONIO LUIZ TEIXEIRA DA FONSECA
ADVOGADO : DR. JOSÉ TÓRRES DAS NEVES

D E S P A C H O

"A Eg. 3a. Turma entendeu que o anuênio sofre incidência da Lei 6.708/79, integrando seu valor o salário do bancário para fins de cálculo da gratificação de função (fls. 130/132).

Opostos embargos declaratórios, resolveu a Turma rejeitá-los (fl. 138).

Vem de embargos o Banco, sustentando que a gratificação deve ser calculada apenas sobre o salário básico sem acréscimo do anuênio e que este, por ser condição especial de trabalho, não pode sofrer o reajuste semestral da Lei 6.708/79, nos termos de jurisprudência que transcreve.

O parecer do Ministério Público é pelo provimento do recurso No que se refere ao reajuste semestral do anuênio, os embargos estão inibidos pelo Enunciado nº 181 desta-Corte.

O mesmo ocorrendo quanto à forma de cálculo da gratificação de função, ou em que a Eg. Turma entendeu que o anuênio compõe o valor da referida gratificação. Desta vez os embargos encontram óbice no Enunciado nº 203 da Súmula deste TST.

Com fundamento nos Enunciados nºs 181 e 203 da Súmula do Tribunal e supedâneo no art. 9º, da Lei 5.584/70, nego prosseguimento ao recurso.

Publique-se.

Brasília, 27 de agosto de 1987.

(a) JOSÉ CARLOS DA FONSECA - Ministro Relator."

PROCESSO E-RR-1483/84

EMBARGANTE: BENTO PAIXÃO COELHO NETO
Advogado: Dr. José Tórrres das Neves
EMBARGADO: BANCO SUL BRASILEIRO S/A E INSTITUTO ASSISTENCIAL SULBANCO (IAS)
Advogado: Dr. José Alberto Couto Maciel

D E S P A C H O

"Atenda-se o requerido pelo embargado às fls. 304.

Intime-se.

Brasília, 28 de agosto de 1987.

(a) NORBERTO SILVEIRA DE SOUZA - Ministro Relator."

Processo nº TST-RO-AR-750/85.2

Recorrente: MARIA ANATÁLIA SOARES DA SILVA
Advogado: Dr. Ulisses Riedel de Resende
Recorrida: AUTO COMÉRCIO E INDÚSTRIA ACIL LTDA.
Advogado: Dr. Carlos Ferreira Onofre

D E S P A C H O

"Considerando os ofícios de fls. 160 e 161 e a xerocópia de fls. 162 e 163, relativa ao acordo celebrado entre as partes, no qual se incluiu o

objeto da presente rescisória, registro a ocorrência e determino a baixa dos autos à instância de origem.

Publique-se.

Brasília, 27 de agosto de 1987.

(a) MENDES CAVALEIRO - Ministro Relator."

PROCESSO E-RR-394/82

EMBARGANTE: MINERAÇÃO MORRO VELHO S/A
Advogado: Dr. Carlos Odorico Vieira Martins
EMBARGADO: RAIMUNDO DA SILVA PRADO
Advogado: Dr. Alino da Costa Monteiro

D E S P A C H O

"Prossiga-se.

Brasília, 25 de agosto de 1987.

MARCELO PIMENTEL

Ministro-Presidente do Tribunal Superior do Trabalho

PROCESSO E-RR-6190/85.8

EMBARGANTE: BANCO BRASILEIRO DE DESCONTOS S/A- BRADESCO
Advogado: Dr. Lino Alberto de Castro
EMBARGADO: CARLOS GONÇALVES DE CASTRO
Advogado: Drª Celita Carmen Corso

D E S P A C H O - proferido pelo Exmº Sr. Ministro Relator na petição TST-nº-TST-12891/87.6 -

"Junte-se.

Através de petição de fls. , o advogado José Carlos da Silva Arouca renuncia os poderes a ele conferidos pelo Reclamante, esclarecendo que a renúncia é pessoal, não envolvendo os demais advogados constituídos no instrumento de procuração de fls. 05.

Defiro. Publique-se, para efeito intimatório.

Brasília, 25 de agosto de 1987.

(a) AURÉLIO MENDES DE OLIVEIRA - Ministro Relator."

TST-E-RR-4724/80

Embargante: CIA. DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP.

Advogado: Drª Maria Cristina Paixão Côrtes.

Embargado: ORLANDO SOARES.

Advogado: Dr. Riscalla Abdala Elias.

D E S P A C H O

Junte a Reclamada, ora Embargante, cópia autenticada do recibo a que se refere a cláusula 3ª, do acordo de fls. 217/218, quitando o pagamento previsto na cláusula 2ª para o dia 30 de junho próximo passado.

Prazo de 5 (cinco) dias.

Publique-se.

Brasília, 28 de agosto de 1987.

(a) JOSÉ AJURICABA - Ministro Relator

PROC. Nº TST-RR-1983/87.8

RECURSO DE REVISTA

Recorrente: BANCO NACIONAL S/A
Advogado : Dr. Armino da C. Teixeira Ribeiro
Recorrido : WALDIR DA SILVA MUNIZ
Advogado : Dr. José Tórrres das Neves

2ª Região

D E S P A C H O

1. Recebo a petição de fls. 78 como desistência do recurso interposto.

2. Baixem os autos à instância de origem para homologação do acordo.

3. Publique-se.

Brasília, 24 de agosto de 1987.

MARCELO PIMENTEL
Ministro-Presidente do Tribunal Superior do Trabalho

TST-RR-00547/87.7

RECORRENTE: HELENO O REI DA SUSPENSÃO
Advogado : Dr. Rinaldo Pedrosa Saraiva
RECORRIDO : JOANAIR JOAQUIM DA SILVA
Advogado : Dr. Aldenon E. de Oliveira

6ª Região

D E S P A C H O

1. Tendo em vista a petição de fls. 55 na qual se requer de sistência do recurso interposto, baixem os autos à instância de origem.

2. Publique-se.

Brasília, 27 de agosto de 1987.

MARCELO PIMENTEL
Ministro-Presidente do Tribunal Superior do Trabalho

PROC. Nº TST-RR-1721/87.4

RECURSO DE REVISTA

Recorrente: ANTONIO PRATS MASÓ E COMPANHIA LTDA
 Advogado : Dr. José Francisco Palopoli Júnior
 Recorrido : ATÍLIO TADEU SCARONI
 Advogado : Dr. João José de Albuquerque

2ª Região

D E S P A C H O

1. Tendo em vista a petição de fls. 87 que noticia acordo e na qual se requer a desistência do recurso interposto, baixem os autos à instância de origem, para homologação do acordo.

2. Publique-se.
 Brasília, 24 de agosto de 1987.

MARCELO PIMENTEL
 Ministro-Presidente do
 Tribunal Superior do Trabalho

TST-RO-AR-00538/86.1

RECORRENTE: D. BRUXEL E COMPANHIA LTDA.
 Advogado : Dr. Tailor R. Chaves
 RECORRIDO : PAULO JOSÉ BILDHAUER
 Advogado : Dr. Carlos Funck Acosta
 4ª Região

D E S P A C H O

1. Tendo em vista a desistência do recurso (fls. 234/235), baixem os autos à instância de origem.

2. Publique-se.
 Brasília, 27 de agosto de 1987.

MARCELO PIMENTEL
 Ministro-Presidente do
 Tribunal Superior do Trabalho

PROC. Nº TST-RO-DC-0472/86.5

Recorrente: SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA - SESI
 Advogado : Dr. Hugo Mósca
 Recorrido : SINDICATO DOS PROFESSORES DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
 Advogado : Dr. Ulisses Riedel de Resende

1ª Região

D E S P A C H O

1. Notifique-se o Sindicato dos Professores do Município do Rio de Janeiro da renúncia do mandato manifestada por Humberto Jansen Madrado e Cláudia Maria Beatriz Silva Duranti, na forma do art.45, do CPC.

2. Publique-se.
 Brasília, 24 de agosto de 1987.

MARCELO PIMENTEL
 Ministro-Presidente do
 Tribunal Superior do Trabalho

PROC. Nº TST-RO-MS- 392/87.4

Recorrente: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA
 Advogado : Dr. Cássio Mesquita Barros
 Recorrido : NILSON SÉRGIO BARBOSA
 Advogada : Drª Eliana Borges Cardoso

2ª Região

D E S P A C H O

1. Recebo a petição de fls. 243 como desistência do recurso interposto.

2. Baixem os autos à instância de origem.
 3. Publique-se.
 Brasília, 26 de agosto de 1987.

MARCELO PIMENTEL
 Ministro-Presidente do
 Tribunal Superior do Trabalho

TST-AI-7026/86.7

AGRAVANTE: SISAL - IMOBILIÁRIA SANTO AFONSO S/A
 Advogado : Dr. João Bellini
 AGRAVADO : ADÃO DA SILVA OLIVEIRA
 Advogada : Dra. Silvia D. de Almeida
 4ª Região

D E S P A C H O

1. Tendo em vista o expediente de fls. 38/41, baixem os autos à instância de origem.

2. Publique-se.
 Brasília, 24 de agosto de 1987.

MARCELO PIMENTEL
 Ministro-Presidente do
 Tribunal Superior do Trabalho

PROC. Nº TST-AI-2501/87.2

AGRAVO DE INSTRUMENTO

Agravante: COMPANHIA DOCAS DE IMBITUBA
 Advogada : Dra. Maria Cristina I. Paixão Côrtes

Agravado : SALVADOR CAMPOS
 Advogado : Dr. Eduardo Luiz Mussi

12ª Região

D E S P A C H O

1. Recebo a petição de fls. 24/25 como desistência do recurso interposto.

2. Baixem os autos à instância de origem para homologação do acordo.
 3. Publique-se.
 Brasília, 24 de agosto de 1987.

MARCELO PIMENTEL
 Ministro-Presidente do
 Tribunal Superior do Trabalho

TST-AI-04163/87.9

AGRAVANTE: BANCO MERCANTIL DE SÃO PAULO S/A
 Advogado : Dr. Regilene Santos do Nascimento
 AGRAVADO : ELI DOMINGUES GUIMARÃES
 Advogado : Dr. Antonio Leonel de Almeida Campos
 10ª Região

D E S P A C H O

1. Tendo em vista a desistência do recurso, manifestada a fls. 48, baixem os autos à instância de origem.

2. Publique-se.
 Brasília, 27 de agosto de 1987.

MARCELO PIMENTEL
 Ministro-Presidente do
 Tribunal Superior do Trabalho

TST-AI-08020/86.0

AGRAVANTE: RASA - REFRIGERANTES DA AMAZÔNIA S/A
 Advogado : Dr. José Gilvandro Raposo da Câmara
 AGRAVADO : RAIMUNDO NONATO PEREIRA
 Advogado : Dr. Romildo Bentes Campos
 11ª Região

D E S P A C H O

1. Recebo a petição de fls. 39 como desistência do recurso interposto.

2. Baixem os autos à instância de origem para homologação do acordo.
 3. Publique-se.
 Brasília, 27 de agosto de 1987.

MARCELO PIMENTEL
 Ministro-Presidente do
 Tribunal Superior do Trabalho

TST-AI-08452/86.5

AGRAVANTE: TOBIAS BARRETO DE SANTANA
 Advogado : Dr. Aldo Amorim Silva Maia
 AGRAVADAS: ALZIRA MARIA DA PAZ E OUTRA
 Advogado : Dr. Heliomar Queiroz Mafra
 6ª Região

D E S P A C H O

1. Tendo em vista a desistência do recurso, manifestada a fls. 40, baixem os autos à instância de origem.

2. Publique-se.
 Brasília, 27 de agosto de 1987.

MARCELO PIMENTEL
 Ministro-Presidente do
 Tribunal Superior do Trabalho

PROC. Nº TST-AI-0626/87.6

AGRAVO DE INSTRUMENTO

Agravante: UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S/A
 Advogada : Dra. Evangélia Vassiliou Beck
 Agravada : CARMEN REGINA RODRIGUES NUNES
 Advogado : Dr. José Tórres das Neves
 4ª Região

D E S P A C H O

1. Recebo a petição de fls. 53/54 como desistência do recurso interposto.

2. Baixem os autos à instância de origem.
 3. Publique-se.
 Brasília, 24 de agosto de 1987.

MARCELO PIMENTEL
 Ministro-Presidente do
 Tribunal Superior do Trabalho

TST-RR-03392/87.7

RECORRENTE: BANCO MERIDIONAL DO BRASIL S/A
 Advogado : Dr. Germano Adolfo Bess
 RECORRIDO : LUIZ FERNANDO DE LIMA
 Advogado : Dr. Vanderlei Antonio Marin
 12ª Região

D E S P A C H O

1. Tendo em vista a petição de fls. 128/129 que noticia acordo e na qual se requer a desistência do recurso interposto, baixem os autos à instância de origem, para homologação do acordo.

2. Publique-se.

Brasília, 27 de agosto de 1987.

MARCELO PIMENTEL
Ministro-Presidente do
Tribunal Superior do Trabalho

PROC. Nº TST-RR-2837/86.5RECURSO DE REVISTA

Recorrente: FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
Advogada : Dra. Liliãni Allodi (Procuradora Estadual)
Recorrida : MARIA EUGÊNIA DONADÃO PASCHOAL
Advogado : Dr. Raul Schwinden

2ª Região

D E S P A C H O

1. Tendo em vista a concordância da reclamada manifestada a fls. 101, homologo a desistência da ação requerida pela reclamante a fls. 96.

2. Baixem os autos à instância de origem.

3. Publique-se.

Brasília, 24 de agosto de 1987.

MARCELO PIMENTEL
Ministro-Presidente do
Tribunal Superior do Trabalho

ES - nºs 121/87.4, 122/87.1, 123/87.8, 124/87.6 e 137/87.1

(TST-P-12419/87.9, 12420/87.6, 12421/87.3, 12422/87.1 e 12900/87.5)

EFETOS SUSPENSIVO

Requerentes: ESPORTE CLUBE PINHEIROS E ASSOCIAÇÃO RECREATIVA ESPORTIVA LONDRINENSE-AREL, CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS ADVOGADOS - SEÇÃO DO PARANÁ, FUNDAÇÃO TEATRO GUAÍRA, FUNDAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ PARA O DESENVOLVIMENTO DA CIÊNCIA, DA TECNOLOGIA E DA CULTURA, GRÊMIO BENEFICENTE DOS EMPREGADOS DAS INDÚSTRIAS KLABIN DO PARANÁ E OUTROS
Advogado : Drs. Carlos Oswaldo M. Andrade, Rogério Distéfano, Neuri Barbieri, Carlos Freire Faria e Paulo César Gontijo
Requerido : SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ENTIDADES CULTURAIS, RECREATIVAS, DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DE ORIENTAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL NO ESTADO DO PARANÁ - SENALBA

9ª Região

D E S P A C H O

Os requerentes acima enumerados pleiteiam seja atribuído efeito suspensivo aos recursos ordinários interpostos nos autos da revisão de dissídio coletivo nº TRM-RDC-16/86, da Nona Região.

Considerando que os pedidos têm por objeto recursos apresentados contra a mesma decisão, determinei fossem apensados.

1. O Esporte Clube Pinheiros e a Associação Recreativa Esportiva Londrinense-AREL solicitam seja atribuída a suspensão relativamente às seguintes condições:

Cláusula 6.8 - Uniformes - "...Obrigatoriedade de fornecimento de uniforme ou equipamento de trabalho exigíveis para a atividade, por força de lei ou por deliberação do empregador, gratuitamente" (fls. 46/47 do ES-121/87.4).

Como posta, a condição não colide com a jurisprudência deste Tribunal.

Indefiro.

Cláusula 6.9 - Estabilidade do acidentado - "...Garantia de emprego e de salário até sessenta dias após o empregado retornar ao trabalho de alta acidentária, no sentido de garantir sua readaptação" (fls. 47).

Atualmente, o Pleno tem concedido tal benefício.

Indefiro.

Cláusula 6.11 - Férias proporcionais - "...No caso de pedido de demissão, o empregado com menos de doze meses e mais de seis meses de serviço, sem computar o prazo de aviso prévio, terá direito a férias proporcionais na base de 1/12 (um doze avos) por mês de serviço efetivo ou fração superior a 14 dias" (fls. 47).

O estipulado na cláusula contraria o Enunciado nº 261 desta Casa.

Defiro.

Cláusula 8.6 - Estabilidade no emprego - "...Durante a vigência desta decisão normativa todo empregado terá estabilidade de emprego, salvo nas dispensas determinadas por motivos técnicos, econômicos ou financeiros, previamente demonstrado e as dispensas individuais fundamentadas em justa causa ou motivo de força maior, sob pena de reintegração do empregado com todas as garantias do período de afastamento, que será considerado como de efetiva prestação de serviço, com eficácia a partir desta data, excluídos os contrários a termo" (fls. 48).

Recentemente, o Pleno deferiu garantia de emprego por três meses a partir da publicação do acórdão proferido em recurso ordinário (RO-DC-453/86.6, Ac.TP-1170/87, DJU de 07/08/87). Na esteira de tal jurisprudência, defiro o pedido no que extrapolar noventa dias da publicação do acórdão regional.

Cláusula 8.12 - Folga em um domingo - "...Nos serviços que exigam trabalho aos domingos, será estabelecida escala de revezamento,

mensalmente organizada, de modo que cada empregado, pelo menos uma vez ao mês tenha sua folga coincidente com o domingo" (fls. 48).

O art. 1º, da Lei nº 605/49, apenas estabelece preferência em relação à folga em um dos domingos e não obrigatoriedade. Defiro.

Cláusula 8.17 - Início das férias - "...O início das férias coletivas ou individuais não poderá coincidir com sábados, domingos, feriados ou dias já compensados" (fls. 49).

Consoante o art. 136, da CLT, a época da concessão das férias será a que melhor atenda aos interesses do empregador; mas, há de se respeitar, também, o interesse do empregado.

Indefiro.

O pedido de informação, sobre o presente efeito suspensivo, ao SENALBA não tem apoio em lei, além de desnecessário em face da publicação no Diário da Justiça da União.

2. A Caixa de Assistência dos Advogados - Seção do Paraná requer a concessão de efeito suspensivo quanto às cláusulas 6.6 e 8.6.

Cláusula 6.6 (7.5) - "...Os estabelecimentos em que trabalharem pelo menos trinta mulheres, com mais de 16 anos de idade, que não tenham local apropriado, nem mantenham creches, diretamente ou mediante convênio, onde seja permitido às empregadas guardar sob vigilância e assistência os seus filhos no período de amamentação, indenizarão mensalmente as despesas até 20% (vinte por cento) do salário mínimo regional, às mesmas, comprovadamente contraídas em creches particulares até que seus filhos completem seis meses de idade" (fls. 42 do ES-122/87.1).

Na esteira da legislação, a jurisprudência determina a manutenção de creches ou convênio, exigindo um mínimo de trinta mulheres empregadas. Assim, a imposição contida na cláusula está aquém do que vem sendo concedido.

Indefiro, até o julgamento do recurso ordinário pelo Pleno.

No que tange à cláusula 8.6 (estabilidade no emprego), já foi examinada no pedido anterior, ao qual me reporto, deferindo em parte.

3. A Fundação Teatro Guaíra requer a suspensão, tão-só, no concernente à cláusula 8.6 (estabilidade no emprego) e a Fundação da Universidade Federal do Paraná para o Desenvolvimento da Ciência, da Tecnologia e da Cultura, quanto às de nºs 6.6 e 8.6. Ambas já foram objeto dos pedidos anteriores e, reportando-me aos mesmos fundamentos, defiro a suspensão, em parte, apenas, quanto à estabilidade no emprego (8.6).

4. O Grêmio Beneficente dos Empregados das Indústrias Klabin e outros requerem efeito suspensivo quanto às cláusulas 8.6 (estabilidade), 6.11 (férias proporcionais), 6.6 (creches) e 6.3 (produtividade). As três primeiras já foram examinadas nos pedidos anteriores, aos quais me reporto.

Cláusula 6.3 - "...Concede-se aumento a título de produtividade, de 4% (quatro por cento), a incidir sobre os salários reajustados em 1º de novembro de 1986" (fls. 40).

O Decreto-lei nº 2284/86 retirou desta Justiça a competência para estabelecer índice de produtividade não negociado. Defiro.

Do exposto, atribuo efeito suspensivo às cláusulas 6.3, 6.11, 8.6 (em parte) e 8.12.

Publique-se e oficie-se ao Tribunal Regional do Trabalho da Nona Região.

Brasília, 21 de agosto de 1987.

MARCELO PIMENTEL
Ministro-Presidente do
Tribunal Superior do Trabalho

ES-127/87.8
(TST-P-12479/87.8)EFETO SUSPENSIVO

Requerente: PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO
Advogada : Dra. Cnêa Cimini Moreira de Oliveira (Procuradora Regional)

Requeridos: SINDICATO DAS ENTIDADES MANTENEDORAS DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO SUPERIOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E SINDICATO DOS PROFESSORES DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

1ª Região

D E S P A C H O

Ante a deflagração de movimento paredista, em maio do corrente ano, por parte dos empregados filiados ao Sindicato dos Professores do Município do Rio de Janeiro, requereu a Procuradoria Regional do Trabalho da Primeira Região instauração de dissídio coletivo, nele figurando, como suscitados, os Sindicatos ora requeridos, pretendendo fosse declarado ilegal o movimento grevista, eis que inobservados os requisitos, estabelecidos na Lei nº 4330/64, para o exercício do direito de greve.

O Segundo Grupo de Turmas do Tribunal Regional do Trabalho da Primeira Região decidiu pela legalidade da greve, ao seguinte entendimento:

"Inaplicável, por ab-rogada, a Lei 4330/64 editada para regulamentar a Constituição de 1946 e não a atual. Não sendo a categoria dos professores incluída no Dec.-Lei nº 1632/78 como atividade essencial aplica-se o Preceito Constitucional contido no art. 165 XXI restando em consequência a greve tida como legal, de vez que, aspectos formais e medidas burocráticas descritas em lei sem aplicação à espécie não têm o condão regulamentador que a Constituição não pede. Também faticamente não se pode sustentar a aplicação da Lei 4330/64 desrespeitada diária, pública e notoriamente pelo poder executivo de vez que esvaziado seu conteúdo social, tornando mera norma abstrata" (fls. 08).

Inconformada com essa decisão, interpôs recurso ordinário a Procuradoria (fls. 03/07), alegando preliminar de nulidade do acórdão.

dão recorrido, pois, com base em normas regimentais, o Grupo de Turmas seria incompetente para apreciar matéria relativa à inconstitucionalidade. Sustenta que não competiria ao Grupo de Turmas a revogação de qualquer lei. Poderia, apenas, suscitar sua inconstitucionalidade, mas o feito deveria ficar suspenso até que o Tribunal Pleno se pronunciasse a respeito.

Às fls. 02, a Procuradoria encaminha à esta Corte "petição e documentos referentes ao recurso ordinário com preliminar de nulidade no TRT-DC-207/87", pretendendo deferimento de efeito suspensivo àquele apelo.

Entretanto, não procede o pedido, pois o despacho em efeito suspensivo não é o meio próprio para se examinar questão preliminar, argüida no recurso ordinário. Será a mesma devidamente apreciada pelo Tribunal Pleno, quando julgar o apelo ordinário.

Indefiro o pedido.

Publique-se.

Brasília, 13 de agosto de 1987.

MARCELO PIMENTEL
Ministro-Presidente do
Tribunal Superior do Trabalho

ES - 170/87.2

(TST-P-14.125/87.1)

EFEITO SUSPENSIVO

Requerente: MINERAÇÃO MORRO VELHO S/A.

Advogados: Drs. João Bosco Leopoldino da Fonseca e Caio Luiz de Almeida Vieira de Mello

Requerido: SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DE EXTRAÇÃO DO OURO E METAIS PRECIOSOS DE NOVA LIMA

3a. Região

D E S P A C H O

O patrono da requerente não possui procuração nos autos. Concedo-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a fim de que apresente o instrumento de mandato, sob pena de inexistência do pedido.

Publique-se.

Brasília, 24 de agosto de 1987.

MARCELO PIMENTEL
Ministro-Presidente do
Tribunal Superior do Trabalho

ES - 168/87.6

(TST-P-13934/87.1)

EFEITO SUSPENSIVO

Requerente: PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA PRIMEIRA REGIÃO

Advogado: Dr. Carlos Affonso Carvalho de Fraga (Procurador-Regional)

Requeridos: SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE ITAPERUNA E SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DE ITAPERUNA

1ª Região

D E S P A C H O

A Procuradoria Regional do Trabalho da Primeira Região requer a concessão de efeito suspensivo ao recurso ordinário interposto contra a decisão homologatória de acordo celebrado nos autos do dissídio coletivo nº TRT-DC-149/87, no que se refere à cláusula 18ª, de seguinte teor:

"As empresas se comprometem a efetuar em folha de pagamento de seus empregados, associados do Sindicato e desde que pelos mesmos autorizados, o desconto da contribuição equivalente a 1% (hum por cento), do salário mínimo, relativo a mensalidade social, recolhendo o seu valor mensalmente, até o dia 10 de cada mês ao Sindicato dos Comerciantes" (fls. 08).

O Pleno desta Corte tem decidido, em regra, pela manutenção das condições acordadas. Entendo, entretanto, que, mesmo em se tratando de acordo, é indispensável a subordinação do desconto à não oposição do empregado.

Assim, defiro parcialmente a suspensão, para garantir ao empregado o direito de se opor ao desconto, que deverá incidir sobre o primeiro pagamento reajustado, até 10 (dez) dias antes da efetivação do pagamento.

Pelo exposto, dou efeito suspensivo, em parte, à cláusula 18ª.

Publique-se e oficie-se ao Tribunal Regional do Trabalho da Primeira Região.

Brasília, 21 de agosto de 1987.

MARCELO PIMENTEL
Ministro-Presidente do
Tribunal Superior do Trabalho

ES - 155/87.2

(TST-P-13350/87.8)

EFEITO SUSPENSIVO

Requerente: FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - FIESP

Advogado: Dr. Eduardo José Marçal

Requerido: SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE MOGI DAS CRUZES

2ª Região

D E S P A C H O

A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP requer seja atribuído efeito suspensivo ao recurso ordinário que in-

terpôs contra a decisão coletiva proferida no processo TRT-DC-4087/86-A, no que se refere às seguintes cláusulas:

2ª) "... determinar a correção do salário normativo pré-existente, nas mesmas condições estipuladas na cláusula 1ª desta sentença" (fls. 21), ou seja, na base de 100% da variação do IPC.

O Regional não estabeleceu salário normativo, mas, tão-somente, concedeu a correção do salário existente na base de 100% (cem por cento) da variação acumulada do IPC, dentro dos limites do que é atribuído por esta Corte. Indefiro o pedido, desde que ressalvada a compensação dos aumentos concedidos, inclusive dos chamados "gatilhos salariais".

3ª) "... conceder aumento a título de produtividade, de 4% ..." (fls. 21).

Defiro, de vez que o Decreto-lei nº 2.284/86 retirou desta Justiça a competência para estabelecer índice de produtividade não negociado.

4ª) "... estabelecer como percentual de horas extras, o adicional de 50% para as duas primeiras horas e de 100% nas demais ..." (fls. 21).

O Pleno desta Corte tem concedido o adicional de até 100% (cem por cento) para todas as horas extraordinárias. Indefiro.

5ª) "... conceder indenização em caso de morte quando do trabalho em horas extras, no montante de 10 salários ..." (fls. 217/22).

Defiro o efeito suspensivo, tendo em vista que a condição está ao desabrigo da jurisprudência desta Casa, extrapolando o poder normativo da Justiça do Trabalho.

6ª) "... determinar que o início das férias não coincida com sábados, domingos ou feriados ..." (fls. 22).

O art. 136, da CLT, dispõe que a época da concessão das férias será a que melhor atenda aos interesses do empregador. Mas, há de se respeitar também o interesse do empregado. Indefiro.

7ª) "... deferir a elaboração de listas de férias, que atendam aos desejos de cada um dos empregados, no mês de dezembro, para validade no ano seguinte, desde que não prejudique o andamento normal dos serviços; o cancelamento das férias dará direito ao pagamento das despesas já feitas pelo empregado para gozo do descanso ..." (fls. 22).

Defiro o efeito quanto às listas de férias, eis que a condição, como posta, colide com o disposto no art. 136, da CLT. No tocante ao cancelamento das férias, trata-se de imposição justa, pelo que indefiro o efeito neste particular.

8ª) "... estabelecer a multa de 20% do maior valor de referência, por empregado, nos casos de infração de quaisquer das cláusulas da presente sentença, revertendo-se o montante em favor da parte prejudicada ..." (fls. 22).

Esta Casa admite a multa por descumprimento das obrigações de fazer, no importe de 20% (vinte por cento) do valor-referência, em favor do empregado prejudicado. Assim, defiro o pedido, apenas, quanto às obrigações que não sejam de fazer.

9ª) "... conceder desconto assistencial de 3% dos salários dos empregados associados ou não, de uma só vez e quando do primeiro pagamento dos mesmos já reajustados, em favor da entidade de trabalhadores, montante esse a ser recolhido em conta vinculada sem limite à Caixa Econômica Federal; igualmente, conceder a contribuição assistencial patronal, como requerida às fls. 75/76 dos presentes autos ..." (fls. 22).

Defiro parcialmente o pedido, para garantir ao trabalhador o direito de se opor ao desconto até 10 (dez) dias antes do primeiro pagamento reajustado.

10ª) "... garantir o pagamento ao empregado substituto do mesmo salário percebido pelo empregado substituído ..." (fls. 22/23).

Defiro parcialmente o efeito, apenas em relação às substituições meramente eventuais, em conformidade com o Enunciado nº 159 desta Corte.

11ª) "... conceder estabilidade ao empregado em idade de prestação do serviço militar, desde o alistamento, até 60 dias após o desligamento ..." (fls. 23).

Recentíssimas decisões do Pleno têm concedido estabilidade provisória no emprego, desde a incorporação até 30 (trinta) dias após a baixa. Assim, defiro, apenas, no que exceder o prazo de 30 (trinta) dias após o desligamento do serviço militar.

Pelo exposto, dou efeito suspensivo às cláusulas 2ª (em parte), 3ª, 5ª, 7ª (em parte), 8ª (em parte), 9ª (em parte), 10ª (em parte) e 11ª (em parte).

Publique-se e oficie-se ao Tribunal Regional do Trabalho da Segunda Região.

Brasília, 26 de agosto de 1987.

MARCELO PIMENTEL
Ministro-Presidente do
Tribunal Superior do Trabalho

ES - 147/87.4

(TST-P-13115/87.1)

EFEITO SUSPENSIVO

Requerente: PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA PRIMEIRA REGIÃO

Advogado: Dr. Carlos Affonso Carvalho de Fraga (Procurador Regional)

Requeridos: SINDICATO DOS EMPREGADOS DE EDIFÍCIOS DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO E SINDICATO DAS EMPRESAS DE COMPRA, VEN

DA, LOCAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEIS RESIDENCIAIS E
COMERCIAIS DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

1ª Região

D E S P A C H O

A Procuradoria Regional do Trabalho da Primeira Região requer a concessão de efeito suspensivo ao recurso ordinário interposto contra a decisão homologatória de acordo celebrado nos autos do dissídio coletivo nº TRT-DC-95/87, no que se refere à cláusula 7ª, de seguinte teor:

"Estabelecer o desconto da Contribuição Assistencial de um dia da remuneração já reajustada, percebida pelo empregado no mês de março de 1987, quantia essa aprovada em Assembléia-Geral Extraordinária. Esta importância deverá ser recolhida pelos empregadores diretamente ao Sindicato, até o último dia do mês subsequente ao desconto. O não cumprimento acarreta ao empregador os acréscimos fixados pela legislação pertinente ao recolhimento da Contribuição Sindical" (fls. 07/08).

O Pleno desta Casa tem decidido, em regra, pela manutenção das condições acordadas. Entendo, entretanto, que, mesmo em se tratando de acordo, é indispensável a subordinação do desconto à não oposição do empregado.

Assim, defiro parcialmente a suspensão, para garantir ao empregado o direito de se opor ao desconto até 10 (dez) dias antes do primeiro pagamento reajustado.

Pelo exposto, dou efeito suspensivo, em parte, à cláusula 7ª.

Publique-se e oficie-se ao Tribunal Regional do Trabalho da Primeira Região.

Brasília, 12 de agosto de 1987.

MARCELO PIMENTEL
Ministro-Presidente do
Tribunal Superior do Trabalho

PROC. Nº TST-RR-7814/86.2

RECORRENTES: MARIA ANTONIETA WOLFF DE CARVALHO E OUTROS

Advogado : Dr. Flávio Olivé Malhadas

RECORRIDO : ESTADO DO PARANÁ

Advogado : Dr. Roland Hasson

9ª Região

D E S P A C H O

1. Tendo em vista a petição de fls. 169 na qual se requer desistência do recurso interposto, baixem os autos à instância de origem.

2. Publique-se.

Brasília, 18 de agosto de 1987.

MARCELO PIMENTEL
Ministro-Presidente do
Tribunal Superior do Trabalho

PROC. TST-AI-8792/86.3

AGRAVO DE INSTRUMENTO

AGRAVANTE: ESTADO DO PARANÁ

Advogado : Dr. Roland Hasson

AGRAVADOS: MARIA ANTONIETA WOLFF DE CARVALHO E OUTROS

Advogado : Dr. Julio Assumpção Malhadas

9ª Região

D E S P A C H O

1. Admitido o recurso de revista dos reclamantes, interpôs o reclamado recurso adesivo.

2. Trancada a revista adesiva, interpôs a reclamada o presente agravo de instrumento.

3. Os reclamantes desistiram da revista conforme se vê de fls. 169 do RR-7814/86.2.

4. Tendo em vista o disposto no inciso III, do art. 500, do CPC, resta prejudicado o exame do presente agravo de instrumento.

5. Baixem os autos à instância de origem.

6. Publique-se.

Brasília, 18 de agosto de 1987.

MARCELO PIMENTEL
Ministro-Presidente do
Tribunal Superior do Trabalho

RELAÇÃO DOS PROCESSOS SORTEADOS AOS EXMºS. SENHORES MINISTROS DO TRIBUNAL PLENO. Em 27 de agosto de 1987.

Processo RO-AR-33/86.9, Relator o Sr. Ministro Hélio Regato e Revisor o Sr. Ministro Ranor Barbosa. Interessados: Universal Companhia de Seguros Gerais e Sindicato dos Empregados em Empresas de Seguros Privados e Capitalização e de Agentes Autônomos de Seguros Privados e de Crédito do Estado do Rio de Janeiro. (Adv. Samory Ornellas e José Torres das Neves).

Processo RO-AR-818/85.3, Relator o Sr. Ministro Hélio Regato e Revisor o Sr. Ministro Ranor Barbosa. Interessados: Assir Pires Couto e Gerson Faria de Matos. (Adv. Mauro Thibau da Silva Almeida e Evaldo Roberto Rodrigues Viégas).

Processo RO-DC-450/87.2, Relator o Sr. Ministro Hélio Regato e Revisor o Sr. Ministro Ranor Barbosa. Interessados: Dal Santo S/A Indústria e Comércio e Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Jundiá. (Adv. Jayme Borges Gamboa e Ruy C. do Espírito Santo).

Processo RO-DC-359/87.2, Relator o Sr. Ministro Hélio Regato e Revisor o Sr. Ministro Ranor Barbosa. Interessados: Sindicato dos Empregados em Entidades Culturais, Recreativas, de Assistência Social, de Orientação e Formação Profissional de Brasília - SENALBA/DF e Academia Acrópole e Outros. (Adv. Ulisses Borges de Resende).

Processo RO-DC-151/87.4, Relator o Sr. Ministro Hélio Regato e Revisor o Sr. Ministro Ranor Barbosa. Interessados: Sindicato das Sociedades de Crédito Financiamento e Investimento do Estado de São Paulo e Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de SP. (Adv. José Torres das Neves e Emmanuel Carlos).

Processo RO-MS-339/87.6, Relator o Sr. Ministro Hélio Regato e Revisor o Sr. Ministro Ranor Barbosa. Interessados: Transportes Roglio Ltda e Exmª Srª Drª Juíza Presidente do TRT da 4ª Região. (Adv. Marco Antonio M. Guimarães).

Proc. E-RR-7998/85.5, Relator o Sr. Ministro Hélio Regato e Revisor o Sr. Ministro Ranor Barbosa. Interessados: Banco Mercantil de São Paulo S/A e José Marcelo Correa Francisco. (Adv. Victor Russomano Júnior e José Torres das Neves).

Processo E-RR-7402/85.7, Relator o Sr. Ministro Hélio Regato e Revisor o Sr. Ministro Ranor Barbosa. Interessados: Antonio Batista da Cunha e Banco do Comércio e Indústria de São Paulo. (Adv. Dimas Ferreira Lopes e José Chiancone Neto).

Processo RO-MS-193/87.1, Relator o Sr. Ministro Prates de Macedo e Revisor o Sr. Ministro Marco Aurélio. Interessados: Germano Rodrigues Magalhães, Joaquim Vieira da Costa Queiroz e Pedro da Silva. (Adv. Victor Zaidan e Valéria de Albuquerque e Silva).

Processo RO-AR-21/86.1, Relator o Sr. Ministro Prates de Macedo e Revisor o Sr. Juiz Convocado Francisco Fausto. Interessados: Selito Antonio Bordin e Bento Elias Batista da Costa. (Adv. Jorge Amaury Nunes e Silvio Ferreira de Almeida).

Processo RO-AR-814/85.4, Relator o Sr. Ministro Prates de Macedo e Revisor o Sr. Juiz Convocado Francisco Fausto. Interessados: Cia. São Paulo Distribuidora de Derivados de Petróleo e José Braidott e Outra. (Adv. Roberto Cassab e Marina Gomes Pedrosa Gelfuso).

Processo RO-DC-447/87.0, Relator o Sr. Ministro Prates de Macedo e Revisor o Sr. Juiz Convocado Francisco Fausto. Interessados: Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Piracicaba e Dedini S/A Siderúrgica. (Adv. Alino da Costa Monteiro e Emmanuel Carlos).

Processo RO-DC-350/87.7, Relator o Sr. Ministro Prates de Macedo e Revisor o Sr. Juiz Convocado Francisco Fausto. Interessados: Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Termo e Hidroelétrica do Estado do Rio Grande do Sul e Usina Hidroelétrica de Nova Palma Ltda. (Adv. Marcos Juliano Borges de Azevedo e Oscar Breno Stahnke).

Processo RO-DC-964/86.2, Relator o Sr. Ministro Prates de Macedo e Revisor o Sr. Juiz Convocado Francisco Fausto. Interessados: Sindicato das Indústrias de Carnes e Derivados no Estado do Rio Grande do Sul e Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação de Porto Alegre. (Adv. Cândido Bortolini e Alino da Costa Monteiro).

Processo E-RR-7837/85.3, Relator o Sr. Ministro Prates de Macedo e Revisor o Sr. Ministro Marco Aurélio. Interessados: Banco Brasileiro de Descontos S/A - BRADESCO e Vera dos Santos Correia Rocha. (Adv. Lino Alberto de Castro e José Torres das Neves).

Processo E-RR-5126/81, Relator o Sr. Ministro Prates de Macedo e Revisor o Sr. Ministro Marco Aurélio. Interessados: Banco Econômico S/A e Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Carlos. (Adv. José Maria de Souza Andrade e José Torres das Neves).

Processo RO-MS-458/87.0, Relator o Sr. Ministro Barata Silva e Revisor o Sr. Ministro Coqueijo Costa. Interessados: Massa Falida da EMAG - Engenharia e Máquinas S/A e Exmª Sr. Juiz Presidente da 31ª JCY do Rio de Janeiro e Ernando Celio de Souza. (Adv. David Maciel de Mello Filho e Hailto dos Santos Trindade).

Processo E-RR-7743/85.2, Relator o Sr. Ministro Barata Silva e Revisor o Sr. Ministro Coqueijo Costa. Interessados: Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEF e Olavo Coelho. (Adv. Ivo Evangelista de Ávila e Alino da Costa Monteiro).

Processo E-RR-9996/85.4, Relator o Sr. Ministro Barata Silva e Revisor o Sr. Ministro Coqueijo Costa. Interessados: Joaquim Cesarim e Outros e Light Serviços de Eletricidade S/A. (Adv. Wilmar Saldanha da Gama Pádua e Pedro Augusto Musa Julião).

Processo RO-MS-519/87.0, Relator o Sr. Ministro Coqueijo Costa e Revisor o Sr. Ministro Prates de Macedo. Interessados: Sindicato dos Professores de São Paulo e Exmª Sr. Juiz Presidente da 17ª JCY de São Paulo. (Adv. José Carlos Peres de Souza).

Processo E-RR-333/86.6, Relator o Sr. Ministro Coqueijo Costa e Revisor o Sr. Ministro Prates de Macedo. Interessados: Jairo Vicente de Oliveira e Banco Mercantil de São Paulo S/A. (Adv. José Antonio P. Zanini, Dimas Ferreira Lopes e Regilene Santos do Nascimento).

Processo E-RR-9264/85.4, Relator o Sr. Ministro Coqueijo Costa e Revisor o Sr. Ministro Prates de Macedo. Interessados: Azeny Moreira Freire e Echlin do Brasil S/A Indústria e Comércio. (Adv. Ulisses Riedel de Resende e Andréa Tarsia Duarte).

Processo RO-MS-329/87.3, Relator o Sr. Ministro Marco Aurélio e Revisor o Sr. Juiz Convocado Francisco Fausto. Interessados: Sociedade Brasileira de Alimentos Ltda e Exmª Srª Juíza Presidente da 3ª JCY de Brasília/DF. (Adv. Renault Campos Lima).

Processo E-RR-7544/85.9, Relator o Sr. Ministro Marco Aurélio e Revisor o Sr. Juiz Convocado Francisco Fausto. Interessados: Sérgio Geraldo Belchior e Banco Itaú S/A. (Adv. Arnaldo Maldonado e Hélio Carvalho Santana).

Processo E-RR-88/80, Relator o Sr. Ministro Marco Aurélio e Revisor o Sr. Juiz Convocado Francisco Fausto. Interessados: SQUIBB Indústria Química S/A e José Túlio Barbosa. (Adv. José Maria de Souza Andrade e Pedro Luiz Leão Velloso Ebert).

Processo RO-AR-37/86.9, Relator o Sr. Ministro Vieira de Mello e Revisor o Sr. Ministro Norberto Silveira de Souza. Interessados: Paulo de Oliveira Filho e Colégio Integrado Objetivo S/C Ltda. (Adv. Paulo de Oliveira Filho).

Processo RO-AR-826/85.1, Relator o Sr. Ministro Vieira de Mello e Revisor o Sr. Ministro Norberto Silveira de Souza. Interessados: José Maria Lopez Alonso e Panificadora Sempre Viva Ltda. (Adv. Agenor Calazans da Silva Filho e José Bonifácio de Matos Filho).

Processo RO-DC-485/87., Relator o Sr. Ministro Vieira de Mello e Revisor o Sr. Ministro Norberto Silveira de Souza. Interessados: Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Mate

rial Elétrico de SP e Projetores Cibiê do Brasil Ltda. (Advs. Marcos Schwarzman e Francisco Fernando de Arruda).

Processo RO-DC-364/87.9, Relator o Sr. Ministro Vieira de Mello e Revisor o Sr. Ministro Norberto Silveira de Souza. Interessados: Sindicato dos Cabineiros de Elevador do Município do Rio de Janeiro e Venêravel Ordem Terceira de São Francisco da Penitência e Sindicato dos Lojistas do Município do Rio de Janeiro e Outros. (Advs. Hélio de Souza e Suzana Fontes de A. Soares).

Processo RO-DC-207/87.7, Relator o Sr. Ministro Vieira de Mello e Revisor o Sr. Ministro Norberto Silveira de Souza. Interessados: Procuradoria Regional do Trabalho da 1ª Região, Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro e Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Joalheria e Lapidação de Pedras Preciosas no Estado do Rio de Janeiro. (Advs. Alberto Mendes Rodrigues de Souza, Aloysio Moreira Guimarães e Alino da Costa Monteiro).

Processo RO-MS-343/87.5, Relator o Sr. Ministro Vieira de Mello e Revisor o Sr. Ministro Norberto Silveira de Souza. Interessados: Banco Brasileiro de Descontos S/A - BRADESCO e Exmº Sr. Juiz Presidente da 3ª JCY de Porto Alegre. (Adv. João Batista de Moraes).

Processo E-RR-7768/85.5, Relator o Sr. Ministro Vieira de Mello e Revisor o Sr. Ministro Norberto Silveira de Souza. Interessados: Banco Itaú S/A e Oswaldo Dias. (Advs. Hélio Carvalho Santana e Maria Lopes de Moraes).

Processo E-RR-7245/85.1, Relator o Sr. Ministro Vieira de Mello e Revisor o Sr. Ministro Norberto Silveira de Souza. Interessados: FEPASA-Ferrovia Paulista S/A e Francisco Romeiro Olbrick. (Advs. Lisia Moniz de Aragão, Carlos Robichez Penna e Marcos Luiz Borges de Resende).

Processo RO-AR-806/85.5, Relator o Sr. Ministro Ranor Barbosa e Revisor o Sr. Ministro José Ajuricaba. Interessados: Antonio Carlos e Presto Labor Assessoria e Consultoria de Pessoal Ltda. (Advs. Antonio Vanderler de Lima e Lucio Cesar Moreno Martins).

Processo RO-DC-444/87.8, Relator o Sr. Ministro Ranor Barbosa e Revisor o Sr. Ministro José Ajuricaba. Interessados: Sindicato da Indústria de Fiação e Tecelagem no Estado da Bahia e Sisalana S/A Indústria e Comércio e Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem das Cidades de Salvador, Simões Filho e Camaçari-SINDITEXTIL. (Advs. Aurélio Pires, Manoel Dias e Ulisses Riedel de Resende).

Processo RO-DC-231/87.2, Relator o Sr. Ministro Ranor Barbosa e Revisor o Sr. Ministro José Ajuricaba. Interessados: Federação do Comércio do Estado do Paraná e Outros e Sindicato do Comércio Atacadista de Materiais de Construção do Estado do Paraná e Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários do Estado do Paraná e Sindicato Atacadista de Madeiras do Paraná e Outros. (Advs. Rubens Edmundo Requião, Altivo José Seniski, Edésio Franco Passos e Paulo Cezar Pereira Gruber).

Processo RO-AR-18/86.0, Relator o Sr. Ministro Ranor Barbosa e Revisor o Sr. Ministro José Ajuricaba. Interessados: Eduardo Lemos do Nascimento e Lojas Arapuã S/A. (Léa Torres Belisário e Cleide Amorim de Souza Carmo).

Processo RO-DC-491/86.4, Relator o Sr. Ministro Ranor Barbosa e Revisor o Sr. Ministro José Ajuricaba. Interessados: Associação dos Servidores Cívicos do Brasil - ASCB e Sindicato dos Empregados em Entidades Culturais, Recreativas, de Assistência Social, de Orientação e Formação Profissional do Estado do Rio de Janeiro - SENALBA/RJ. (Advs. Miguel T. Soares e Ulisses Riedel de Resende).

Processo RO-MS-159/86.5, Relator o Sr. Ministro Ranor Barbosa e Revisor o Sr. Ministro José Ajuricaba. Interessados: Mario dos Santos Carnas e Cooperativa Central dos Produtores de Leite Ltda - CCPL. (Adv. Luiz Carlos Amorim Robortella).

Processo E-RR-4813/81, Relator o Sr. Ministro Ranor Barbosa e Revisor o Sr. Ministro José Ajuricaba. Interessados: Banco Brasileiro de Descontos S/A e Jorge Eduardo Silveira Feliciati. (Advs. Lino Alberto de Castro e José Torres das Neves).

Processo E-RR-9475/85.5, Relator o Sr. Ministro Ranor Barbosa e Revisor o Sr. Ministro José Ajuricaba. Interessados: Companhia Municipal de Transportes Coletivos - CMTC e Suzana Campos França Stodolnikas. (Advs. Andréa Tarsia Duarte e Eduardo do Vale Barbosa).

Processo RO-AR-19/86.7, Relator o Sr. Ministro José Ajuricaba e Revisor o Sr. Ministro Mendes Cavaleiro. Interessados: Centrais Elétricas de Santa Catarina S/A - CELESC e Warnel Cruz de Souza. (Advs. Pedro Luiz Leão Velloso Ebert e Mauri Dirceu de Araújo Gomes).

Processo RO-MS-192/87.4, Relator o Sr. Ministro José Ajuricaba e Revisor o Sr. Ministro Mendes Cavaleiro. Interessados: Offshore Logistics do Brasil Serviços Industriais e Marítimos, Juiz Presidente da 13ª JCY do Rio de Janeiro e Thomas Joseph Jones e Outro. (Advs. Marco Antonio G. Rebello e Jomar de Vassimon Freitas).

Processo RO-DC-526/86.4, Relator o Sr. Ministro José Ajuricaba e Revisor o Sr. Ministro Mendes Cavaleiro. Interessados: Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro e Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Calçados, Luvas, Bolsas e Peles de Resguardo e Material de Segurança e Proteção ao Trabalho do Município do Rio de Janeiro e Sindicato das Indústrias de Calçados e de Bolsas, Luvas e Similares do Município do Rio de Janeiro. (Advs. Maria de Lourdes F. de A. Sampaio e José da Fonseca Martins).

Processo RO-DC-349/87.9, Relator o Sr. Ministro José Ajuricaba e Revisor o Sr. Ministro Mendes Cavaleiro. Interessados: Sindicato das Empresas da Radiodifusão no Estado do Rio Grande do Sul; Sindicato dos Hotéis, Bares, Restaurantes e Similares de Caxias do Sul e Fundação Orquestra Sinfônica de Porto Alegre e Sindicato dos Músicos Profissionais do Estado do Rio Grande do Sul e Federação Nacional de Hotéis e Similares e Outros. (Advs. Fernando Thomaz V. Cavalheiro, Paulo Serra, Marilene Petry Somnitz, Ulisses Riedel de Resende e Mario Krause).

Processo RO-DC-445/87.5, Relator o Sr. Ministro José Ajuricaba e Revisor o Sr. Ministro Mendes Cavaleiro. Interessados: Cia. Energética do Amazonas - CEAM e Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas do Estado do Amazonas. (Advs. João Wanderley de Carvalho e José Gilvan do Raposo da Câmara).

Processo RO-AR-809/85.7, Relator o Sr. Ministro José Ajuricaba e Revisor o Sr. Ministro Mendes Cavaleiro. Interessados: Anarolino José da Fonseca e Outro e Rio Grande - Cia. de Celulose do Sul (RIOCELL). (Advs. Ana Maria Pereira da Cunha Pruffer, Hugo Gueiros Bernardes e Harleine Gueiros B. Dias).

Processo E-RR-2489/81, Relator o Sr. Ministro José Ajuricaba e Revisor o Sr. Ministro Mendes Cavaleiro. Interessados: Clóvis Garcia de

Freitas e Outros e Cia. Nacional da Alcalis. (Advs. José Francisco Boselli e Carlos Eugênio de Oliveira Wetzel).

Processo E-RR-7759/85.9, Relator o Sr. Ministro José Ajuricaba e Revisor o Sr. Ministro Mendes Cavaleiro. Interessados: Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE e Antônio Augusto D'Ávila. (Advs. Carlos Antonio Kreutz e Moacir Belchior).

Processo RO-DC-313/84, Rel. o Sr. Ministro Mendes Cavaleiro e Rev. o Sr. Ministro Vieira de Mello. Interessados: Real Sociedade Portuguesa de Beneficência Dezesesseis de Setembro (Hospital Português) e Sind. dos Profissionais de Enfermagem, Técnicos, Duchistas, Massagistas e Empregados em Hospitais e Casas de Saúde da Cidade do Salvador. (Advs. Manoel Machado Batista e Jairo Rosas dos Santos).

Processo RO-AR-17/86.2, Rel. o Sr. Ministro Mendes Cavaleiro e Rev. o Sr. Ministro Vieira de Mello. Interessados: Raimundo Rodrigues de Paula e Rede Ferroviária Federal S/A. (Advs. Márcio Antonio de Oliveira e Waldir Ghedini).

Processo RO-AR-804/85.1, Rel. o Sr. Ministro Mendes Cavaleiro e Rev. o Sr. Ministro Vieira de Mello. Interessados: Ronaldo Lúcio de Lima Marques e José Nelson Abreu Serpa. (Advs. Francisco Ritta Bernardino e Jair Ferreira Rodrigues).

Processo RO-DC-428/87.1, Rel. o Sr. Ministro Mendes Cavaleiro e Rev. o Sr. Ministro Vieira de Mello. Interessados: Fed. das Inds. do Est. do Rio Grande do Sul e Outro e Sind. das Inds. da Construção Civil no Est. do Rio Grande do Sul e Sind. dos Trabs. nas Inds. da Construção Civil e do Mobiliário de Pelotas. (Advs. José Alberto Couto Maciel, Clovis Gotuzzo Russomano e Luiz Antonio S. de Azevedo).

Processo RO-DC-218/87.7, Rel. o Sr. Ministro Mendes Cavaleiro e Rev. o Sr. Ministro Vieira de Mello. Interessados: Sociedade Hospitalar Beneficente São Vicente de Paulo e Outro e Sind. dos Empregados em Estab. de Serviços de Saúde de Passo Fundo e Sind. dos Médicos do Rio Grande do Sul e Outros. (Advs. Carlos Mosele e Tarso Fernando Genro).

Processo E-RR-9468/85.4, Rel. o Sr. Ministro Mendes Cavaleiro e Rev. o Sr. Ministro Vieira de Mello. Interessados: Banco Nacional S/A e Daves Giacomini. (Advs. Jorge Alberto Rocha de Menezes e Eugenio Nilo Romeu).

Processo E-RR-5108/80, Rel. o Sr. Ministro Mendes Cavaleiro e Rev. o Sr. Ministro Vieira de Mello. Interessados: Maria Deusa Pinheiro de Oliveira e Estado do Amazonas. (Advs. Ivo Evangelista de Ávila e Célio Silva).

Processo DC-12/87.7, Rel. o Sr. Ministro Mendes Cavaleiro e Rev. o Sr. Ministro Vieira de Mello. Interessados: Sind. Nacional dos Marinheiros e Moços em Transportes Marítimos e Sind. das Empresas de Navegação do Tráfego Portuário do R.J. (Adv. João Caenevalli).

Processo RO-MS-518/87.3, Rel. o Sr. Ministro Norberto Silveira de Souza e Rev. o Sr. Ministro Américo de Souza. Interessados: Massa Falida de Emag. Engenharia e Máquinas S/A e Exmo. Sr. Juiz Presidente da 7ª JCY do Rio de Janeiro e Reginaldo dos Santos. (Adv. Flávio Ernesto Rodrigues Silva).

Processo RO-AR-45/86.7, Rel. o Sr. Ministro Norberto Silveira de Souza e Rev. o Sr. Ministro Américo de Souza. Interessados: Alceu Kremer Pinto Dias e Banco do Brasil S/A. (Advs. Julio de Araujo e Maury Rouede Bernardes).

Processo RO-AR-845/85.1, Rel. o Sr. Ministro Norberto Silveira de Souza e Rev. o Sr. Ministro Américo de Souza. Interessados: João de Queiroz e Cia. Vale do Rio Doce. (Advs. João de Queiroz e Galba José dos Santos).

Processo RO-DC-509/87.7, Rel. o Sr. Ministro Norberto Silveira de Souza e Rev. o Sr. Ministro Américo de Souza. Interessados: Sind. dos Operários nos Serviços Portuários de Santos, São Vicente, Guarujá e Cubatão e Cia. Docas do Estado de SP - CODESP. (Advs. Alino da Costa Monteiro e Victor Russomano Júnior).

Processo RO-DC-232/87.0, Rel. o Sr. Ministro Norberto Silveira de Souza e Rev. o Sr. Ministro Américo de Souza. Interessados: ROCHA - Exploração e Comércio de Minérios Ltda e Sind. dos Trabs. nas Inds. Extrativas de Curitiba, Paraná. (Advs. Luiz Hecke e Mário Muller de Oliveira).

Processo RO-DC-424/87.1, Rel. o Sr. Ministro Norberto Silveira de Souza e Rev. o Sr. Ministro Américo de Souza. Interessados: Carbonífera Próspera S/A; Sind. Nacional da Ind. de Extração do Carvão e Procuradoria Regional do Trabalho da 12ª Região e Sind. dos Trabs. na Ind. da Extração do Carvão de Siderópolis e Outros. (Advs. Eduardo Piacentini; Humberto Gaston Fuxreiter; Dilnei Ângelo Biléssimo e Milton Mendes de Oliveira).

Processo E-RR-9958/85.6, Rel. o Sr. Ministro Norberto Silveira de Souza e Rev. o Sr. Ministro Américo de Souza. Interessados: Fernando Bastos e Banco de Crédito Real de Minas Gerais S/A. (Advs. José Tórreres das Neves e Ubirajara Wanderley Lins Jr.).

Processo E-RR-8503/85.6, Rel. o Sr. Ministro Norberto Silveira de Souza e Rev. o Sr. Ministro Américo de Souza. Interessados: José Nereu Chiavari e Banco do Brasil S/A. (Advs. Sid H. Riedel de Figueiredo e Dilson Furtado de Almeida).

Processo RO-AR-47/86.2, Rel. o Sr. Ministro Américo de Souza e Rev. o Sr. Ministro José Carlos da Fonseca. Interessados: Itaipava S/A e Raimundo Pereira Corrêa. (Advs. Raimundo Lucival de Lima e José Maria Quadros de Alencar).

Processo RO-AR-860/85.0, Rel. o Sr. Ministro Américo de Souza e Rev. o Sr. Ministro José Carlos da Fonseca. Interessados: COESA - Equipamentos S/A e Aparecido Medeiros dos Santos. (Advs. Luiz Alberto Rego Barros e Geraldo Roberto Correa Vaz da Silva).

Processo RO-DC-513/87.6, Rel. o Sr. Ministro Américo de Souza e Rev. o Sr. Ministro José Carlos da Fonseca. Interessados: Sind. da Ind. da Pesca no Est. de S.P e Fed. dos Trabs. nas Inds. de Alimentação do Est. de S.P e Outros e Fed. das Inds. do Est. de S.P e Outros. (Advs. Loretta Maria Velletri Muselli e Alino da Costa Monteiro).

Processo RO-DC-425/87.9, Rel. o Sr. Ministro Américo de Souza e Rev. o Sr. Ministro José Carlos da Fonseca. Interessados: Sind. da Ind. de Reparação de Veículos e Acessórios no Est. do Rio Grande do Sul e Sind. dos Trabs. nas Inds. Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de São Leopoldo e Sind. das Inds. Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de São Leopoldo e Outros. (Advs. Arão Verba, Lúcia Maria Brito Corrêa e Edson Moraes Garcez).

Processo RO-MS-529/87.3, Rel. o Sr. Ministro Américo de Souza e Rev. o Sr. Ministro José Carlos da Fonseca. Interessados: Francisco Bernardino Pereira e Exmo. Sr. Juiz Presidente da JCY de São Paulo e Antonio Pinto Marcelino. (Advs. Vilma Piva e Geraldo Cobero Corrêa).

Processo RO-DC-348/87.2, Rel. o Sr. Ministro Américo de Souza e Rev. o Sr. Ministro José Carlos da Fonseca. Interessados: Fed. do Comércio Varejista do Est. do Rio Grande do Sul e Outros; Sind. das Empresas Proprietárias de Jornais e Revistas no Est. do Rio Grande do Sul; Sind. das Empresas de Seguros Privados e Capitalização no Est. do Rio Grande do Sul; Sind. das Inds., Metalúrgica, Mecânicas e de Material Elétrico no Est. do Rio Grande do Sul; Sind. dos Bancos no Est. do Rio Grande do Sul, VARIG S/A - Viação Aérea Riograndense e Outros e Sind. dos Empregados Desenhistas Técnicos, Artísticos, Industriais, Copistas, Projetistas Técnicos e Auxiliares do Est. do Rio Grande do Sul - SIDERGS e Fed. das Inds. do Est. do Rio Grande do Sul - FIERGS e Outros. (Adv. Fernando Obino Martins, Fernando Thomaz Villa Cavalheiro, Suzana Metz, Paulo Serra, Milton M. Camargo e José Alberto Couto Maciel).

Processo E-RR-9372/85.8, Rel. o Sr. Ministro Américo de Souza e Rev. o Sr. Ministro José Carlos da Fonseca. Interessados: Rede Ferroviária Federal S/A e Lázaro Fernandes Candido. (Adv. Selma Moraes Lages e Múcio Wanderley Borja).

Processo E-AG-RR-7472/85.9, Rel. o Sr. Ministro Américo de Souza e Rev. o Sr. Ministro José Carlos da Fonseca. Interessados: Banco Itaú S/A e João Fernandes Filho. (Adv. Hélio Carvalho Santana e José Antonio P. Zanini).

Processo RO-AR-42/86.5, Rel. o Sr. Ministro Fernando Vilar e Rev. o Sr. Ministro Aurélio Mendes de Oliveira. Interessados: Nildi Vieira Pinheiro e CEREALIS - Estrela Brasileira Ltda. (Adv. Carlos de Aguiar).

Processo RO-AR-833/85.3, Rel. o Sr. Ministro Fernando Vilar e Rev. o Sr. Ministro Aurélio Mendes de Oliveira. Interessados: Almir Ferreira Sampaio e Otoniel Oliveira Reis. (Adv. Humberto de Figueiredo Machado e Ednaldo Felipe de Souza).

Processo RO-DC-508/87.0, Rel. o Sr. Ministro Fernando Vilar e Rev. o Sr. Ministro Aurélio Mendes de Oliveira. Interessados: Sind. dos Trabs nas Inds. de Fiação e Tecelagem de São Paulo e Full Fit Tecidos e Confeccões Ltda. (Adv. Pedro Luiz Leão Velloso Ebert e Jayme Borges Gamboa).

Processo RO-DC-416/87.3, Rel. o Sr. Ministro Fernando Vilar e Rev. o Sr. Ministro Aurélio Mendes de Oliveira. Interessados: Fed. do Com. Varejista no Est. do R.J. e Sind. dos Empregados no Com. do Munc. do R.J. (Adv. José Alberto Couto Maciel e Osny G. Tavares).

Processo RO-DC-217/87.0, Rel. o Sr. Ministro Fernando Vilar e Rev. o Sr. Ministro Aurélio Mendes de Oliveira. Interessados: Sind. dos Estab. de Cultura Física no Est. do Rio Grande do Sul e Sind. dos Empregados em Clubes Esportivos e em Federações Esportivas do Est. do Rio Grande do Sul. (Adv. Mauro Pippi da Rosa e Tarcísio Battú Wichrowski).

Processo RO-MS-464/87.4, Rel. o Sr. Ministro Fernando Vilar e Rev. o Sr. Ministro Aurélio Mendes de Oliveira. Interessados: Laboratório Odontofarma Ltda e Outros e Exma. Senhora Juíza da 38a. J.C.J. de S.P. (Adv. Rubens G. Aranha de Macedo Vieira).

Processo E-RR-8161/85.0, Rel. o Sr. Ministro Fernando Vilar e Rev. o Sr. Ministro Aurélio Mendes de Oliveira. Interessados: Ernestina de Matos Antunes e Renner Herrmann S/A - Indústria de Tintas e Óleos. (Adv. Marcos Luis Borges de Resende e Maria Cristina C. Cestari).

Processo E-RR-7275/85.1, Rel. o Sr. Ministro Fernando Vilar e Rev. o Sr. Ministro Aurélio Mendes de Oliveira. Interessados: Banco Bamerindus do Brasil S/A e Aurora Serviços S/C e Carlos Afonso Schambeck. (Adv. Paulo Cesar Gontijo e Pedro Paulo Fernandes).

Processo RO-AR-36/86.1, Rel. o Sr. Ministro José Carlos da Fonseca e Rev. o Sr. Ministro Fernando Vilar. Interessados: Alzira Teixeira Lira e Resil S/A. (Adv. Alino da Costa Monteiro e Walter de Moraes Fontes).

Processo RO-AR-825/85.4, Rel. o Sr. Ministro José Carlos da Fonseca e Rev. o Sr. Ministro Fernando Vilar. Interessados: Irmandade da Santa Casa de Misericórdia e Aida dos Santos Andrade. (Adv. Maria Cristina C. Cestari e José Carlos Pires).

Processo RO-DC-484/87.1, Rel. o Sr. Ministro José Carlos da Fonseca e Rev. o Sr. Ministro Fernando Vilar. Interessados: Sind. dos Trabalhadores nas Inds. Metalúrgicas e de Material Elétrico de S.P. e Duratex S/A (Adv. Ulisses Riedel de Resende e Hélio Carvalho Santana).

Processo RO-DC-363/87.2, Rel. o Sr. Ministro José Carlos da Fonseca e Rev. o Sr. Ministro Fernando Vilar. Interessados: Procuradoria Regional do Trabalho da 1a. Região e Sind. dos Trabs. nas Inds. da Energia Elétrica de Campos e Cia. de Eletricidade do Est. do R.J. - CERJ. (Adv. Alberto Mendes R. de Souza, Alino da Costa Monteiro e João Luiz Peralta da Silva).

Processo RO-DC-206/87.0, Rel. o Sr. Ministro José Carlos da Fonseca e Rev. o Sr. Ministro Fernando Vilar. Interessados: Sind. dos Trabs. Rurais de Angatuba e Sind. Rural de Angatuba. (Adv. Milton Borba Canicoba e Rubens Vieira de Moraes Filho).

Processo RO-MS-340/87.3, Rel. o Sr. Ministro José Carlos da Fonseca e Rev. o Sr. Ministro Fernando Vilar. Interessados: Liderao Átila Tavares e Outros e Exmo. Sr. Juiz Relator do TRT. (Adv. Carmen Laura V. Martins).

Processo E-RR-7607/85.3, Rel. o Sr. Ministro José Carlos da Fonseca e Rev. o Sr. Ministro Fernando Vilar. Interessados: Banco Brasileiro de Descontos S/A - BRADESCO e Rosalba Borba Cavalcanti. (Adv. Lino Alberto de Castro e J. Fornellos Filho).

Processo E-RR-4110/80, Rel. o Sr. Ministro José Carlos da Fonseca e Rev. o Sr. Ministro Fernando Vilar. Interessados: Geraldo Francisco da Silva e Rede Ferroviária Federal S/A. (Adv. Márcio Gontijo e Roberto Benatar).

Processo RO-MS-298/87.3, Rel. o Sr. Ministro Aurélio Mendes de Oliveira e Rev. o Sr. Ministro Barata Silva. Interessados: Adrizyl Resinas Sintéticas S/A e Exmo. Sr. Juiz Presidente da 1a. J.C.J. de São Bernardo do Campo. (Adv. Walter de Moraes Fontes).

Processo RO-AR-31/86.5, Rel. o Sr. Ministro Aurélio Mendes de Oliveira e Rev. o Sr. Ministro Prates de Macedo. Interessados: Cia. Vale do Rio Doce e Francisco Antônio de Freitas e Outros. (Adv. Galba José dos Santos e Astolpho de Araújo Santiago).

Processo RO-AR-816/85.8, Rel. o Sr. Ministro Aurélio Mendes de Oliveira e Rev. o Sr. Ministro Prates de Macedo. Interessados: Rede Ferroviária Federal S/A e Abreu Rosa e Outros. (Adv. Vera Lúcia Siqueira, Ulisses Riedel de Resende, Antonio Pinto Marienê Rica e Oksana Maria Dziura Boido).

Processo RO-DC-449/87.4, Rel. o Sr. Ministro Aurélio Mendes de Oliveira e Rev. o Sr. Ministro Prates de Macedo. Interessados: Sind. dos Empregados em Entidades Culturais, Recreativas, de Assistência Social, de Orientação e Formação Profissional do Munc. do R.J. - SENALBA e Clube de Engenharia. (Adv. Alino da Costa Monteiro e Andre Acker).

Processo RO-DC-358/87.5, Rel. o Sr. Ministro Aurélio Mendes de Oliveira e Rev. o Sr. Ministro Prates de Macedo. Interessados: Sind. Rural de Guaraniésia e Sind. dos Trabs. Rurais de Guaraniésia. (Adv. Inocência de O. Cordeiro e Ivan de Sá).

Processo RO-DC-150/87.6, Rel. o Sr. Ministro Aurélio Mendes de Oliveira e Rev. o Sr. Ministro Prates de Macedo. Interessados: Sind. dos Trabalhadores nas Inds. de Panificação e Confeitaria, Massas Alimentícias e Biscoitos, Torrefação e Moagem de Café, Doces e Conservas Alimentícias de Sorocaba e Associação da Ind. de Panificação de Sorocaba e Padaria Estrela de Ouro e Outras. (Adv. Alino da Costa Monteiro e João Lyranetto).

Processo E-RR-7866/85.5, Rel. o Sr. Ministro Aurélio Mendes de Oliveira e Rev. o Sr. Ministro Barata Silva. Interessados: Bicycletas Monark S/A e Nelson Furiani. (Adv. Victor Russomano Jr. e Muriel Nini).

Processo E-RR-7064/85.0, Rel. o Sr. Ministro Aurélio Mendes de Oliveira e Rev. o Sr. Ministro Barata Silva. Interessados: Orlando Guidetti e Banco do Brasil S/A. (Adv. Antonio Lopes Noleto e Márcio Netto Baeta).

Processo RO-DC-415/87.6, Rel. o Sr. Juiz Convocado Francisco Fausto e Rev. o Sr. Ministro Hélio Regato. Interessados: Sind. dos Empregados em Edifícios da Cidade do Salvador e Condomínio Pedras do Nascente e Sind. das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis da Cidade do Salvador e Outros. (Adv. Maria Luiza Guimarães e Manoel Machado Batista).

Processo RO-MS-346/87.7, Rel. o Sr. Juiz Convocado Francisco Fausto e Rev. o Sr. Ministro Hélio Regato. Interessados: Cerâmica Jatobá S/A e Exmo. Sr. Juiz Presidente da 2a. J.C.J. de Jundiá. (Adv. Lucilla Therezinha Malieni).

Processo RO-DC-212/87.3, Rel. o Sr. Juiz Convocado Francisco Fausto e Rev. o Sr. Ministro Hélio Regato. Interessados: Cia. Usinas Nacionais e Sind. dos Trabs. nas Inds. de Alimentação de Duque de Caxias. (Adv. Aloysio Machado Sobrinho e Lélcio Gomes Canella).

Processo RO-DC-498/87.3, Rel. o Sr. Juiz Convocado Francisco Fausto e Rev. o Sr. Ministro Hélio Regato. Interessados: Sind. dos Jornalistas Profissionais do Est. de Goiás e Consórcio das Empresas de Radiodifusão e Notícias do Est. de GO - CERNE. (Adv. Aurélio Virgílio Veiga Rios e José Goyanazes de Lima).

Processo RO-AR-827/85.9, Rel. o Sr. Juiz Convocado Francisco Fausto e Rev. o Sr. Ministro Hélio Regato. Interessados: Expedito Lopes Pereira e Banco de Crédito Real de Minas Gerais S/A. (Adv. Mario Rocha Filho, Hugo Gueiros Bernardes e Harleine Gueiros B. Dias).

Processo RO-AR-38/86.6, Rel. o Sr. Juiz Convocado Francisco Fausto e Rev. o Sr. Ministro Hélio Regato. Interessados: Wanderley Cesar Alves e Agostinho de Freitas. (Adv. Constantino Kail Filho e Raimundo Lustosa Corado).

Processo E-RR-9520/85.8, Rel. o Sr. Juiz Convocado Francisco Fausto e Rev. o Sr. Ministro Hélio Regato. Interessados: Eletromec Componentes Elétricos Ltda e Josefa Cristina da Conceição. (Adv. Hamilton E.A. R. Proto e Ulisses Riedel de Resende).

Processo E-RR-8475/85.8, Rel. o Sr. Juiz Convocado Francisco Fausto e Rev. o Sr. Ministro Hélio Regato. Interessados: George Luiz Pinto de Miranda Montenegro e Nitrocarbono S/A. (Adv. Luiz Eduardo C. Souza de Almeida e Celso Soares).

-Brasília -DF, em 28 de agosto de 1987. (a) NEIDE A. BORGES FERREIRA.

SETOR DE PROCESSAMENTO DE AÇÕES ORIGINÁRIAS

PROCESSO: AR 24/83
AUTOR: HENRIQUE LAGE SALINEIRA DO NRODESTÊ S/A (SUCESSORA DA COMPANHIA DE NAVEGAÇÃO CABO FRIO)
Advogado: Dr. Francisco D. Cordeiro Pimpão e Huberto Gaston Fuxreiter
RÉU: JOÃO FERREIRA DA SILVA E OUTROS
Advogados: Drs. José Dutra de A. Lira, Pedro Gordilho e Fernando Neves de Almeida
DESPACHO PROFERIDO PELO EXMO SR MINISTRO RELATOR
Concedo à autora o prazo de 8 (oito) dias, para se pronunciar sobre a petição de fls. 300/301.
Publique-se.
Brasília, 28 de agosto de 1987. (A) RANOR BARBOSA-Ministro Relator.

PROCESSO: AR 40/86
AUTOR: FLAVIANO DIAS DE OLIVEIRA
Advogado: Dr. Ulisses Riedel de Resende
RÉU: SENAI-SERVIÇO NACIONAL DE APREDIZAGEM INDUSTRIAL
Advogado: Dr. Marco Antonio Teixeira Durand
DESPACHO PROFERIDO PELO EXMO SR MINISTRO RELATOR
"Digam as partes, no prazo comum de 05 (cinco) dias, se têm provas a produzir.
Desde já, defiro o pedido formulado em contestação relativo à juntada do referido Acordão.
Publique-se.
Brasília, 28 de agosto de 1987. (A) VIEIRA DE MELLO-Ministro Relator."

PROCESSO: MS 06/87
IMPETRANTE: RESTAURANTE COMIDA BRASILEIRA LTDA
Advogado: Dr. Israel José da Cruz Santana
IMPETRADO: EGRÉGIA 2ª TURMA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª Região
DESPACHO PROFERIDO PELO EXMO SR MINISTRO RELATOR
"Tendo em vista as informações prestadas às fls. 65 e o parecer da Douta Procuradoria às fls. 67, e por se tratar de mandado de segurança interposto contra ato da Eg. 2ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, sendo por conseguinte, nos termos do art. 21 VI da LOMAN, competente para conhecer e julgar o feito o próprio Tribunal Regional em composição Plena, determino o envio dos autos ao Juízo competente.
Intime-se.
Brasília, 28 de agosto de 1987. (A) NORBERTO SILVEIRA DE SOUZA-Ministro Relator."

PROCESSO: AR 10/87
 AUTOR: JOSÉ MILTON FERREIRA DE ALMEIDA
 Advogado: Dr. Ulisses Riedel de Resende
 RÉU: COMPANHIA DAS DOCAS DO ESTADO DA BAHIA-CODEBA
 Advogado: Dr. Aurélio Pires
 DESPACHO PROFERIDO PELO EXMO SR MINISTRO RELATOR
 "Declaro encerrada a instrução. Concedo às partes o prazo de 10 (dez) dias sucessivos para razões finais.
 Intime-se.
 Brasília, 27 de agosto de 1987. (A) NORBERTO SILVEIRA DE SOUZA-Ministro Relator."

Primeira Turma

ATA DA DÉCIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA TURMA DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

Aos vinte e cinco dias do mês de agosto de mil novecentos e oitenta e sete, às treze horas e trinta minutos, na Sala de Sessões da Primeira Turma, o Excelentíssimo Senhor Ministro Presidente MARCO AURÉLIO MENDES DE FARIAS MELLO, abriu a Sessão registrando as presenças dos Excelentíssimos Senhores Ministros VIEIRA DE MELLO, AMÉRICO DE SOUZA, FERNANDO VILAR e JOSÉ CARLOS DA FONSECA, dos Excelentíssimos Senhores Subprocuradores Gerais da Justiça do Trabalho, os Doutores HEGLER JOSÉ HORTA BARBOSA e LUIZ DA SILVA FLORES, representando a Procuradoria Geral da Justiça do Trabalho, sendo Diretora de Serviço da Secretaria da Primeira Turma, em exercício, a Doutora MYRIAM HAGE DA ROCHA SERVO. O Excelentíssimo Senhor Ministro JOSÉ AJURICABA, compareceu à Sessão para desempatar o Processo RR-5436/86.9. Li da e aprovada a Ata da Sessão anterior. Não havendo matéria de expediente, em seguida passou-se aos julgamentos.

PROCESSO RR-119/85.6, relativo ao recurso de revista de decisão do TRT 10a.Região, sendo recorrente Paulo Koga. Dr. Eduardo Luiz Safe Carneiro, e recorrido Fundação Hospitalar do Distrito Federal. Dr. Edna Cosentino e Xavier Cardoso. Foi relator o Exmo. Sr. Ministro Américo de Souza e revisor o Exmo. Sr. Ministro José Carlos da Fonseca, tendo a Turma resolvido, unanimemente, conhecer da revista, e, no mérito, por maioria, negar-lhe provimento, vencidos os Exmos. Srs. Ministros Marco Aurélio e Fernando Vilar. Requereu justificativa de voto vencido o Exmo. Sr. Ministro Marco Aurélio. Falou pelo recorrente o Dr. Ruy Jorge Caldas Pereira.

RR-1916/86.0, relativo ao recurso de revista de decisão do TRT-1a. Região, sendo recorrente Espólio de Mario Rios Campello e Empresa Saneadora Territorial e Agrícola S/A-ESTA. Drs. A. D. Meirelles Quintella e Stélio Bastos e recorridos os mesmos. Foi relator o Exmo. Sr. Ministro Vieira de Mello e revisor o Exmo. Sr. Ministro José Carlos da Fonseca, tendo a Turma resolvido, unanimemente, conhecer da revista do reclamante, apenas quanto ao pagamento dos repousos semanais e exclusão dos feriados, e, no mérito, dar-lhe provimento, para em reformando o Acórdão Regional incluir na condenação o pagamento dos feriados ocorrentes pelo valor-base diário, como foi apurado pelo critério fixado no acórdão recorrido; quanto ao recurso da Empresa, unanimemente, dele não conhecer. Deu-se por impedido o Exmo. Sr. Ministro Marco Aurélio. Falou pelo 1º recorrente o Dr. Antonio D. Meirelles Quintella e pelo 2º recorrente o Dr. Stélio Bastos Belchior.

PROCESSO RR-4752/86.4, relativo ao recurso de revista de decisão do TRT-1a. Região, sendo recorrente Sind. dos Trabalhadores da Indústria do Papel, Celulose, Pasta de Madeira para Papel, Papelão e Cortiça de Aracruz. Dr. Ulisses Riedel de Resende e recorrido Aracruz Celulose S/A Dr. Corinho de Arruda Falcão Filho. Foi relator o Exmo. Sr. Ministro Américo de Souza e revisor o Exmo. Sr. Ministro José Carlos da Fonseca, tendo a Turma resolvido, por maioria, conhecer da revista pela vulneração ao artigo 850 da CLT, vencidos os Exmos. Srs. Ministros Américo de Souza, relator e José Carlos da Fonseca, revisor, e, no mérito, dar-lhe provimento, para anular as decisões proferidas, determinando o retorno dos autos ao Juízo de direito prolator da decisão de 1º grau, a fim de que, designada audiência, julgue a demanda, observando o disposto no artigo 850 da CLT. Redigirá o acórdão o Exmo. Sr. Ministro Marco Aurélio. Falou pelo recorrido o Dr. Frederico Nunan.

RR-3157/86.3, relativo ao recurso de revista de decisão do TRT-1a. Região, sendo recorrente Shell Brasil S/A - (PETRÓLEO). Dr. Arion Sayão Romita e recorrido Nilson dos Santos Gáudio. Dr. Durval Cardoso. Foi relator o Exmo. Sr. Ministro Américo de Souza e revisor o Exmo. Sr. Ministro José Carlos da Fonseca, tendo a Turma resolvido, unanimemente, não conhecer da revista. A Presidência da Turma deferiu juntada do instrumento procuratório, requerida da tribuna pelo douto patrono do recorrente. Falou pelo recorrente o Dr. Sérgio Gonzaga Dutra.

PROCESSO RR-4485/86.0, relativo ao recurso de revista de decisão do TRT-2a. Região, sendo recorrente Mause S/A-Equipamentos Industriais. Dr. Luiz Antonio Abrahão e recorrido Juliano Storer. Dr. Alino da Costa Monteiro. Foi relator o Exmo. Sr. Ministro Américo de Souza e revisor o Exmo. Sr. Ministro José Carlos da Fonseca, tendo a Turma resolvido, unanimemente, não conhecer da revista. Falou pelo recorrido o Dr. José Francisco Boselli.

PROCESSO RR-7146/85.3, relativo ao recurso de revista de decisão do TRT-3a. Região, sendo recorrente José Geraldo Nereu. Dr. Múcio Wanderley Borja e recorrido Cia. Siderúrgica Belgo Mineira. Dr. José Cabral. Foi relator o Exmo. Sr. Ministro Américo de Souza e revisor o Exmo. Sr. Ministro Fernando Vilar, tendo a Turma resolvido, unanimemente, não conhecer da revista. A Presidência da Turma deferiu juntada do instrumento procuratório, requerida da tribuna pelo douto patrono do recorrido. Falou pela recorrida o Dr. Victor Russomano Júnior.

PROCESSO RR-3783/85.6, relativo ao recurso de revista de decisão do TRT-1a. Região, sendo recorrente Cia. Progresso Industrial do Brasil - Fábrica - Bangu. Dra. Sonia B. Cortinhas e recorrido Vanderlei Sant'Anna e Outro. Dr. Alino da Costa Monteiro. Foi relator o Exmo. Sr. Ministro Américo de Souza e revisor o Exmo. Sr. Ministro José Carlos da Fonseca, tendo a Turma resolvido, unanimemente, não conhecer da revista. Falou pe

lo recorrido o Dr. José Francisco Boselli.

PROCESSO RR-3583/86.4, relativo ao recurso de revista de decisão do TRT-4a. Região, sendo recorrente João Aurélio da Silva Goulart. Dr. Alino da Costa Monteiro e recorrido Cia. Estadual de Energia Elétrica-CEEE. Dra. Ester Willians Bragança. Foi relator o Exmo. Sr. Ministro Américo de Souza e revisor o Exmo. Sr. Ministro José Carlos da Fonseca, tendo a Turma resolvido por maioria, conhecer da revista, pela divergência jurisprudencial, vencido o Exmo. Sr. Ministro Américo de Souza, relator e, no mérito, negar-lhe provimento. Redigirá o Acórdão o Exmo. Sr. Ministro José Carlos da Fonseca, revisor. Falou pelo recorrente o Dra. Paula Frassinetti Viana Atta e pelo recorrido o Dr. Ester Willians Bragança.

PROCESSO RR-4974/86.5, relativo ao recurso de revista de decisão do TRT-5a. Região, sendo recorrente Antonio Raimundo dos Santos. Dr. Raphael Bartilotti e recorrido Rede Ferroviária Federal S/A. Dr. Eduardo Silva Costa. Foi relator o Exmo. Sr. Ministro Américo de Souza e revisor o Exmo. Sr. Ministro Fernando Vilar, tendo a Turma resolvido, unanimemente, não conhecer da revista. Falou pelo recorrido o Dr. Roberto Caldas A. Oliveira.

PROCESSO RR-6056/86.2, relativo ao recurso de revista de decisão do TRT-4a. Região, sendo recorrente Ney Luciano Pereira e Outros. Dr. Alino da Costa Monteiro e recorrido Cia. Estadual de Energia Elétrica-CEEE. Dr. Ivo Evangelista de Ávila. Foi relator o Exmo. Sr. Ministro Américo de Souza e revisor o Exmo. Sr. Ministro José Carlos da Fonseca, tendo a Turma resolvido, unanimemente, conhecer da revista, e, no mérito, por maioria, dar-lhe provimento, para em afastando a prescrição total, determinar o retorno dos autos à J.C.J. de origem, para que aprecie estas demandas no tocante a todos os autores, vencido o Exmo. Sr. Ministro José Carlos da Fonseca, revisor. Falou pelo recorrente a Dra. Paula Frassinetti Viana Atta e pelo recorrido a Dra. Ester Willians Bragança.

PROCESSO RR-6907/86.9, relativo ao recurso de revista de decisão do TRT-2a. Região, sendo recorrente Clemente Ferreira Alves e Outros. Drs. Alino da Costa Monteiro e Victor Russomano Jr. e recorrido ELETROPÁULO - Eletricidade de São Paulo S/A. Dr. João dos Santos Miguel. Foi relator o Exmo. Sr. Ministro Américo de Souza e revisor o Exmo. Sr. Ministro José Carlos da Fonseca, tendo a Turma resolvido por maioria, conhecer da revista, pela divergência jurisprudencial, vencidos os Exmos. Srs. Ministros Américo de Souza, relator e José Carlos da Fonseca, revisor, e, no mérito, dar-lhe provimento, para em reformando o Acórdão Regional restabelecer o entendimento sufragado pela MM J.C.J. Redigirá o acórdão o Exmo. Sr. Ministro Marco Aurélio. Falou pelo recorrente o Dr. Victor Russomano Júnior.

PROCESSO AI-2079/86.9, relativo ao agravo de instrumento de despacho do juiz presidente do TRT-9a. Região, sendo agravante Banco Nacional de Crédito Cooperativo S/A. Dr. João Amadeu Guiss e agravado Inez Pellizzaro. Dr. Ulisses Borges de Resende. Foi relator o Exmo. Sr. Ministro Américo de Souza, tendo a Turma resolvido, unanimemente, negar provimento ao agravo.

PROCESSO AI-5130/86.7, relativo ao agravo de instrumento de despacho do juiz presidente do TRT-9a. Região, sendo agravante Banco Nacional de Crédito Cooperativo S/A. Dr. Rogério Avelar e agravado Inez Pellizzaro. Dr. S. Riedel de Figueiredo. Foi relator o Exmo. Sr. Ministro Américo de Souza, tendo a Turma resolvido, unanimemente, negar provimento ao agravo.

PROCESSO RR-4597/86.3, relativo ao recurso de revista de decisão do TRT-9a. Região, sendo recorrente Inez Pellizzaro. Dr. S. Riedel de Figueiredo e recorrido Banco Nacional de Crédito Cooperativo S/A. Dr. Rogério Avelar. Foi relator o Exmo. Sr. Ministro Américo de Souza e revisor o Exmo. Sr. Ministro José Carlos da Fonseca, tendo a Turma resolvido, unanimemente, conhecer da revista, e, no mérito, dar-lhe provimento, para em reformando o Acórdão Regional, expungir da condenação a compensação deferida. Falou pelo recorrido o Dr. Rogério Avelar.

PROCESSO RR-5436/86.9, relativo ao recurso de revista de decisão do TRT-3a. Região, sendo recorrente Celso Luiz de Araújo. Dr. Glauro Bráulio Santos e recorrido Mineração Morro Velho S/A. Dr. Lucas de Miranda Lima. Foi relator o Exmo. Sr. Ministro Américo de Souza e revisor o Exmo. Sr. Ministro José Carlos da Fonseca, tendo a Turma resolvido, por maioria não conhecer da revista, vencidos os Exmos. Srs. Ministros Marco Aurélio e Fernando Vilar. Deu-se por impedido o Exmo. Sr. Ministro Vieira de Mello, face a suspeição jurada. A Presidência da Turma deferiu juntada do instrumento procuratório, requerida da tribuna pelo douto patrono do recorrido. Falou pelo recorrido o Dr. Victor Russomano Júnior.

PROCESSO RR-6920/86.4, relativo ao recurso de revista de decisão do TRT-4a. Região, sendo recorrente Osvaldo Rocha. Dr. José Torres das Neves e recorrido Banco Nacional S/A. Dr. Aluisio Xavier de Albuquerque. Foi relator o Exmo. Sr. Ministro Américo de Souza e revisor o Exmo. Sr. Ministro José Carlos da Fonseca, tendo a Turma resolvido, unanimemente, conhecer da revista, e, no mérito, negar-lhe provimento. A Presidência da Turma deferiu juntada do instrumento procuratório, requerida da tribuna pelo douto patrono do recorrente. Falou pelo recorrente o Dr. José Antonio Piovesan Zanini.

PROCESSO AI-6997/86.5, relativo ao agravo de instrumento de despacho do juiz presidente do TRT-4a. Região, sendo agravante Banco Nacional de Crédito Cooperativo S/A-BNCC. Dr. Rogério Reis Avelar e agravado Luiz Carlos da Silva dos Santos. Dr. José Torres das Neves. Foi relator o Exmo. Sr. Ministro Américo de Souza, tendo a Turma resolvido, unanimemente, negar provimento ao agravo.

PROCESSO RR-6399/86.2, relativo ao recurso de revista de decisão do TRT-4a. Região, sendo recorrente Luiz Carlos da Silva dos Santos. Dr. José Torres das Neves e recorrido Banco Nacional de Crédito Cooperativo S/A-BNCC. Dr. Rogério Reis Avelar. Foi relator o Exmo. Sr. Ministro Américo de Souza e revisor o Exmo. Sr. Ministro Fernando Vilar, tendo a Turma resolvido, unanimemente, conhecer da revista, quanto ao reajustamento do anuênio, e, no mérito, negar-lhe provimento. A Presidência da Turma deferiu juntada do instrumento procuratório, requerida da tribuna pelo douto patrono do recorrente. Falou pelo recorrente o Dr. José Antonio Piovesan Zanini e pelo recorrido o Dr. Rogério Avelar.

PROCESSO RR-4709/86.0, relativo ao recurso de revista de decisão do TRT-8a. Região, sendo recorrente Banco Nacional de Crédito Cooperativo S/A. Dr. Rogério Avelar e recorrido Sind. dos Empregados em Estabelecimentos Bancários no Estado do Pará e Território Federal do Amapá. Foi relator o Exmo. Sr. Ministro José Carlos da Fonseca e revisor o Exmo. Sr.

Ministro Fernando Vilar, tendo a Turma resolvido, unanimemente, conhecer da revista, e, no mérito, dar-lhe provimento, para em reformando o acórdão regional concluir pela ilegitimidade ad causam do Sindicato julgando extinto o processo sem julgamento do mérito. Falou pelo recorrente o Dr. Rogério Avelar.....

PROCESSO RR-6422/86.3, relativo ao recurso de revista de decisão do TRT-2a. Região, sendo recorrente Irineo Pereira Lima e FEPASA-Ferrovia Paulista S/A. Drs. Alino da Costa Monteiro e Evely Marsiglia de O. Santos e recorridos os mesmos. Foi relator o Exmo. Sr. Ministro José Carlos da Fonseca e revisor o Exmo. Sr. Ministro Marco Aurélio, tendo a Turma resolvido, unanimemente, não conhecer da revista do reclamante; quanto ao recurso adesivo da Empresa, unanimemente, dele não conhecer. Falou pelo 1º recorrente o Dr. Roberto de Figueiredo Caldas.....

PROCESSO RR-90/87.6, relativo ao recurso de revista de decisão do TRT 2a. Região, sendo recorrente Arlindo Justino Lourenço. Dr. Adib Tanil Filho e recorrido Microlite S/A. Dr. Draúcio A. Villas Boas Rangel. Foi relator o Exmo. Sr. Ministro Américo de Souza e revisor o Exmo. Sr. Ministro Fernando Vilar, tendo a Turma resolvido, unanimemente, conhecer da revista, e, no mérito, dar-lhe provimento, para em reformando o acórdão regional deferir a integração das horas extras ao salário, respeitado o limite de duas horas, bem como reflexos. A Presidência da Turma deferiu juntada do instrumento procuratório, requerida da tribuna pelo douto patrono do recorrido. Falou pelo recorrido a Dra. Marliam Berwanger.....

As dezoito horas e trinta minutos não tendo sido esgotada a pauta o Exmo. Sr. Ministro Presidente, deu por encerrada a Sessão, e, para constar, eu Diretora de Serviço da Secretaria da Primeira Turma, em exercício, lavrei a presente Ata que vai assinada pelo Exmo. Sr. Ministro Presidente e por mim subscrita aos vinte e cinco dias do mês de agosto de mil novecentos e oitenta e sete.

MARCO AURÉLIO MENDES DE FARIAS MELLO - Ministro Presidente da Primeira Turma - MYRIAM HAGE DA ROCHA SERVO - Diretora de Serviço da Secretaria da Primeira Turma, em exercício.

ATA DA DÉCIMA NONA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA PRIMEIRA TURMA DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

Aos vinte e cinco dias do mês de agosto de mil novecentos e oitenta e sete, às nove horas, na Sala de Sessões da Primeira Turma, o Excelentíssimo Senhor Ministro Presidente MARCO AURÉLIO MENDES DE FARIAS MELLO, abriu a Sessão registrando as presenças dos Excelentíssimos Senhores Ministros VIEIRA DE MELLO, AMÉRICO DE SOUZA, FERNANDO VILAR e JOSÉ CARLOS DA FONSECA, do Excelentíssimo Senhor Subprocurador Geral da Justiça do Trabalho o Doutor HEGLER JOSÉ HORTA BARBOSA representando a Procuradoria Geral da Justiça do Trabalho, sendo Diretora de Serviço da Secretaria da Primeira Turma, em exercício a Doutora MYRIAM HAGE DA ROCHA SERVO. Lida e aprovada a ATA da Sessão anterior. Não havendo matéria de expediente, em seguida passou-se aos julgamentos.....

PROCESSO AI-0164/86.1, relativo ao agravo de instrumento de despacho do juiz presidente do TRT da 2a. região, sendo agravante Cia. Docas do Estado de São Paulo - CODESP Dr. Célio Silva e agravado Antonio Fortes e outros Dr. Eraldo Aurélio Franzese. Foi relator o Exmº Sr. Ministro Fernando Vilar, tendo a Turma resolvido, unanimemente, negar provimento ao agravo.....

PROCESSO AI-0179/86.0, relativo ao agravo de instrumento de despacho do juiz presidente do TRT da 2a. região, sendo agravante Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas de São Paulo Dr. Vasco Pellacani Neto e agravado Felipe Wainer. Foi relator o Exmº Sr. Ministro Fernando Vilar, tendo a Turma resolvido, unanimemente, negar provimento ao agravo.....

PROCESSO AI-0213/86.2, relativo ao agravo de instrumento de despacho do juiz presidente do TRT da 4a. região, sendo agravante Rosaura Rodrigues Duarte Dr. Ulisses Riedel de Resende e agravado 3M do Brasil Ltda Dra. Vera Maria Reis da Cruz. Foi relator o Exmº Sr. Ministro Fernando Vilar, tendo a Turma resolvido, unanimemente, negar provimento ao agravo.....

PROCESSO AI-0522/86.4, relativo ao agravo de instrumento de despacho do juiz presidente do TRT da 2a. região, sendo agravante FEPASA - Ferrovia Paulista S/A Dr. Sérgio Moura Campos e agravado Miguel Caetano. Foi relator o Exmº Sr. Ministro Fernando Vilar, tendo a Turma resolvido, unanimemente, negar provimento ao agravo.....

PROCESSO AI-0538/86.1, relativo ao agravo de instrumento de despacho do juiz presidente do TRT da 2a. região, sendo agravante Valdemar Martins Dr. Moyses Simão Sznifer e agravado Massa Falida de Metalúrgica Arja S/A - Indústria e Comércio. Foi relator o Exmº Sr. Ministro Fernando Vilar, tendo a Turma resolvido, unanimemente, negar provimento ao agravo.....

PROCESSO AI-1356/86.9, relativo ao agravo de instrumento de despacho do juiz presidente do TRT da 5a. região, sendo agravante Banco Mercantil de São Paulo S/A Dr. Ubirajara Falcão Rios e agravado Edvaldo Dantas Souza Dr. Antonio Andrade Filho. Foi relator o Exmº Sr. Ministro Fernando Vilar, tendo a Turma resolvido, unanimemente, negar provimento ao agravo.....

PROCESSO AI-1702/86.5, relativo ao agravo de instrumento de despacho do juiz presidente do TRT da 2a. região, sendo agravante Indústria de Papéis de Arte José Tscherkassky S/A Dr. Antonio Fakhany Júnior e agravado José Martins Ribeiro Dr. Vandernailen de Menezes Caldas. Foi relator o Exmº Sr. Ministro Fernando Vilar, tendo a Turma resolvido, unanimemente, negar provimento ao agravo.....

PROCESSO AI-2097/86.1, relativo ao agravo de instrumento de despacho do juiz presidente do TRT da 2a. região, sendo agravante Plínio Aparecido Risso Dr. Luiz Francisco Fernandes e agravado Citrosuco Paulista S/A Dra. Marisa Ribanco. Foi relator o Exmº Sr. Ministro Fernando Vilar, tendo a Turma resolvido, unanimemente, não conhecer do agravo.....

PROCESSO AI-2349/86.5, relativo ao agravo de instrumento de despacho do juiz presidente do TRT da 2a. região, sendo agravante Panificados Mafra Ltda Dr. Théo Escobar Júnior e agravado Sindicato dos Empregados no Comércio Hoteleiro e Similares de São Paulo Dra. Gisele Soares. Foi relator o Exmº Sr. Ministro Fernando Vilar, tendo a Turma resolvido, unanimemente, não conhecer do agravo.....

PROCESSO AI-2380/86.2, relativo ao agravo de instrumento de despacho do juiz presidente do TRT da 1a. região, sendo agravante Cia. Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE e agravado Salim Machado da Costa Dr. Luiz Carlos Carneiro. Foi relator o Exmº Sr. Ministro Fernando Vilar, tendo a Turma resolvido, unanimemente, negar provimento ao agravo.....

PROCESSO AI-4259/86.7, relativo ao agravo de instrumento de despacho do juiz presidente do TRT da 2a. região, sendo agravante Alba Química Indústria e Comércio Ltda Dr. José Ubirajara Peluso e agravado Adalberto Antonio Gentil Dr. José Carlos Stein. Foi relator o Exmº Sr. Ministro Fernando Vilar, tendo a Turma resolvido, unanimemente, negar provimento ao agravo.....

PROCESSO AI-4260/86.5, relativo ao agravo de instrumento de despacho do juiz presidente do TRT da 2a. região, sendo agravante Adalberto Antonio Gentil Dr. Alino da Costa Monteiro e agravado Alba Química Indústria e Comércio Ltda Dr. José Ubirajara Peluso. Foi relator o Exmº Sr. Ministro Fernando Vilar, tendo a Turma resolvido, unanimemente, não conhecer do agravo, face à irregularidade de representação processual.....

PROCESSO AI-4465/86.1, relativo ao agravo de instrumento de despacho do juiz presidente do TRT da 4a. região, sendo agravante Empresa Brasileira de Engenharia S/A Dr. George Achutti e agravado Mozar Arnaldo de Oliveira Dr. Cláudio Battaglia. Foi relator o Exmº Sr. Ministro Fernando Vilar, tendo a Turma resolvido, unanimemente, negar provimento ao agravo.....

PROCESSO RR-4010/86.1, relativo ao recurso de revista de decisão do TRT da 2a. região, sendo recorrente S/A "O Estado de São Paulo" Dra. Eliana Amaral França P. de Medeiros e recorrido Mário Chimanovitch Dr. S. Riedel de Figueiredo. Foi relator o Exmº Sr. Ministro Américo de Souza e revisor o Exmº Sr. Ministro Fernando Vilar, tendo a Turma resolvido, por maioria, conhecer da revista, por vulneração do artigo 843 § 2º da CLT, vencidos os Exmºs. Srs. Ministros Américo de Souza, relator e Fernando Vilar, revisor e, no mérito, dar-lhe provimento para em reformando o Acórdão Regional, concluir pelo arquivamento da reclamação, julgando extinto o processo sem julgamento do mérito. Redigirá o acórdão o Exmº Sr. Ministro Marco Aurélio. Falou pelo recorrente a Doutora Maria Cristina Paixão Côrtes e pelo recorrido o Dr. Sid H. Riedel de Figueiredo.....

PROCESSO AI-4281/86.8, relativo ao agravo de instrumento de despacho do juiz presidente do TRT da 1a. região, sendo agravante Casas da Banha Comércio e Indústria S/A Dr. José Rodrigues Mandú e agravado Jorge Luiz Batista Amancio Dr. Marco Aurélio Stanziola Leal. Foi relator o Exmº Sr. Ministro Américo de Souza, tendo a Turma resolvido, unanimemente, negar provimento ao agravo.....

PROCESSO AI-4478/86.7, relativo ao agravo de instrumento de despacho do juiz presidente do TRT da 5a. região, sendo agravante Banco do Brasil S/A Dr. Márcio Netto Baeta e agravado Janete Guimarães Oliveira Dr. Nilson Tosta de Araújo. Foi relator o Exmº Sr. Ministro Américo de Souza, tendo a Turma resolvido, unanimemente, negar provimento ao agravo.....

PROCESSO AI-4696/86.9, relativo ao agravo de instrumento de despacho do juiz presidente do TRT da 6a. região, sendo agravante PRESTA - Serviços Técnicos Administrativos Ltda Dr. Luiz de Alencar Bezerra e agravado João Borges Vieira e Mesbla S/A Dr. José Barbosa de Araújo. Foi relator o Exmº Sr. Ministro Américo de Souza, tendo a Turma resolvido, unanimemente, negar provimento ao agravo.....

PROCESSO AI-5065/86.8, relativo ao agravo de instrumento de despacho do juiz presidente do TRT da 9a. região, sendo agravante Banco Bamerindus do Brasil S/A Dr. Paulo César Gontijo e agravado Dolores Balatka Dr. Negtor A. Malvessi. Foi relator o Exmº Sr. Ministro Américo de Souza, tendo a Turma resolvido, unanimemente, negar provimento ao agravo.....

PROCESSO AI-5280/86.8, relativo ao agravo de instrumento de despacho do juiz presidente do TRT da 2a. região, sendo agravante Cia. Municipal de Transportes Coletivos - CMTC Dr. Draúcio A. Villas Boas Rangel e agravado Afonso da Silva Dr. Eduardo do Vale Barbosa. Foi relator o Exmº Sr. Ministro Américo de Souza, tendo a Turma resolvido, unanimemente, negar provimento ao agravo.....

PROCESSO AI-5424/86.9, relativo ao agravo de instrumento de despacho do juiz presidente do TRT da 1a. região, sendo agravante Edylio Santos e outros Dr. Julio Vasserstein e agravado Cia. Docas do Espírito Santo - CODESA Dr. Emilio Augusto Trinxet Brandão. Foi relator o Exmº Sr. Ministro Américo de Souza, tendo a Turma resolvido, unanimemente, não conhecer do agravo.....

PROCESSO AI-5441/86.3, relativo ao agravo de instrumento de despacho do juiz presidente do TRT da 3a. região, sendo agravante Banco do Brasil S/A Dr. Márcio Netto Baeta e agravado Jarbas Ferreira Ribeiro Dr. Walter Paulo Reis. Foi relator o Exmº Sr. Ministro Américo de Souza, tendo a Turma resolvido, unanimemente, negar provimento ao agravo.....

PROCESSO AI-6029/86.2, relativo ao agravo de instrumento de despacho do juiz presidente do TRT da 1a. região, sendo agravante Banco de Crédito Real de Minas Gerais S/A Dr. Hugo Gueiros Bernardes, agravado Paulo Pinto Peixoto Dr. Acrísio de Moraes Rego Bastos. Foi relator o Exmº Sr. Ministro Américo de Souza, tendo a Turma resolvido, unanimemente, negar provimento ao agravo.....

PROCESSO AI-6399/86.9, relativo ao agravo de instrumento de despacho do juiz presidente do TRT da 3a. região, sendo agravante Casas da Banha Comércio e Indústria S/A Dra. Itália Maria Viglioni e agravado Samuel Rodrigues dos Santos Dr. João Soares da Silveira. Foi relator o Exmº Sr. Ministro Américo de Souza, tendo a Turma resolvido, unanimemente, não conhecer do agravo.....

PROCESSO AI-6358/86.9, relativo ao agravo de instrumento de despacho do juiz presidente do TRT da 3a. região, sendo agravante Produtos Piraíta Indústria e Comércio Ltda Dr. Gerson Gomes Ferreira e agravado Roberto dos Santos Dr. Lay Freitas. Foi relator o Exmº Sr. Ministro Américo de Souza, tendo a Turma resolvido, unanimemente, negar provimento ao agravo.....

PROCESSO AI-6532/86.9, relativo ao agravo de instrumento de despacho do juiz presidente do TRT da 5a. região, sendo agravante Departamento de Estradas de Rodagem da Bahia DERBA Dr. Antonio Lisboa Lima de Carvalho e agravado Constantino Silva Filho Dr. Renato Cruz Vieira. Foi relator o Exmº Sr. Ministro Américo de Souza, tendo a Turma resolvido, unanimemente, não conhecer do agravo.....

PROCESSO AI-6550/86.1, relativo ao agravo de instrumento de despacho do juiz presidente do TRT da 3a. região, sendo agravante Comercial Acmar Ltda Dr. Thomaz Leôncio e agravado Eli Miranda Rossi Dra. Lay Freitas. Foi relator o Exmº Sr. Ministro Américo de Souza, tendo a Turma resolvido, unanimemente, não conhecer do agravo.....

vido, unanimemente, negar provimento ao agravo.....

PROCESSO AI-6580/86.1, relativo ao agravo de instrumento de despacho do juiz presidente do TRT da 2a. região, sendo agravante FEPASA - Ferrovia Paulista S/A Dra. Evelyn Marsiglia de Oliveira Santos e agravado Ari Rossi Dr. Ulisses Riedel de Resende. Foi relator o Exmº Sr. Ministro Américo de Souza, tendo a Turma resolvido, unanimemente, negar provimento ao agravo.....

PROCESSO AI-6676/86.6, relativo ao agravo de instrumento de despacho do juiz presidente do TRT da 2a. região, sendo agravante Banco do Brasil S/A Dr. Roberto Rodrigues de Carvalho e agravado Antonio Veras Gimez Dr. Antônio Lopes Noleto. Foi relator o Exmº Sr. Ministro Américo de Souza, tendo a Turma resolvido, unanimemente, negar provimento ao agravo.....

PROCESSO AI-6742/86.3, relativo ao agravo de instrumento de despacho do juiz presidente do TRT da 4a. região, sendo agravante A. Soberana dos Móveis Ltda Dr. Renato J.B. de Bicca e agravado Belmonte Vargas da Rosa Dr. Nelson J.M. Ribas. Foi relator o Exmº Sr. Ministro Américo de Souza, tendo a Turma resolvido, unanimemente, negar provimento ao agravo.....

PROCESSO AI-6850/86.6, relativo ao agravo de instrumento de despacho do juiz presidente do TRT da 5a. região, sendo agravante Reynaldo Nascimento Reis Dr. Jairo Andrade de Miranda e agravado Petróleo Brasileiro S/A - Petrobrás Dr. Cláudio Penna Fernandez. Foi relator o Exmº Sr. Ministro Américo de Souza, tendo a Turma resolvido, unanimemente, não conhecer do agravo.....

PROCESSO AI-6941/86.6, relativo ao agravo de instrumento de despacho do juiz presidente do TRT da 2a. região, sendo agravante Jovina Duarte Gil e outros Dr. Francisco Ary Montenegro Castelo e agravado Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo Dr. Irandy Ferrari. Foi relator o Exmº Sr. Ministro Américo de Souza, tendo a Turma resolvido, unanimemente, negar provimento ao agravo.....

PROCESSO AI-6976/86.2, relativo ao agravo de instrumento de despacho do juiz presidente do TRT da 1a. região, sendo agravante Antonio Conceição da Silva Dr. Djalma José de Oliveira Lobo e agravado CONSTECCA Construções, Empreendimentos e Participações Ltda. Foi relator o Exmº Sr. Ministro Américo de Souza, tendo a Turma resolvido, unanimemente, negar provimento ao agravo.....

PROCESSO AI-7020/86.3, relativo ao agravo de instrumento de despacho do juiz presidente do TRT da 4a. região, sendo agravante Empresa Brasileira de Engenharia S/A Dr. George Achutti e agravado Almeri Escoutto. Foi relator o Exmº Sr. Ministro Américo de Souza, tendo a Turma resolvido, unanimemente, negar provimento ao agravo.....

PROCESSO AI-7029/86.9, relativo ao agravo de instrumento de despacho do juiz presidente do TRT da 4a. região, sendo agravante M. Roscoe S/A Engenharia, Indústria e Comércio Dr. Cláudio Scandola e agravado Oldemir Gonçalves Paim. Foi relator o Exmº Sr. Ministro Américo de Souza, tendo a Turma resolvido, unanimemente, negar provimento ao agravo.....

PROCESSO AI-7055/86.9, relativo ao agravo de instrumento de despacho do juiz presidente do TRT da 2a. região, sendo agravante Banco Francês e Brasileiro S/A Dr. Paulo Soares Hungria Neto e agravado Ismael Silveira Bretas Dr. Marco Rogério de Paula. Foi relator o Exmº Sr. Ministro Américo de Souza, tendo a Turma resolvido, unanimemente, não conhecer do agravo, face à deserção.....

PROCESSO AI-7087/86.3, relativo ao agravo de instrumento de despacho do juiz presidente do TRT da 2a. região, sendo agravante José Rodrigues da Costa Dra. Dilma Maria Toledo Augusto e agravado Cia. Municipal de Transportes Coletivos - CMTC Dra. Divanilda M.P. de Souza Oliveira. Foi relator o Exmº Sr. Ministro Américo de Souza, tendo a Turma resolvido, unanimemente, negar provimento ao agravo.....

PROCESSO AI-7097/86.6, relativo ao agravo de instrumento de despacho do juiz presidente do TRT da 5a. região, sendo agravante Mineração Morro Velho S/A Dr. Luiz Alberto de Carvalho e agravado Simão Moraes Dias e Outros Dr. Valdino Pereira da Silva. Foi relator o Exmº Sr. Ministro Américo de Souza, tendo a Turma resolvido, unanimemente, negar provimento ao agravo.....

PROCESSO AI-7132/86.6, relativo ao agravo de instrumento de despacho do juiz presidente do TRT da 2a. região, sendo agravante Posto de Gasolina Ringo Ltda Dr. Walter Arca Silvestre e agravado Noel Alves de Souza Dra. Neli da Rocha Lessa. Foi relator o Exmº Sr. Ministro Américo de Souza, tendo a Turma resolvido, unanimemente, negar provimento ao agravo.....

PROCESSO AI-7228/86.2, relativo ao agravo de instrumento de despacho do juiz presidente do TRT da 4a. região, sendo agravante Imobiliária Torres - Comércio e Representações Ltda Dr. Achylles José Finger e agravado do Sind. dos Empregados em Turismo e Hospitalidade de Rio Grande. Foi relator o Exmº Sr. Ministro Américo de Souza, tendo a Turma resolvido, unanimemente, negar provimento ao agravo.....

PROCESSO AI-7260/86.6, relativo ao agravo de instrumento de despacho do juiz presidente do TRT da 2a. região, sendo agravante Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRÁS Cláudio Penna Fernandez e agravado Edson Lucas da Silva Dr. Arnaldo Valente. Foi relator o Exmº Sr. Ministro Américo de Souza, tendo a Turma resolvido, unanimemente, negar provimento ao agravo.....

PROCESSO AI-7293/86.7, relativo ao agravo de instrumento de despacho do juiz presidente do TRT da 3a. região, sendo agravante American Optical do Brasil Ltda e Lentecolor - Ind. de Coloração Ltda Dr. João Batista Antunes de Carvalho e agravado Arilton Evangelista Dr. Ildeu Leonardo-Lopes. Foi relator o Exmº Sr. Ministro Américo de Souza, tendo a Turma resolvido, unanimemente, negar provimento ao agravo.....

PROCESSO AI-6826/86.1, relativo ao agravo de instrumento de despacho do juiz presidente do TRT da 2a. região, sendo agravante Hércules S/A-Equipamentos Industriais Dr. Rafael E. Pugliese Ribeiro e agravado Adilson Frias Dr. Sylmar Gaston Schwab. Foi relator o Exmº Sr. Ministro Américo de Souza, tendo a Turma resolvido, unanimemente, negar provimento ao agravo.....

PROCESSO AI-7311/86.2, relativo ao agravo de instrumento de despacho do juiz presidente do TRT da 9a. região, sendo agravante Construções e Comércio Camargo Corrêa S/A Dr. Alceu Biancolini Filho e agravado Léo Me teka e Outro Dr. Valdir Gehlen. Foi relator o Exmº Sr. Ministro Américo de Souza, tendo a Turma resolvido, unanimemente, negar provimento ao agravo.....

PROCESSO AI-7331/86.9, relativo ao agravo de instrumento de despacho do juiz presidente do TRT da 2a. região, sendo agravante Hospital das Clí-

nicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo Dr. Juracy Cardozo e agravado Marcondes Bessi Dr. Antonio Lopes Noleto. Foi relator o Exmº Sr. Ministro Américo de Souza, tendo a Turma resolvido, unanimemente, negar provimento ao agravo.....

PROCESSO AI-7344/86.4, relativo ao agravo de instrumento de despacho do juiz presidente do TRT da 1a. região, sendo agravante Posto Servauto Ltda Dr. José Kleuver Jardim e agravado Carlos Victorino da Silva Dr. Cid Xisto Coelho. Foi relator o Exmº Sr. Ministro Américo de Souza, tendo a Turma resolvido, unanimemente, negar provimento ao agravo.....

PROCESSO AI-7446/86.4, relativo ao agravo de instrumento de despacho do juiz presidente do TRT da 2a. região, sendo agravante Adalberto Batista Rocha Dr. Ulisses Riedel de Resende e agravado Agaç Indústria e Comércio, Importação e Exportação de Máquinas e Plásticos Ltda Dr. Aniva ru Galo. Foi relator o Exmº Sr. Ministro Américo de Souza, tendo a Turma resolvido, unanimemente, negar provimento ao agravo.....

PROCESSO AI-7460/86.6, relativo ao agravo de instrumento de despacho do juiz presidente do TRT da 1a. região, sendo agravante José Pinheiro Coitinho Dr. Paulo Renato Vilhena Pereira e agravado Cia. de Eletricidade do Estado do Rio de Janeiro - CERJ Dr. João Luiz Peralta da Silva. Foi relator o Exmº Sr. Ministro Américo de Souza, tendo a Turma resolvido, unanimemente, negar provimento ao agravo.....

PROCESSO AI-7481/86.0, relativo ao agravo de instrumento de despacho do juiz presidente do TRT da 2a. região, sendo agravante Banco Mercantil de São Paulo S/A - Finasa Dr. Alcides Osmar Manara e agravado Simeão Edison Williamson Dr. José Torres das Neves. Foi relator o Exmº Sr. Ministro Américo de Souza, tendo a Turma resolvido, unanimemente, negar provimento ao agravo.....

PROCESSO AI-7500/86.2, relativo ao agravo de instrumento de despacho do juiz presidente do TRT da 4a. região, sendo agravante Banco Brasileiro de Descontos S/A - Bradesco Dr. João Batista de Moraes e agravado Jante Barcellos de Souza Dr. José Torres das Neves. Foi relator o Exmº Sr. Ministro Américo de Souza, tendo a Turma resolvido, unanimemente, negar provimento ao agravo.....

PROCESSO AI-7511/86.3, relativo ao agravo de instrumento de despacho do juiz presidente do TRT da 4a. região, sendo agravante Lorene da Motta - Lopes Dr. José Torres das Neves e agravado Banco Habitasul S/A Dr. Francisco José da Rocha. Foi relator o Exmº Sr. Ministro Américo de Souza, tendo a Turma resolvido, unanimemente, negar provimento ao agravo.....

PROCESSO AI-7533/86.4, relativo ao agravo de instrumento de despacho do juiz presidente do TRT da 2a. região, sendo agravante Cia. de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP Dr. Marcelo Antonio Paolillo Guimarães e agravado Adilson Sales Galvão e Outros Dr. Riscalla Abdala Elias. Foi relator o Exmº Sr. Ministro Américo de Souza, tendo a Turma resolvido, unanimemente, negar provimento ao agravo.....

PROCESSO AI-7545/86.1, relativo ao agravo de instrumento de despacho do juiz presidente do TRT da 2a. região, sendo agravante Hélio Tarricone Arbulo Dr. Aroaldo Petti e agravado Fazenda Pública do Estado de São Paulo e outro Dr. Bernardino José de C. Nogueira. Foi relator o Exmº Sr. Ministro Américo de Souza, tendo a Turma resolvido, unanimemente, negar provimento ao agravo.....

PROCESSO AI-7558/86.7, relativo ao agravo de instrumento de despacho do juiz presidente do TRT da 2a. região, sendo agravante Genésio Germa no Diniz Dra. Dilma Maria Toledo Augusto e agravado Cetenco Engenharia S/A. Foi relator o Exmº Sr. Ministro Américo de Souza, tendo a Turma resolvido, unanimemente, negar provimento ao agravo.....

PROCESSO AI-7574/86.4, relativo ao agravo de instrumento de despacho do juiz presidente do TRT da 2a. região, sendo agravante Júlio Bernardino Dr. Enio Sandoval Peixoto e agravado Palace Promoções Ltda Dra. Márcia Cristina Paranhos Olmos. Foi relator o Exmº Sr. Ministro Américo de Souza, tendo a Turma resolvido, unanimemente, negar provimento ao agravo.....

PROCESSO AI-7587/86.9, relativo ao agravo de instrumento de despacho do juiz presidente do TRT da 2a. região, sendo agravante Maria Luiza dos Santos e outra Dra. Anésia Ferrari e agravado Mooca Atlético Clube Dr. Luiz Martins Garcia. Foi relator o Exmº Sr. Ministro Américo de Souza, tendo a Turma resolvido, unanimemente, não conhecer do agravo.....

PROCESSO AI-7671/86.7, relativo ao agravo de instrumento de despacho do juiz presidente do TRT da 4a. região, sendo agravante Unibanco-União de Banco Brasileiro S/A Dr. Evangelina Vassiliou Beck e agravado Jussara Terezinha Azambuja da Rocha Dr. Antonio Carlos S. Maineri. Foi relator o Exmº Sr. Ministro Américo de Souza, tendo a Turma resolvido, unanimemente, negar provimento ao agravo.....

PROCESSO AI-7672/86.4, relativo ao agravo de instrumento de despacho do juiz presidente do TRT da 4a. região, sendo agravante Unibanco Sistemas S/A Dr. Evangelina Vassiliou Beck e agravado Jussara Terezinha - Azambuja da Rocha Dr. Antonio Carlos S. Maineri. Foi relator o Exmº Sr. Ministro Américo de Souza, tendo a Turma resolvido, unanimemente, negar provimento ao agravo.....

PROCESSO AI-7704/86.2, relativo ao agravo de instrumento de despacho do juiz presidente do TRT da 12a. região, sendo agravante Catarinense de Cargas e Encomendas Ltda Dr. Moacyr Pereira e agravado Amilton José Schwartz Dr. Nilo Sérgio Gonçalves. Foi relator o Exmº Sr. Ministro Américo de Souza, tendo a Turma resolvido, unanimemente, negar provimento ao agravo.....

PROCESSO AI-7719/86.1, relativo ao agravo de instrumento de despacho do juiz presidente do TRT da 1a. região, sendo agravante Nuclebrás Engenharia S/A - NUCLEN Dr. Francisco Sales Calegari e agravado Rosalva - Moysés da Silva Dr. Haroldo de Castro Fonseca. Foi relator o Exmº Sr. Ministro Américo de Souza, tendo a Turma resolvido, unanimemente, negar provimento ao agravo.....

PROCESSO AI-7761/86.9, relativo ao agravo de instrumento de despacho do juiz presidente do TRT da 2a. região, sendo agravante FEPASA - Ferrovia Paulista S/A Dr. Sérgio Moura Campos e agravado Lourival José das Chagas Dr. Ricardo Trigueiros. Foi relator o Exmº Sr. Ministro Américo de Souza, tendo a Turma resolvido, unanimemente, negar provimento ao agravo.....

PROCESSO AI-7821/86.1, relativo ao agravo de instrumento de despacho do juiz presidente do TRT da 4a. região, sendo agravante Empresa Brasileira de Engenharia S/A Dr. George Achutti e agravado João de Oliveira Dr. Renato Wendling. Foi relator o Exmº Sr. Ministro Américo de Souza, tendo a Turma resolvido, unanimemente, negar provimento ao agravo.....

PROCESSO AI-7849/86.6, relativo ao agravo de instrumento de despacho do juiz presidente do TRT da 2a. região, sendo agravante Banco Brasi-

leiro de Descontos S/A - BRADESCO Dr. Norberto Capucci e agravado Irene Vaz dos Santos Dr. Emydio Scuarcialupi. Foi relator o Exmº Sr. Ministro Américo de Souza, tendo a Turma resolvido, unanimemente, negar provimento ao agravo.....

PROCESSO AI-7895/86.3, relativo ao agravo de instrumento de despacho do juiz presidente do TRT da 6a. região, sendo agravante Viana Leal Comércio S/A Dr. Ubirajara Emmanuel Tavares de Melo e agravado Antonio Carlos Ventura Gomes de Mello Dr. Francisco Alves Bezerra. Foi relator o Exmº Sr. Ministro Américo de Souza, tendo a Turma resolvido, unanimemente, negar provimento ao agravo.....

PROCESSO AI-7996/86.5, relativo ao agravo de instrumento de despacho do juiz presidente do TRT da 2a. região, sendo agravante Concremix S/A Dr. José Ubirajara Peluso e agravado Antonio Mendes da Silva Dr. José Oscar Borges. Foi relator o Exmº Sr. Ministro Américo de Souza, tendo a Turma resolvido, unanimemente, negar provimento ao agravo.....

PROCESSO AI-8117/86.3, relativo ao agravo de instrumento de despacho do juiz presidente do TRT da 1a. região, sendo agravante Jair Fernandes da Silva e outros Dr. Ulisses Borges de Resende e agravado Cia. Cervejaria Brahma Dr. Ursulino Santos Filho. Foi relator o Exmº Sr. Ministro Américo de Souza, tendo a Turma resolvido, unanimemente, negar provimento ao agravo.....

PROCESSO AI-8182/86.9, relativo ao agravo de instrumento de despacho do juiz presidente do TRT da 3a. região, sendo agravante Estado de Minas Gerais Dr. Francisco Deiró Couto Borges e agravado Elizabeth Serafim Brandão Dr. Daniel Ventura Netto. Foi relator o Exmº Sr. Ministro Américo de Souza, tendo a Turma resolvido, unanimemente, negar provimento ao agravo.....

PROCESSO AI-8466/86.7, relativo ao agravo de instrumento de despacho do juiz presidente do TRT da 7a. região, sendo agravante São Paulo Cia. Nacional de Seguros Dr. Jairo Araújo Baima e agravado Raimundo Nonato de Oliveira Dr. Jefferson Quesado Junior. Foi relator o Exmº Sr. Ministro Américo de Souza, tendo a Turma resolvido, unanimemente, negar provimento ao agravo.....

PROCESSO AI-0026/87.5, relativo ao agravo de instrumento de despacho do juiz presidente do TRT da 2a. região, sendo agravante Cia. Municipal de Transportes Coletivos - CMTC Dr. Dráusio A. Villas Boas Rangel e agravado João Custódio Dr. Ulisses Riedel de Resende. Foi relator o Exmº Sr. Ministro Américo de Souza, tendo a Turma resolvido, unanimemente, negar provimento ao agravo.....

PROCESSO AI-040/87.7, relativo ao agravo de instrumento de despacho do juiz presidente do TRT da 1a. região, sendo agravante José Ezequiel Rosa Dr. Marcelo Domingues e agravado Tenenge-Técnica Nacional de Engenharia S/A Dr. Adelino de Souza. Foi relator o Exmº Sr. Ministro Américo de Souza, tendo a Turma resolvido, unanimemente, não conhecer do agravo.....

PROCESSO AI-052/87.5, relativo ao agravo de instrumento de despacho do juiz presidente do TRT da 1a. região, sendo agravante Banco Brasileiro de Descontos S/A - BRADESCO Dr. Miguel A. Von Rondow e agravado Cleber Torres Andrade Dr. Adilson Martins Gomes. Foi relator o Exmº Sr. Ministro Américo de Souza, tendo a Turma resolvido, unanimemente, negar provimento ao agravo.....

PROCESSO AI-067/87.5, relativo ao agravo de instrumento de despacho do juiz presidente do TRT da 1a. região, sendo agravante Laboratórios Lepetit S/A Dr. Carmelo Corato e agravado Silvio Benedito de Souza Dr. Bruno Giovany de Miranda Rosas. Foi relator o Exmº Sr. Ministro Américo de Souza, tendo a Turma resolvido, unanimemente, não conhecer do agravo.....

PROCESSO AI-8612/86.2, relativo ao agravo de instrumento de despacho do juiz presidente do TRT da 4a. região, sendo agravante Unibanco - União de Bancos Brasileiros S/A Dr. Evangelina Vassiliou Beck e agravado João Francisco Coelho dos Santos Dr. Luiz Carlos Mazuhy Cunha. Foi relator o Exmº Sr. Ministro Américo de Souza, tendo a Turma resolvido, unanimemente, dar provimento ao agravo, para mandar processar a revista face, à prescrição é possível conflito com Enunciado 198 da Súmula.

PROCESSO AI-8613/86.0, relativo ao agravo de instrumento de despacho do juiz presidente do TRT da 4a. região, sendo agravante Unibanco-Distribuidora de Títulos e Valores Moviliários Ltda e Outro Dr. Evangelina Vassiliou Beck e agravado João Francisco Coelho dos Santos Dr. Luiz Carlos Mazuhy Cunha. Foi relator o Exmº Sr. Ministro Américo de Souza, tendo a Turma resolvido, unanimemente, negar provimento ao agravo.....

PROCESSO AI-8614/86.7, relativo ao agravo de instrumento de despacho do juiz presidente do TRT da 4a. região, sendo agravante Instituto João Moreira Salles Dr. Evangelina V. Beck e agravado João Francisco Coelho dos Santos. Foi relator o Exmº Sr. Ministro Américo de Souza, tendo a Turma resolvido, unanimemente, negar provimento ao agravo.....

PROCESSO AI-0679/87.3, relativo ao agravo de instrumento de despacho do juiz presidente do TRT da 13a. região, sendo agravante Prefeitura Municipal de Aroeiras Dr. Marcos Wande de Andrade - fls. 05 e agravado Maria José Henrique Figuerêdo. Foi relator o Exmº Sr. Ministro Américo de Souza, tendo a Turma resolvido, unanimemente, não conhecer do agravo.....

PROCESSO AI-4610/86.9, relativo ao agravo de instrumento de despacho do juiz presidente do TRT da 3a. região, sendo agravante José Roberto Tamm de Lima e Outros Dr. Osires Rocha e agravado Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social (REFER) Dra. Altamira Santos. Foi relator o Exmº Sr. Ministro Américo de Souza, tendo a Turma resolvido, unanimemente, negar provimento ao agravo.....

PROCESSO AI-8015/86.3, relativo ao agravo de instrumento de despacho do juiz presidente do TRT da 1a. região, sendo agravante Denise de Fátima Rosa da Rosa Barreto Dr. Hugo Mósca e agravado Perma Transportes S/A Dr. Lídio E. Lobo Araújo. Foi relator o Exmº Sr. Ministro Américo de Souza, tendo a Turma resolvido, unanimemente, dar provimento ao agravo, para mandar processar a revista.....

PROCESSO AI-4684/86.1, relativo ao agravo de instrumento de despacho do juiz presidente do TRT da 3a. região, sendo agravante Cervejaria Reuni das Skol Caracú S/A Dra. Leila Azevedo Sette e agravado James Cambraia Leão Dr. Francisco Luis dos Santos. Foi relator o Exmº Sr. Ministro Américo de Souza, tendo a Turma resolvido, unanimemente, negar provimento ao agravo.....

PROCESSO AI-4825/86.9, relativo ao agravo de instrumento de despacho do juiz presidente do TRT da 12a. região, sendo agravante Condraga Construções e Dragagens S/A Dr. Massako Utiyama e agravado Atamar José

Porfírio Dr. Jaime Arcino Dias. Foi relator o Exmº Sr. Ministro Américo de Souza, tendo a Turma resolvido, unanimemente, não conhecer do agravo.....

PROCESSO AI-5048/86.4, relativo ao agravo de instrumento de despacho do juiz presidente do TRT da 2a. região, sendo agravante João Oliveira - Aguiar Dra. Maria Luiza de Oliveira e agravado Empresa Alvorada Ltda Segurança Bancária e Serviços Especializados. Foi relator o Exmº Sr. Ministro Américo de Souza, tendo a Turma resolvido, unanimemente, negar provimento ao agravo.....

PROCESSO AI-5207/86.4, relativo ao agravo de instrumento de despacho do juiz presidente do TRT da 1a. região, sendo agravante Residencial Igloo Inn Dr. Humberto Alves dos Santos e agravado Luiz Henrique de Souza Dr. Francisco Xavier da Costa Júnior. Foi relator o Exmº Sr. Ministro Américo de Souza, tendo a Turma resolvido, unanimemente, negar provimento ao agravo.....

PROCESSO AI-5381/86.1, relativo ao agravo de instrumento de despacho do juiz presidente do TRT da 2a. região, sendo agravante Produtos Químicos Itamaraty Ltda Dr. Altemirando Teixeira Pinhão e agravado Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Farmacêuticas de Santo André Dr. S. Riedel de Figueiredo. Foi relator o Exmº Sr. Ministro Américo de Souza, tendo a Turma resolvido, unanimemente, não conhecer do agravo.....

PROCESSO AI-5502/86.3, relativo ao agravo de instrumento de despacho do juiz presidente do TRT da 10a. região, sendo agravante Túlio da Rocha Santana Dr. Otonil Mesquita Carneiro e agravado Banco Itaú S/A Dr. Jacques Alberto de Oliveira. Foi relator o Exmº Sr. Ministro Américo de Souza, tendo a Turma resolvido, unanimemente, rejeitar a preliminar de não conhecimento ao agravo de instrumento e, no mérito, negar provimento ao agravo.....

PROCESSO AI-8652/86.5, relativo ao agravo de instrumento de despacho do juiz presidente do TRT da 8a. região, sendo agravante Instrumentos Técnicos e Pesquisas Ltda - ITP Dra. Ediléa Valério e agravado José Silva Araújo Dra. Maria Leopoldina Aragon. Foi relator o Exmº Sr. Ministro Américo de Souza, tendo a Turma resolvido, unanimemente, dar provimento ao agravo para mandar processar a revista.....

PROCESSO AI-5724/86.4, relativo ao agravo de instrumento de despacho do juiz presidente do TRT da 2a. região, sendo agravante Leonardo Custódio da Silva Dr. Ulisses Riedel de Resende e agravado Fiação e Tecelagem Kanebo do Brasil S/A Dr. Clélio Marcondes Filho. Foi relator o Exmº Sr. Ministro Américo de Souza, tendo a Turma resolvido, unanimemente, negar provimento ao agravo.....

PROCESSO AI-5821/86.7, relativo ao agravo de instrumento de despacho do juiz presidente do TRT da 2a. região, sendo agravante Bicicletas Monark S/A Dr. José Ubirajara Peluso e agravado José Coelho da Silva. Foi relator o Exmº Sr. Ministro Américo de Souza, tendo a Turma resolvido, unanimemente, negar provimento ao agravo.....

PROCESSO AI-5902/86.3, relativo ao agravo de instrumento de despacho do juiz presidente do TRT da 6a. região, sendo agravante Jymmy Peixe MC Intyre Dr. Paulo Azevedo e agravado Serviço Nacional de Aprendizagem - Comercial - SENAC Dr. Josias Silva de Albuquerque. Foi relator o Exmº Sr. Ministro Américo de Souza, tendo a Turma resolvido, unanimemente, negar provimento ao agravo.....

PROCESSO AI-6007/86.1, relativo ao agravo de instrumento de despacho do juiz presidente do TRT da 2ª região, sendo agravante José Natalino Dedicino Dr. Carlos Antonio da Silva e agravado Truckfort S/A Equipamentos Dra. Cleusa Ribeiro Cardoso. Foi relator o Exmº Sr. Ministro Américo de Souza, tendo a Turma resolvido, unanimemente, não conhecer do agravo.....

PROCESSO AI-6021/86.3, relativo ao agravo de instrumento de despacho do juiz presidente do TRT da 3ª região, sendo agravante Pohligh-Heckel do Brasil S/A Indústria e Comércio Dr. Argemiro Miranda da Silveira e agravado Joaquim Roque de Oliveira Dr. José Geraldo de Araújo. Foi relator o Exmº Sr. Ministro Américo de Souza, tendo a Turma resolvido, unanimemente, negar provimento ao agravo.....

PROCESSO AI-6056/86.9, relativo ao agravo de instrumento de despacho do juiz presidente do TRT da 9ª região, sendo agravante Banco Brasileiro de Descontos S/A - BRADESCO Dr. Marcello Reus Darin de Araújo e agravado José Geraldo Ricardo Dra. Iraci da Silva Borges. Foi relator o Exmº Sr. Ministro Américo de Souza, tendo a Turma resolvido, unanimemente, negar provimento ao agravo.....

PROCESSO AI-5440/86.6, relativo ao agravo de instrumento de despacho do juiz presidente do TRT da 3ª região, sendo agravante Zenon de Carvalho MG Dr. Zenon de Carvalho e agravado Geraldo Alves de Oliveira Dr. Carlos da Silva. Foi relator o Exmº Sr. Ministro Américo de Souza, tendo a Turma resolvido, unanimemente, negar provimento ao agravo.....

PROCESSO AI-6104/86.4, relativo ao agravo de instrumento de despacho do juiz presidente do TRT da 1ª região, sendo agravante Cruzeiro do Sul S/A - Serviços Aéreos Dr. Ursulino Santos Filho e agravado Silvio Eduardo de Carvalho Froês Dr. José Torres das Neves. Foi relator o Exmº Sr. Ministro Américo de Souza, tendo a Turma resolvido, unanimemente, negar provimento ao agravo.....

PROCESSO AI-2621/86.6, relativo ao agravo de instrumento de despacho do juiz presidente do TRT da 2ª região, sendo agravante Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP Dr. Paulo Roberto Dib Pinheiro e agravado Renato Moreira Arcieri e outros. Foi relator o Exmº Sr. Ministro Américo de Souza, tendo a Turma resolvido, unanimemente, negar provimento ao agravo.....

PROCESSO ED AI-5171/86.7, relativo aos embargos opostos à decisão da Egrégia Primeira Turma, sendo embargante Companhia Açoes Especiais Itabira - ACESITA, Dr. Victor Russomano Júnior e embargado Jairo Roberto da Costa, Dr. Jaime Queiroz Resende. Foi Relator o Exmº Sr. Ministro Américo de Souza, tendo a Turma resolvido, unanimemente, dar provimento aos Embargos Declaratórios, para afastar a omissão, declarando regular a representação processual e, negar provimento ao Agravo de Instrumento. Requeceu justificativa de voto convergente o Exmº Sr. Ministro Américo de Souza.....

PROCESSO RR-7490/86.8, relativo ao recurso de revista de decisão do TRT da 2ª região, sendo recorrente José Lorandi Dra. Maria Neide Marcelino e recorrido Goyana S/A - Indústrias Brasileiras de Matérias Plásticas Dr. Dráusio A. Villas Boas Rangel. Foi relator o Exmº Sr. Ministro Américo de Souza, tendo a Turma resolvido, por maioria, não conhecer da revista, sendo o Exmº Sr. Ministro Américo de Souza. Requeceu justificativa de voto vencido o Exmº Sr. Ministro Américo de Souza. Falou pelo recorrido a Dra. Marliam Berwanger.....

PROCESSO RR-173/87.6, relativo ao recurso de revista de decisão do TRT da 2ª região, sendo recorrente Maria Vilani Pereira de Castro Dr. Wilson de Oliveira e recorrido Jamblam Comestíveis Ltda Dr. Valdir Silva Santos. Foi relator o Exmº Sr. Ministro Américo de Souza e revisor o Exmº Sr. Ministro Fernando Vilar, tendo a Turma resolvido, unanimemente, não conhecer da revista,.....

PROCESSO ED-RR-7457/85.9, relativo aos embargos opostos à decisão da Egregia Primeira Turma, sendo embargante Companhia de Cigarros Souza Cruz Dr. J. Granadeiro Guimarães e embargado Roberto Pelito da Fonseca Milanez Dr. Celso T. Giusti. Foi relator o Exmº Sr. Ministro Américo de Souza, tendo a Turma resolvido, por maioria, dar provimento aos Embargos Declaratórios para suprir a omissão quanto ao exame da matéria apreciada pelo Regional conduzida no ordinário do Autor, conhecendo a revista pelo conflito com o enunciado 206 da Súmula, e provendo-a para pronunciar a prescrição da demanda pertinente ao recolhimento do FGTS, relativo às parcelas, cuja pretensão foi fulminada pelo biênio, julgando extinto o processo com julgamento do mérito, vencido o Exmº Sr. Ministro Américo de Souza, relator. Redigirá o acórdão o Exmº Sr. Ministro Marco Aurélio.....

PROCESSORR-813/87.3, relativo ao recurso de revista de decisão do TRT da 1ª região, sendo recorrente Hygino Adolpho de Souza Filho Dr. Wellington Mattos Ferreira e recorrido Edelim dos Santos Dr. Luiz Miguel Pinaud Neto. Foi relator o Exmº Sr. Ministro Américo de Souza e revisor o Exmº Sr. Ministro Fernando Vilar, tendo a Turma, resolvido, por maioria, rejeitar a preliminar de intempestividade apontada em contra razões, e a irregularidade de representação processual, apontada pela Doutra Procuradoria, vencido o Exmº Sr. Ministro Américo de Souza, relator e, unanimemente, não conhecer da revista. Redigirá o acórdão o Exmº Sr. Ministro Fernando Vilar, revisor.....

Às doze horas não tendo sido esgotada a pauta o Exmº Sr. Ministro Presidente deu por encerrada a Sessão, e, para constar, eu Diretora de Serviço em exercício da Secretaria da Primeira Turma, lavrei a presente ATA que vai assinada pelo Exmº Sr. Ministro Presidente, e, por mim subscrita aos vinte e cinco dias do mês de agosto de mil novecentos e oitenta e sete.

MARCO AURÉLIO MENDES DE FARIAS MELLO - Ministro Presidente da Primeira Turma - MYRIAM HAGE DA ROCHA SERVO - Diretora de Serviço da Secretaria da Primeira Turma em exercício.

Segunda Turma

VIGÉSIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA A SER REALIZADA A PARTIR DE 13:30 HORAS DO DIA 08 DE SETEMBRO DE 1987. NA HIPÓTESE DE NÃO SER ESGOTADA A PAUTA FICA DESDE LOGO CONVOCA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA PARA ÀS 09:00 HORAS DO DIA 09 DE SETEMBRO DE 1987, COM O SALDO REMANESCENTE.

PAUTA DE JULGAMENTO

RR - 5274/85.9 - TRT 6ª Região. Rel. Min. Prates de Macedo. Rev. Min. Hélio Regato. Recte: Usina Pumaty S/A. (Dr. Albino Queiroz de Oliveira Júnior). Recdo: José Francisco da Silva. (Dr. Morse Lyra Neto).

RR - 5966/86.4 - TRT 2ª Região. Rel. Min. Hélio Regato. Rev. Min. José Ajuricaba. Recte: Yamaha Motor do Brasil Limitada. (Dr. João José Valeriano da Silva). Recda: Amazonina Pessoa Carvalho. (Dr. Orlando Cruz Leite).

RR - 1793/86.3 - TRT 5ª Região. Rel. Min. Hélio Regato. Rev. Min. José Ajuricaba. Recte: Rede Ferroviária Federal S/A. (Dr. Carlos Roberto O. Costa). Recdo: Dionê Barbosa Araújo. (Dr. José Torres das Neves).

RR - 0345/87.2 - TRT 2ª Região. Rel. Min. Hélio Regato. Rev. Min. José Ajuricaba. Recte: Maria Almerinda Silva. (Dr. Wilson de Oliveira). Recda: Nair Ruivo de Mattos - SP. (Dr. João Waldemar Carneiro Filho).

RR - 0900/87.3 - TRT 4ª Região. Rel. Min. Hélio Regato. Rev. Min. José Ajuricaba. Rectes: Itelvino Possa e Outro. (Dr. Alino da Costa Monteiro). Recda: Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE. (Dr. Ivo Evangelista de Ávila).

RR - 0970/87.5 - TRT 1ª Região. Rel. Min. Hélio Regato. Rev. Min. José Ajuricaba. Recte: Servenco Construtora S/A. (Dr. José Alberto Couto Maciel). Recdo: Waldemiro de Souza Lima Filho. (Dra. Lúcia de Souza Simões Nunes).

AI - 3395/85.1 - TRT 2ª Região. Rel. Min. Hélio Regato. Agte: Hatsuta Industrial S/A. (Dr. Ichie Schwartzman). Agdo: Sebastião Miguel de Oliveira.

AI - 3245/86.8 - TRT 2ª Região. Rel. Min. Hélio Regato. Agte: Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Santo André, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra. (Dr. Pedro Luiz Leão Velloso Ebert). Agdo: ELUMA S/A - Indústria e Comércio. (Dr. Drausio A. Villas Boas Rangel).

AI - 5222/86.4 - TRT 2ª Região. Rel. Min. Hélio Regato. Agte: Paulo Messias da Silva. (Dr. Marcos Schwartzman). Agda: Companhia Vidraria Santa Marina. (Dr. Camilo Ashcár).

AI - 5296/86.5 - TRT 2ª Região. Rel. Min. Hélio Regato. Agte: Flaminio Nascimento de Jesus. (Dra. Dilma Maria Toledo). Agda: Companhia Municipal de Transportes Coletivos-CMTC. (Dr. Drausio A. Villas Boas Rangel).

AI - 5437/86.4 - TRT 3ª Região. Rel. Min. Hélio Regato. Agtes: José Corrêa Brasil e Outros. (Dr. Miguel Raimundo Viégas Peixoto). Agda: Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais - FHEMIG. (Dr. Elpidio Marques dos Santos).

AI - 5557/86.5 - TRT 1ª Região. Rel. Min. Hélio Regato. Agte: Janos Samogyi Refinaria Alumina Bras. (Dr. Ricardo da Silva Camillo). Agdo: Luiz Carlos dos Santos. (Dr. Os mundo Bezerra Duarte).

AI - 5776/86.4 - TRT 2ª Região. Rel. Min. Hélio Regato. Agte: Paulo Roberto da Silva. (Dr. Ulisses Riedel de Resende). Agdo: Distral S/A Tecidos.

AI - 5841/86.3 - TRT 4ª Região. Rel. Min. Hélio Regato. Agte: Companhia Riograndense de Laticínios e Correlatos - CORLAC. (Dr. Milton Almeida Piva). Agdos: João Hremalack e Outro. (Dr. Wilson Antonio R. Bilhalva).

AI - 6052/86.0 - TRT 9ª Região. Rel. Min. Hélio Regato. Agte: Banco Brasileiro de Descontos S/A - BRADESCO. (Dr. Marcello Reus Darin de Araújo). Agda: Ieda Bressan. (Dr. José Torres das Neves).

AI - 6060/86.9 - TRT 2ª Região. Rel. Min. José Ajuricaba. Agte: Freios Varga S/A. (Dr. Noedy de Castro Mello). Agdo: Paulo Sérgio Martins. (Dr. Vivaldo Ferrari).

AI - 6079/86.8 - TRT 1ª Região. Rel. Min. José Ajuricaba. Agte: Robervaldo de Souza Neves. (Dr. Luiz Pedro da Silva). Agda: Distribuidora de Comestíveis Disco S/A.

AI - 6178/86.5 - TRT 4ª Região. Rel. Min. Hélio Regato. Agtes: Aray Lopes da Silva e Outros. (Dr. Alino da Costa Monteiro). Agda: Companhia Estadual de Energia Elétrica-CEEE. (Dr. Ivo Evangelista de Ávila).

AI - 6183/86.2 - TRT 4ª Região. Rel. Min. José Ajuricaba. Agte: Banco Mercantil do Brasil S/A. (Dr. Carlos Odorico Vieira Martins). Agdo: Sidnei José Silva da Cunha. (Dr. José Torres das Neves).

AI - 6205/86.6 - TRT 2ª Região. Rel. Min. Hélio Regato. Agte: João Batista Balveira. (Dra. Maria Helena Andrade Silva). Agda: Empresa de Ônibus Pássaro Marron S/A. (Dr. Marcos Mordini).

AI - 6210/86.3 - TRT 2ª Região. Rel. Min. José Ajuricaba. Agte: José Danilo Toschi. (Dr. José Torres das Neves). Agdo: Banco do Comércio e Indústria de São Paulo S/A.

AI - 6221/86.3 - TRT 2ª Região. Rel. Min. Hélio Regato. Agte: Manufatura de Brinquedos Estrela S/A. (Dr. Márcio Aníbal do Amaral). Agda: Lindinalva Cavalcante de Albuquerque. (Dr. Arlindo T. Maluli).

AI - 6392/86.8 - TRT 5ª Região. Rel. Min. Hélio Regato. Agtes: Antonio Souza e Outros. (Dr. Ulisses Riedel de Resende). Agdo: Rede Ferroviária Federal S/A. (Dr. Hilmary Alves Passos Santana).

AI - 6430/86.0 - TRT 9ª Região. Rel. Min. Hélio Regato. Agte: UNIBANCO - União de Bancos Brasileiros S/A. (Dr. Renato Beltrami). Agda: Marilene Gapski Xavier de Moraes. (Dr. Vivaldo Silva da Rocha).

AI - 6446/86.7 - TRT 6ª Região. Rel. Min. Hélio Regato. Agte: Instituto São Francisco de Assis. (Dr. Guilardo Pedro Cardoso Pedrosa). Agdo: Evandro Codeceira Agra. (Dr. Paulo Roberto Soares).

AI - 6450/86.6 - TRT 6ª Região. Rel. Min. José Ajuricaba. Agte: BANCORTE - Banco Nacional do Norte S/A. (Dr. Nilton Correia). Agdo: Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários do Paraíba. (Dr. Dorgival Terceiro Neto).

AI - 6512/86.3 - TRT 10ª Região. Rel. Min. Hélio Regato. Agte: Banco Bamerindus do Brasil S/A. (Dr. Paulo César Gontijo). Agdo: Wilton Carlos da Silva. (Dr. Otonil Mesquita Carneiro).

AI - 6516/86.2 - TRT 10ª Região. Rel. Min. José Ajuricaba. Agtes: Anibal Pereira da Silva e Outros. (Dr. José Pereira de Faria). Agdo: Estado de Goiás - Assembléia Legislativa. (Dr. João Batista de Oliveira).

AI - 6524/86.1 - TRT 10ª Região. Rel. Min. Hélio Regato. Agte: Margaret Oliveira Costa. (Dr. Silvio Teixeira). Agdo: Estado de Goiás - Secretaria de Educação. (Proc. Estadual: João Batista de Oliveira).

AI - 6555/86.8 - TRT 1ª Região. Rel. Min. José Ajuricaba. Agte: Companhia Brasileira de Estradas e Edificações. (Dr. Eliel de Mello Vasconcellos). Agdo: Manoel Bondade da Silva. (Dr. Pedro Luiz Leão Velloso Ebert).

AI - 6618/86.2 - TRT 2ª Região. Rel. Min. Hélio Regato. Agte: Arnaldo Esteves da Silva. (Dr. José Torres das Neves). Agdo: Banco Itaú S/A. (Dr. Hélio Carvalho Santana).

AI - 6651/86.3 - TRT 6ª Região. Rel. Min. José Ajuricaba. Agte: Construtora Oliveira Maciel Limitada. (Dr. Carlos Antonio Neto Canuto). Agdos: Gilberto Martins da Silva e Outro. (Dr. Roseo Leite Cartaxo).

AI - 6659/86.2 - TRT 5ª Região. Rel. Min. Hélio Regato. Agte: Prefeitura Municipal do Salvador. (Proc. Munic. Dr. Aduauto Jorge). Agdo: Renato Costa dos Reis. (Dr. Nariman Aguiar Figueirôa).

AI - 6664/86.9 - TRT 1ª Região. Rel. Min. José Ajuricaba. Agte: Ultratec Engenharia S/A. (Dr. Márcio Barbosa). Agdo: Luiz Carlos dos Santos.

AI - 6679/86.8 - TRT 2ª Região. Rel. Min. Hélio Regato. Agte: Petróleo Brasileiro S/A PETROBRAS. (Dra. Cláudio Penna Fernandez e Ruy Caldas Pereira). Agda: Maria do Carmo da Silva e Silva. (Dra. Maria Aparecida Costa).

AI - 8134/86.8 - TRT 2ª Região. Rel. Min. José Ajuricaba. Agte: Banco do Brasil S/A. (Dr. Dirceu de Almeida Soares). Agdo: Waldir Antunes Ferreira. (Dr. Rubens de Mendonça).

AI - 1100/87.7 - TRT 9ª Região. Rel. Min. Hélio Regato. Agtes: Wilson Domingos Celli e Maria Vitória Cazamajou Celli. (Dr. Roberto Machado). Agdos: Arnando Wocelkoski e Outros. (Dr. Nestor A. Malvezzi).

AI - 1612/87.0 - TRT 5ª Região. Rel. Min. Aurélio M. de Oliveira. Agte: FININVEST S/A Crédito, Financiamento e Investimento. (Dr. Rubem Nascimento Junior). Agdo: Aldovandro Souza Chaves. (Dr. Humberto de Figueiredo Machado).

AI - 2200/87.9 - TRT 4ª Região. Rel. Min. José Ajuricaba. Agte: Microlite do Nordeste S/A Indústria e Comércio. (Dra. Joaquina Marques Santos). Agda: Berta Ruth Herz. (Dr. Sérgio Scmitt).

AI - 2900/87.5 - TRT 5ª Região. Rel. Min. Hélio Regato. Agte: Odon da Fonseca Fernandes Junior. (Dr. Mário Câmera de Oliveira). Agda: Odete Silva.

AI - 2431/86.9 - TRT 5ª Região. Rel. Min. Prates de Macedo. Agte: Banco Econômico S/A. (Dr. José Maria de Souza Andrade). Agdo: Pedro Avando Freire dos Santos. (Dr. Euripedes Brito Cunha).

AI - 3497/86.9 - TRT 2a. Região. Rel. Min. Prates de Macedo. Agte: Hércules S/A Equipamentos Industriais. (Dr. Emmanuel Carlos). Agdos: Paulo Roberto Negrão Simões e Outros. (Dr. Alino da Costa Monteiro).

AI - 4301/86.8 - TRT 9a. Região. Rel. Min. Prates de Macedo. Agte: Banco Brasileiro de Descontos S/A - BRADESCO. (Dr. Marcello Reus Darin de Araújo). Agdo: Roberto Pereira dos Santos. (Dr. Vivaldo Silva da Rocha).

AI - 4679/86.4 - TRT 3a. Região. Rel. Min. Prates de Macedo. Agte: Cia. Cervejaria 'Brahma'. (Dra. Leila Azevedo Sette). Agdo: Lauro Mendonça Bosque. (Dr. Milston Teotônio P. dos Santos).

AI - 4837/86.7 - TRT 8a. Região. Rel. Min. Prates de Macedo. Agte: Samuel Wagner Alves Bezerra. (Dr. Adalberto Maroja Neto). Agdo: BMC - Banco Mercantil de Crédito S/A. (Dr. Carlos Ferro e Silva).

AI - 4883/86.4 - TRT 1a. Região. Rel. Min. Prates de Macedo. Agte: Miguel Cordeiro Bertolucci. (Dr. Sylvio Nanni). Agda: Sociedade Propagadora das Belas Artes. (Dr. Antonio Carlos Ferreira).

AI - 5150/86.3 - TRT 2a. Região. Rel. Min. Prates de Macedo. Agte: Agostinho Antonio Martins. (Dr. Bento Luiz Carnaz). Agda: Empresa de Ônibus Pássaro Marron S/A. (Dr. Marcos Mordini).

AI - 5383/86.5 - TRT 4a. Região. Rel. Min. Prates de Macedo. Agte: Guerino Pegoraro. (Dr. Jorge Santos Buchabqui). Agda: Caixa Econômica Estadual do Rio Grande do Sul. (Dr. Júlio Cícero Rosa).

AI - 5782/86.8 - TRT 2a. Região. Rel. Min. Prates de Macedo. Agte: Banco do Estado de São Paulo S/A - BANESPA. (Dr. Hugo Gueiros Bernardes). Agdo: Jesus Ferezin. (Dr. Valdomiro Issa Samara).

AI - 5849/86.2 - TRT 4a. Região. Rel. Min. Prates de Macedo. Agte: Tranforte Sul - Serviços de Segurança Ltda. (Dr. Argemiro Amorim). Agdo: Luiz Antonio Borges do Amaral. (Dra. Angela Yung Soares).

AI - 6059/86.1 - TRT 2a. Região. Rel. Min. Prates de Macedo. Agte: Maria das Dores Zaní Segato. (Dr. Alino da Costa Monteiro). Agdo: C.B.C. Indústrias Pesadas S/A.

AI - 6144/86.7 - TRT 4a. Região. Rel. Min. Prates de Macedo. Agte: Celio Couto. (Dra Eunice Frantz Becker). Agdo: Grêmio Náutico União. (Dr. Marco Antonio A. de Lima).

AI - 6151/86.8 - TRT 4a. Região. Rel. Min. Prates de Macedo. Agte: Luiz Carlos dos Santos. (Dr. Celso Hagemann). Agdo: LPC - Indústrias Alimentícias S/A. (Dr. Cláudio Armando da S. Nicotti).

AI - 6212/86.8 - TRT 2a. Região. Rel. Min. Prates de Macedo. Agte: Ivaldo Benedito de Lima. (Dr. Alino da Costa Monteiro). Agdo: Italttractor Picchi ITP S/A.

RR - 7925/85.1 - TRT 3a. Região. Rel. Min. Aurélio M. de Oliveira. Rev. Min. Barata Silva. Rectes: SOEMP - Empreendimentos e Construções Ltda. (Dr. Mauro Thibau da Silva Almeida). Recdo: Artur Rosenthal. (Dr. José Roberto Freire Pimenta).

RR - 942/86.3 - TRT 2a. Região. Rectes: Auto Comércio e Indústria Acil S/A e Sindicato dos Oficiais Marceneiros de São Paulo. (Drs. Carlos Ferreira Onofre e Alino da Costa Monteiro). Recdos: Os Mesmos e Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de São Paulo. (Drs. Os Mesmos e Ulisses T Riedel de Resende). Rel. Min. Aurélio M. de Oliveira. Rev. Min. Barata Silva.

RR - 1153/86.0 - TRT 8a. Região. Rel. Min. Prates de Macedo. Rev. Min. Hélio Regato. Recte: José Teles. (Dr. Joaquim Eugênio Mac-Culloch). Recdo: Pedro Lobato Boulhosa. (Dr. Leonardo Lobato).

RR - 1169/86.7 - TRT 2a. Região. Rel. Min. Prates de Macedo. Rev. Min. Hélio Regato. Recte: Banco Brasileiro de Descontos S/A - BRADESCO. (Dra. Rosemary Cangello). Recdo: Ronaldo Luiz Baldassi. (Dr. Renato Leite Fernandes).

RR - 1172/86.9 - TRT 4a. Região. Rel. Min. Aurélio M. de Oliveira. Rev. Min. Barata Silva. Recte: Luiz Marques. (Dra. Nedyr Maiser Ziulkoski). Recda: Prefeitura Municipal de Barra do Ribeira. (Dr. Salvador Horácio Vizzotto).

RR - 2030/86.3 - TRT 2a. Região. Rel. Min. Aurélio M. de Oliveira. Rev. Min. Barata Silva. Recte: IAP Centro Fertilizantes Ltda. (Dr. Alberto Pimenta Júnior). Recdos: Antonio Barbosa de Freitas e Outros. (Dr. Antonio Marcos de Mello).

RR - 3037/86.1 - TRT 2a. Região. Rel. Min. Aurélio M. de Oliveira. Rev. Min. Barata Silva. Recte: Prefeitura Municipal de São José dos Campos. (Dr. Wagner D. Giglio). Recdo: Antonio Carlos Santos Pinto. (Dr. Abadio Pereira Martins Júnior).

RR - 3650/86.7 - TRT 12a. Região. Rel. Min. Aurélio M. de Oliveira. Rev. Min. Barata Silva. Recte: Serviço Social da Indústria - SESI. (Dr. Hélio Moreira da Silveira). Recdo: Harry Williams Schaufert. (Dr. Valmor Della Giustina).

RR - 3652/86.2 - TRT 1a. Região. Rel. Min. Prates de Macedo. Rev. Min. Hélio Regato. Recte: Cia. Química Industrial de Laminados. (Dr. Hugo Mósca Filho). Recdo: Márcio Coutinho Brandão Cortes. (Dr. Jorge Rodrigues Mathias).

RR - 4766/86.7 - TRT 4a. Região. Rel. Min. Aurélio M. de Oliveira. Rev. Min. Barata Silva. Recte: Textil RV Ltda. (Dra. Maren Guimarães Taborda). Recda: Gilmar Tereziha Santos da Silva. (Dra. Vera Lúcia Kolling).

RR - 5030/86.4 - TRT 4a. Região. Rel. Min. Aurélio M. de Oliveira. Rev. Min. Barata Silva. Recte: Construtora Pelotense Ltda. (Dr. Ricardo Jobim de Azevedo). Recdo: Aguiinaldo Padilha de Moura. (Dra. Nair Vieira Soares).

RR - 5465/86.1 - TRT 2a. Região. Rel. Min. Aurélio M. de Oliveira. Rev. Min. Barata Silva. Recte: Rute de Angelis. (Dr. Emmanuel Carlos). Recdo: Flamingo 2001 - Curso Fundamental. (Dr. Pedro Lima).

RR - 5883/86.3 - TRT 1a. Região. Rel. Min. Hélio Regato. Rev. Min. José Ajuricaba. Recte: Bloch Editores S/A. (Dr. Victor Russomano Junior). Recda: Eugenia Kraembring Fernandes de Andrade. (Dr. Raymundo Teixeira Mendes).

RR - 6331/86.4 - TRT 1a. Região. Rel. Min. Aurélio M. de Oliveira. Rev. Min. Barata Silva. Recte: Cobema Comércio de Bebidas Maga Ltda. (Dr. Manoel Emilio Alves Guilhon). Recdo: Antonio Marcelino Rocha. (Dr. Luiz Antonio Barretto Lorenzoni).

RR - 6421/86.6 - TRT 2a. Região. Rel. Min. Aurélio M. de Oliveira. Rev. Min. Barata Silva. Rectes: Joselito de Souza e Outros. (Dr. Ulisses Riedel de Resende). Recda: Rede Ferroviária Federal S/A. (Dr. Carlos Roberto O. Costa).

RR - 7003/86.1 - TRT 2a. Região. Rel. Min. Prates de Macedo. Rev. Min. Hélio Regato. Rectes: José Anselmo Conrado e Outro. (Dr. Euro Bento Maciel). Recdos: Bêrgamo Com. Serviços e Representações Ltda e Outra. (Dr. Sérgio Rubens Maragliano).

RR - 7139/86.0 - TRT 2a. Região. Rel. Min. Aurélio M. de Oliveira. Rev. Min. Barata Silva. Recte: Rodolfo Pereira da Costa. (Dr. Eraldo A. Rodrigues Franzese). Recdos: A. F. Gagliardo e Cia. Ltda e Outra. (Dr. Elias Lopes de Carvalho).

RR - 7195/86.9 - TRT 9a. Região. Rel. Min. Aurélio M. de Oliveira. Rev. Min. Barata Silva. Recte: Estado do Paraná - SEAD - FAMEPAR. (Dr. Roberto Caldas Alvim de Oliveira). Recdos: Anair Ferreira Matoso e Outras. (Dra. Marli Bruck Kunifas).

RR - 7440/86.2 - TRT 3a. Região. Rel. Min. Aurélio M. de Oliveira. Rev. Min. Barata Silva. Recte: José Antônio Cirino de Moura. (Dr. Aloísio Maciel Ferreira). Recdo: Instituto Central de Assistência ao Cooperativismo - CENTRAB. (Dr. Galba José dos Santos).

RR - 7522/86.6 - TRT 1a. Região. Rel. Min. Prates de Macedo. Rev. Min. Hélio Regato. Recte: Orlei Bissonho Rios. (Dr. José Alberto Couto Maciel). Recda: CEDAE - Cia. Estadual de Águas e Esgotos. (Dr. José Heluy Netto).

RR - 7606/86.4 - TRT 1a. Região. Rel. Min. Prates de Macedo. Rev. Min. Hélio Regato. Recte: Casas da Banha Comércio e Indústria S/A. (Dr. José Rodrigues Mandú). Recdo: Paulo Lemos de Carvalho. (Dr. Waldir Nilo Passos Filho).

RR - 7771/86.4 - TRT 4a. Região. Rel. Min. Aurélio M. de Oliveira. Rev. Min. Barata Silva. Rectes: Nelson Carlos Guthiel e Outro. (Dr. Mário H. P. Farinon). Recdo: Espólio de João Sbabbo. (Dra. Vera Conceição Pacheco).

RR - 7854/86.5 - TRT 2a. Região. Rel. Min. Prates de Macedo. Rev. Min. Hélio Regato. Recte: Banco Itaú S/A. (Dr. Hélio Carvalho Santana). Recda: Marília Cavichiole. (Dr. Antonio Francisco Rodrigues).

RR - 942/87.1 - TRT 9a. Região. Rel. Min. Prates de Macedo. Rev. Min. Hélio Regato. Recte: Orlando Antonio Demite. (Dr. Ivo Harry Celli Júnior). Recda: Cia. Paranaense de Energia - COPEL. (Dr. José Edésio de Mattos).

AI - 2445/86.1 - TRT 2a. Região. Rel. Min. Prates de Macedo. Agte: Benedito Teodoro. (Dr. Alino da Costa Monteiro). Agda: Elgin Máquinas S/A. (Dr. Aécio Dal Bosco Acauan).

AI - 4490/86.4 - TRT 5a. Região. Rel. Min. Prates de Macedo. Agte: Paes Mendonça S/A. (Dr. João Ranulfo de Oliveira Neto). Agda: Judith Conceição de Jesus. (Dr. Jairo Rosas dos Santos).

AI - 5114/86.0 - TRT 2a. Região. Rel. Min. Prates de Macedo. Agte: Osvaldo Sampietri. (Dr. Alino da Costa Monteiro). Agda: Sulzer Weise S/A Indústria e Comércio de Bombas Hidráulicas. (Dr. Dráusio A. Villas Boas Rangel).

AI - 6077/86.3 - TRT 1a. Região. Rel. Min. Prates de Macedo. Agte: CAPEMI - Caixa de Pecúlios, Pensões e Montepios Beneficente (Dr. Carmelo Corato). Agdo: Luiz Carlos de Salles Soares. (Dr. Celso Soares).

AI - 6243/86.4 - TRT 1a. Região. Rel. Min. Prates de Macedo. Agte: Arlindo Alves Machado. (Dr. Hugo Mósca). Agda: Pitney Bowes Máquinas Ltda. (Dr. Affonso Carlos Agapito da Veiga).

AI - 6452/86.1 - TRT 2a. Região. Rel. Min. Prates de Macedo. Agte: Serviço Autônomo de Água e Esgotos de Amparo - SAAE. (Dr. Sérgio Rubens de A. Vasconcelos). Agdos: Sérgio Scabora e Outros. (Dr. Lázaro José Domingues).

AI - 6517/86.0 - TRT 10a. Região. Rel. Min. Prates de Macedo. Agte: Maria Luiz Costa. (Dr. Sylvio Teixeira). Agdo: Estado de Goiás - Secretaria da Administração. (Dr. João Batista de Oliveira).

AI - 6701/86.3 - TRT 2a. Região. Rel. Min. Prates de Macedo. Agte: Antonio Vitorino dos Santos. (Dr. Riscalla Abdala Elias). Agdo: Carlos Bezerra. (Dr. Antelino Alencar Dôres).

AI - 8070/86.6 - TRT 13a. Região. Rel. Min. Prates de Macedo. Agte: Prefeitura Municipal de Aroeiras. (Dr. Marcos Wande de Andrade). Agda: Maria Auxiliadora Alves. (Dr. Antonio Guerra de Lucena).

AI - 8647/86.8 - TRT 4a. Região. Rel. Min. Prates de Macedo. Agtes: DISROL - Distribuidora de Rolamentos Ltda e Outras. (Dra. Lucia Helena de Brito Queruz). Agdo: Verner Nechterwitz. (Dr. Arlindo Pedro Lopes Haas).

As causas constantes da presente pauta, que não forem julgadas nesta Sessão, entram em qualquer outra que se seguir, independentemente de nova publicação. Brasília, 01 de Setembro de 1987. JUAN CURY AGUIAR - Diretora de Serviço da Secretaria da Segunda Turma.

Terceira Turma

ATA DA VIGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA TURMA DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

Aos vinte e cinco dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e oitenta e sete, às treze horas e trinta minutos, realizou-se a Vigésima Sessão Ordinária da Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho, sob a Presidência do Sr. Ministro Coqueijo Costa, em exercício, encontrando-se presentes os Srs. Ministros Ranor Barbosa, Mendes Cavaleiro, Norberto Silveira de Souza e o Sr. Juiz Francisco Fausto. Ausente por motivo justificado o Sr. Ministro Orlando Teixeira da Costa. Representou o Ministério Público o Sr. Carlos Newton de Souza Pinto, sendo Secretário o Bacharel Mario de Albuquerque Maranhão Pimentel Junior. Foi retirado de Pauta, com despacho do Sr. Ministro relator, de

terminando diligência, o processo AI-823/87. Foi adiado para a próxima Sessão, o julgamento do AI-2434/87. Adiado o julgamento do RR-6871/86, face a pedido de vista regimental do Sr. Ministro Norberto Silveira de Souza. Foi lida e aprovada a ATA da Sessão anterior. Ao final da Sessão o Sr. Ministro Presidente da Terceira Turma, fez o seguinte registro em ATA: "Sobraram trinta e nove revistas. Como, porém, em todas funções na o Sr. Ministro Mendes Cavaleiro, como relator ou revisor, não convôco Sessão Extraordinária para 27-08-87, quinta-feira, por impossibilidade material de sua realização". Em seguida passou-se a ORDEM DO DIA:

PROCESSO-ED-AI-6918/86.7, da 4a. Região, relativo a Embargos Declaratórios em Agravo de Instrumento, sendo Agravantes, ora Embargantes Deolino Elias de Moura e Outro (Adv. Pedro Luiz Leão Velloso Ebert) e Agravada Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE (Adv. Ivo Evangelista de Ávila). Foi relator o Sr. Ministro Ranor Barbosa, tendo a Turma resolvido, unanimemente, acolher os embargos declaratórios para declarar que a Terceira Turma, conheceu do agravo, mas negou-lhe o provimento.

PROCESSO-RR-5095/86.0, da 6a. Região, relativo a Recurso de Revista, sendo Recorrente Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF (Adv. Ophelia de Almeida, que fez sustentação oral) e Recorridos Antonio Ferraz Gominho e Outros (Adv. Wilmar Saldanha da Gama Pádua, que fez sustentação oral). Foi relator o Sr. Ministro Ranor Barbosa e revisor o Sr. Ministro Mendes Cavaleiro, tendo a Turma resolvido, por maioria, conhecer da revista, apenas quanto ao mérito e, neste, dar-lhe provimento, para julgar improcedente a reclamação, vencidos os Srs. Ministros Coqueijo Costa e Norberto Silveira de Souza.

PROCESSO-RR-5552/86.1, da 1a. Região, relativo a Recurso de Revista, sendo Recorrente Olpa Lousada Costa (Adv. Wilmar Saldanha da Gama Pádua, que fez sustentação oral) e Recorrida Massa Falida da Companhia Nacional de Tecidos Nova América (Adv. Albani Dias Peixoto). Foi relator o Sr. Ministro Norberto Silveira de Souza e revisor o Sr. Ministro Coqueijo Costa, tendo a Turma resolvido, por maioria, conhecer da revista, por violação ao artigo 483 da CLT, vencido o Sr. Ministro relator e, via de consequência, dar-lhe provimento para acrescentar à condenação as parcelas decorrentes da soma dos dois períodos descontínuos em que o recorrente trabalhou para a recorrida. Redigirá o acórdão o Ministro revisor.

PROCESSO-RR-7077/86.2, da 2a. Região, relativo a Recurso de Revista, sendo Recorrente Antonio dos Santos Godoi (Adv. Wilmar Saldanha da Gama Pádua, que fez sustentação oral) e Recorrida Mitutoyo do Brasil Indústria e Comércio Ltda (Adv. Luiz Gonzaga Fernandes da Costa). Foi relator o Sr. Ministro Norberto Silveira de Souza e revisor o Sr. Ministro Coqueijo Costa, tendo a Turma resolvido, unanimemente, não conhecer da revista.

PROCESSO-RR-4029/85.2, da 2a. Região, relativo a Recurso de Revista, sendo Recorrente Dorival Machado (Adv. Nelson Câmara) e Recorrido Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual - IAMSPE (Adv. Hugo Gueiros Bernardes). Foi relator o Sr. Ministro Ranor Barbosa e revisor o Sr. Ministro Mendes Cavaleiro, tendo a Turma resolvido, por maioria, não conhecer da revista, vencidos os Srs. Ministros relator, que justificará o seu voto e revisor. Redigirá o acórdão o Sr. Ministro Coqueijo Costa.

PROCESSO-RR-4600/85.1, da 6a. Região, relativo a Recurso de Revista, sendo Recorrente Usina São José S/A (Adv. Arnaldo Von Glehn) e Recorrido José Joaquim do Nascimento (Adv. Francisco Gomes da Silva Neto). Foi relator o Sr. Ministro Mendes Cavaleiro e revisor o Sr. Ministro Norberto Silveira de Souza, tendo a Turma resolvido, unanimemente, conhecer da revista, por divergência e, no mérito, por maioria, negar-lhe o provimento, vencido o Sr. Ministro relator. Redigirá o acórdão o Sr. Ministro revisor.

PROCESSO-RR-5662/85.2, da 2a. Região, relativo a Recurso de Revista, sendo Recorrente Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (Adv. João Carlos Pennesi) e Recorridos Regina Helena Guaglianone e Outros (Adv. S. Riedel de Figueiredo). Foi relator o Sr. Ministro Norberto Silveira de Souza e revisor o Sr. Ministro Coqueijo Costa, tendo a Turma resolvido, por maioria, conhecer da revista, por divergência e, no mérito, dar-lhe provimento para julgar improcedente a reclamação, vencido o Sr. Ministro relator. Redigirá o acórdão o Sr. Ministro revisor.

PROCESSO-RR-5926/85.4, da 4a. Região, relativo a Recurso de Revista, sendo Recorrente Têxtil RV. Ltda (Adv. Fernando Scarpellini Mattos) e Recorrida Rosane Teresinha Nogueira de Oliveira (Adv. Darcy Von Hooholtz). Foi relator o Sr. Ministro Norberto Silveira de Souza e revisor o Sr. Ministro Coqueijo Costa, tendo a Turma resolvido, unanimemente, não conhecer da revista.

PROCESSO-RR-5941/85.3, da 4a. Região, relativo a Recurso de Revista, sendo Recorrente Marlon da Silva e Silva (Adv. Nelson J. M. Ribas) e Recorrida Montreal Engenharia S/A (Adv. Maria de Fátima Záchia Paludo). Foi relator o Sr. Ministro Norberto Silveira de Souza e revisor o Sr. Ministro Coqueijo Costa, tendo a Turma resolvido, unanimemente, conhecer da revista, por divergência e, no mérito, negar-lhe o provimento, vencido o Sr. Ministro relator. Redigirá o acórdão o Sr. Ministro revisor.

PROCESSO-RR-7135/85.3, da 9a. Região, relativo a Recurso de Revista, sendo Recorrente Norma Nadalini (Adv. Roberto Machado) e Recorrido Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias no Estado do Paraná e Santa Catarina (Adv. Luiz Cesar Toppel Kempinski). Foi relator o Sr. Ministro Norberto Silveira de Souza e revisor o Sr. Ministro Coqueijo Costa, tendo a Turma resolvido, unanimemente, não conhecer da revista.

PROCESSO-RR-10053/85.8, da 2a. Região, relativo a Recurso de Revista, sendo Recorrente Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (Adv. Sílvia Vaz Domingues) e Recorrido Rubens Sebastião da Silva (Adv. Valter Uzzo). Foi relator o Sr. Ministro Norberto Silveira de Souza e revisor o Sr. Ministro Coqueijo Costa, tendo a Turma resolvido, por maioria, conhecer da revista, por divergência, vencido o Sr. Ministro relator e, no mérito, unanimemente, negar-lhe o provimento. Redigirá o acórdão o Sr. Ministro revisor.

PROCESSO-RR-8106/85.8, da 4a. Região, relativo a Recurso de Revista, sendo Recorrente Açós Laminados Panatlântica S/A (Adv. Roberto Sfoggia) e Recorrido Marco Antonio Loguercio Colares (Adv. Milton M. Camargo). Foi relator o Sr. Ministro Mendes Cavaleiro e revisor o Sr. Ministro Norberto Silveira de Souza, tendo a Turma resolvido, unanimemente,

conhecer da revista, por divergência e, no mérito, por maioria, negar-lhe o provimento, vencido o Sr. Ministro relator. Redigirá o acórdão o Sr. Ministro revisor.

PROCESSO-RR-6307/86.9, da 9a. Região, relativo a Recurso de Revista, sendo Recorrente Banco Bandeirantes S/A (Adv. Moacir Belchior, que fez sustentação oral) e Recorrido André Dziadek (Adv. José Tôres das Neves). Foi relator o Sr. Ministro Ranor Barbosa e revisor o Sr. Ministro Mendes Cavaleiro, tendo a Turma resolvido, unanimemente, não conhecer da revista.

PROCESSO-RR-14/86.2, da 1a. Região, relativo a Recurso de Revista, sendo Recorrente Casas Sendas Comércio e Indústria S/A (Adv. Nelson Antunes Coimbra) e Recorrida Maria do Socorro Vieira (Adv. Acácio Caldeira). Foi relator o Sr. Ministro Ranor Barbosa e revisor o Sr. Ministro Mendes Cavaleiro, tendo a Turma resolvido, unanimemente, conhecer da revista, por divergência e, no mérito, negar-lhe o provimento.

PROCESSO-RR-949/86.4, da 2a. Região, relativo a Recurso de Revista, sendo Recorrente Mendes Júnior International Company (Adv. Pedro Ivan de Rezende) e Recorrido Antonio Rosa da Silva (Adv. Amadeu Roberto Garrido de Paula). Foi relator o Sr. Ministro Ranor Barbosa e revisor o Sr. Ministro Mendes Cavaleiro, tendo a Turma resolvido, por maioria, conhecer da revista, por divergência e, no mérito, dar-lhe provimento para, anulando-se o processo a partir da decisão da Junta a qua, determinar que esta profira outra, aplicando a legislação do País da prestação de serviço (Iraque), vencido o Sr. Ministro Norberto Silveira de Souza.

PROCESSO-RR-2271/86.3, da 2a. Região, relativo a Recurso de Revista, sendo Recorrente S/A - Indústrias Reunidas F. Matarazzo (Adv. Milton Mesquita Toledo) e Recorrido Sebastião Ferreira da Silva (Adv. S. Riedel de Figueiredo). Foi relator o Sr. Ministro Ranor Barbosa e revisor o Sr. Ministro Mendes Cavaleiro, tendo a Turma resolvido, por maioria, conhecer da revista, por divergência, apenas quanto a tese dos honorários de perito, vencidos os Srs. Ministros relator e revisor quanto a hipótese prevista na Súmula 98 e, no mérito, unanimemente, dar-lhe o provimento, para excluir a verba de honorários periciais, com ressalvas da posição dos Srs. Ministros Coqueijo Costa e Norberto Silveira de Souza e do Sr. Juiz Francisco Fausto, quanto ao conteúdo da referida Súmula. Redigirá o acórdão o Sr. Ministro Coqueijo Costa.

UNANIMEMENTE, NÃO FORAM CONHECIDOS OS AGRAVOS DE INSTRUMENTOS ABAIXO RELACIONADOS, TODOS RELATADOS PELO SR. MINISTRO RANOR BARBOSA.

PROCESSO-AI-880/86.9, da 1a. Região, sendo Agravante Banco Pinto de Magalhães S/A (Adv. José Carlos de Ataíde) e Agravado Edson José Clemente de Abreu (Adv. José Esperon).

PROCESSO-AI-6061/86.6, da 2a. Região, sendo Agravante Yamaha Motor do Brasil Ltda (Adv. João José Valeriano da Silva) e Agravada Luiza Niza Bandeira de Oliveira Tassinari.

PROCESSO-AI-6082/86.0, da 1a. Região, sendo Agravante Empresa de Mineração Pena Branca Ltda (Adv. Paulo de Souza Pinto) e Agravada Edite da Silva Neves (Adv. Edson da S. Desidério).

PROCESSO-AI-381/87.6, da 5a. Região, sendo Agravante Galeria Rocha (Mário Ferreira Coelho) (Adv. Antonio Mac. Allister da Silva) e Agravado Edmilson José Ferreira dos Reis (Adv. Noel Mendes Soares).

PROCESSO-AI-1337/87.8, da 1a. Região, sendo Agravante Bar e Boite Little Club Ltda (Adv. José Renato da Silva Espinola) e Agravada Evangelista Loliola Matos (Adv. Alberto Moita Prado).

PROCESSO-AI-1609/87.8, da 5a. Região, sendo Agravante La Brise Moteis e Turismo Ltda (Adv. Antonio Cesar Magaldi) e Agravados José Araújo Lima Santos e Outros (Adv. Walter Moura Filho).

UNANIMEMENTE, NEGOU-SE PROVIMENTO AOS AGRAVOS DE INSTRUMENTOS ABAIXO RELACIONADOS, RELATADOS PELO SR. MINISTRO RANOR BARBOSA.

PROCESSO-AI-5212/86.1, da 1a. Região, sendo Agravante José Cicero Correia (Adv. José da Fonseca Martins) e Agravada Companhia de Transportes Coletivos do Estado do Rio de Janeiro - CTC (Adv. Clemente Silveira de Paiva).

PROCESSO-AI-5290/86.1, da 1a. Região, sendo Agravante José Alexandre de Lima Kniasseff (Adv. Fernando Cesar Cataldi de Almeida) e Agravada Policlínica Geral do Rio de Janeiro (Adv. Jorge Alberto dos Santos Quintal).

PROCESSO-AI-5385/86.0, da 4a. Região, sendo Agravantes Soripa Publicidade S/A e Outro (Adv. Maria Madalena Telesca) e Agravada Glacira Maciel Campão.

PROCESSO-AI-5490/86.1, da 2a. Região, sendo Agravante Elisabete Correa (Adv. Alino da Costa Monteiro) e Agravada Manufatura de Brinquedos Estrela S/A (Adv. Márcio Aníbal do Amaral).

PROCESSO-AI-5723/86.7, da 2a. Região, sendo Agravante Auto Transporte Taxi Ltda (Adv. Milton Francisco Tedesco) e Agravado Odair Augusto (Adv. Cláudio Antonio Guimarães).

PROCESSO-AI-5835/86.0, da 4a. Região, sendo Agravante Álvaro Rodrigues de Souza (Adv. Mathilde E. V. Raymundo) e Agravado Estado do Rio Grande do Sul.

PROCESSO-AI-6146/86.1, da 4a. Região, sendo Agravante Banco Brasileiro de Descontos S/A - BRADESCO (Adv. Carlos Francisco Comerlato) e Agravado Marcos Motta (Adv. José Torres das Neves).

PROCESSO-AI-8242/86.1, da 2a. Região, sendo Agravante Fepasa - Ferrovia Paulista S/A (Adv. Evelyn Marsiglia de O. Santos) e Agravados João Branco Lopes e Outros.

PROCESSO-AI-8696/86.7, da 3a. Região, sendo Agravante Cimento Mauá S/A (Adv. José Maria da Silva Cantídio) e Agravada Federação dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário do Estado de Minas Gerais (Adv. Pedro Luiz Leão Velloso Ebert).

PROCESSO-AI-1885/87.5, da 4a. Região, sendo Agravante Sul Brasileiro Crédito Imobiliário S/A (Adv. Maria Sônia Kappaun Serapião) e Agravado Jorge Prestes da Rosa (Adv. José Torres das Neves).

PROCESSO-AI-2237/87.0, da 3a. Região, sendo Agravante Cláudio Souza Bustamante (Adv. Darclio de Miranda Filho) e Agravado Vicente Cândido da Costa (Adv. Antonio Jamim).

UNANIMEMENTE, NÃO FORAM CONHECIDOS OS AGRAVOS DE INSTRUMENTOS ABAIXO RELACIONADOS, RELATADOS PELO SR. MINISTRO MENDES CAVALEIRO.

PROCESSO-AI-5553/86.6, da 1a. Região, sendo Agravante Severino Gilvan da Silva (Adv. Arnaldo Fremer) e Agravada Constelação Transportes S/A (Adv. Neide Mota da Silva).

PROCESSO-AI-6098/86.7, da 1a. Região, sendo Agravante Paulo Ferreira (Adv. Luiz Pedro da Silva) e Agravada Distribuidora de Comestíveis Digco S/A (Adv. Lourival Bacellar).

PROCESSO-AI-8522/86.0, da 6a. Região, sendo Agravante Fábrica de Dis-

cos Rezembait Ltda (Adv. Armando Mello) e Agravados Adeildo Melo de Santana e Outros (Adv. José M. Moraes G. dos Santos).-----

PROCESSO-AI-91/87.1, da 1a. Região, sendo Agravante Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE (Adv. José Heluy Netto) e Agravado João Lutziano Neto (Adv. Thelmo Lopes Albernaz).-----

PROCESSO-AI-505/87.7, da 10a. Região, sendo Agravante Fundação Hospital do Distrito Federal (Adv. Edna Cosentino Xavier Cardoso) e Agravado Waldir Martins (Adv. Eduardo Luiz Safe Carneiro).-----

PROCESSO-AI-2671/87.9, da 4a. Região, sendo Agravantes Maria Cristina Feijó (Maria Cristina Feijó Rios) e Outra (Adv. J. Zoraide F. Pereira) e Agravados João Divino Hilário da Silva e Turinvest S/A - Hotéis e Turismo. UNANIMEMENTE, NEGOU-SE PROVIMENTO AOS AGRAVOS DE INSTRUMENTO ABAIXO RELACIONADOS, RELATADOS PELO SR. MINISTRO MENDES CAVALEIRO.-----

PROCESSO-AI-5221/86.6, da 2a. Região, sendo Agravante Fepasa - Ferrovia Paulista S/A (Adv. Sérgio Moura Campos) e Agravado Luiz Bispo da Silva (Adv. José Roberto Duarte).-----

PROCESSO-AI-5295/86.8, da 2a. Região, sendo Agravante Paulo Pedro da Silva (Adv. Waldemar Marques Ferreira) e Agravada Usina Itaiquara de Açúcar e Alcool S/A (Adv. Pedro Ivan de Resende).-----

PROCESSO-AI-5436/86.6, da 3a. Região, sendo Agravante Dalmi de Almeida (Adv. José Rogério de Barros) e Agravado Escritório Central de Arrecadação e Distribuição - ECAD (Adv. Antonio Bernardino Costa Filho).-----

PROCESSO-AI-5747/86.2, da 1a. Região, sendo Agravantes Genecy Santos Salles e Outros (Adv. J. A. Serpa de Carvalho) e Agravada EMOP - Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro (Adv. Pedro Paulo Ramos de Souza).-----

PROCESSO-AI-5838/86.1 da 4a. Região, sendo Agravante João Arceli Vaz (Adv. Darcy Mezzomo) e Agravada Empresa Construtora Ernesto Woebcke S/A (Adv. Ricardo Jobim de Azevedo).-----

PROCESSO-AI-6051/86.3, da 11a. Região, sendo Agravante Dom Vital Transporte Ultra Rápido Indústria e Comércio S/A (Adv. João de Jesus Abdala Simões) e Agravada Luna Ambrózio da Cruz (Adv. Heidir Barbosa dos Reis).-----

PROCESSO-AI-6066/86.2, da 2a. Região, sendo Agravante Arno Nunes (Adv. Tácito Ribeiro Costa) e Agravada COEST - Construtora de Oleodutos e Serviços Técnicos S/A (Adv. Luiz Antonio Reali Fragoso).-----

PROCESSO-AI-7494/86.0, da 4a. Região, sendo Agravante Valdemir de Souza Estran e Outro (Adv. Nadir José Ascoli) e Agravada Divani S/A Embalagens (Adv. Paulo Valério Moraes).-----

PROCESSO-AI-1200/87.2, da 1a. Região, sendo Agravante Costa Pereira Bokel Engenharia e Construções S/A (Adv. Gustavo Adolpho de C. Cooper) e Agravado Espólio de Miguel Feldman (Adv. Arlete Silva da Costa Netto).-----

PROCESSO-AI-1419/87.1, da 12a. Região, sendo Agravante Banco do Brasil S/A (Adv. Eugênio Nicolau Stein) e Agravados Roque Caetano e Outro (Adv. Henri Xavier).-----

PROCESSO-AI-1695/87.8, da 12a. Região, sendo Agravante Marcus Joalheiros Ltda (Adv. Octávio Acácio Rosa) e Agravada Marioni Aparecida Nunes da Silveira.-----

PROCESSO-AI-2046/87.5, da 2a. Região, sendo Agravante Massa Falida de Arco Flex S/A - Indústria e Comércio (Adv. Rejane Cardoso) e Agravado Antenor Jardim (Adv. José Eduardo F. D'Andrade Battistuzzo).-----

PROCESSO-AI-5216/86.0, da 1a. Região, relativo a Agravo de Instrumento, sendo Agravante Companhia Brasileira de Entrepósitos e Comércio - COBEC (Adv. Ney Pataro Pacobahyba) e Agravado Marcos Vinicius de Abranches Fontes (Adv. Hugo Mósca). Foi relator o Sr. Ministro Norberto Silveira de Souza, tendo a Turma resolvido, unanimemente, dar provimento ao agravo, a fim de mandar processar a revista.-----

PROCESSO-AI-1651/87.6, da 1a. Região, relativo a Agravo de Instrumento, sendo Agravante ECISA - Engenharia Comércio e Indústria S/A (Adv. Roque Sotero Villela de Queiroz) e Agravado Antonio de Oliveira Silva (Adv. Ana Lucia Resende Nunes). Foi relator o Sr. Ministro Norberto Silveira de Souza, tendo a Turma resolvido, unanimemente, não conhecer do agravo.-----

UNANIMEMENTE, NEGOU-SE PROVIMENTO AOS AGRAVOS DE INSTRUMENTO, ABAIXO RELACIONADOS, RELATADOS PELO SR. MINISTRO NORBERTO SILVEIRA DE SOUZA.-----

PROCESSO-AI-5293/86.3, da 2a. Região, sendo Agravante PRO-TEC - Centro Escolar e Editorial Ltda (Adv. Anésia Ferrari) e Agravado Valdir Roque dos Santos (Adv. Magda Cristina Muniz).-----

PROCESSO-AI-5434/86.2, da 3a. Região, sendo Agravante SERVITA - Serviços e Empreiteiras Rurais S/C Ltda (Adv. Eduardo Antonio Vieira Ayer) e Agravado Pedro Rogério Siqueira (Adv. Francisco de Assis P. de Faria).-----

PROCESSO-AI-5551/86.1, da 1a. Região, sendo Agravante Marina Barra Clube do Rio de Janeiro (Adv. Inês Pedrosa de Andrade Figueira) e Agravado Carlos Alberto dos Santos (Adv. Luiz Antonio Jean Tranjan).-----

PROCESSO-AI-5729/86.1, da 2a. Região, sendo Agravante Companhia Municipal de Transportes Coletivos - CMTC (Adv. Dráusio A. Villas Boas Rangel) e Agravado Sebastião de Oliveira Tosta (Adv. Oswaldo Pizardo).-----

PROCESSO-AI-5730/86.8, da 2a. Região, sendo Agravante Sebastião de Oliveira Tosta (Adv. Oswaldo Pizardo) e Agravada Companhia Municipal de Transportes Coletivos CMTC (Adv. Dráusio A. Villas Boas Rangel).-----

PROCESSO-AI-5932/86.3, da 3a. Região, sendo Agravante Prefeitura Municipal de Doresópolis (Adv. João Batista Antunes de Carvalho) e Agravado Vilca Rodrigues (Adv. Josué Alves Ferreira).-----

PROCESSO-AI-6064/86.8, da 2a. Região, sendo Agravante Antonio Federisei (Adv. Alino da Costa Monteiro) e Agravada PAULINOX - Indústria Paulista de Artefatos de Aço Inox Ltda.-----

PROCESSO-AI-6087/86.6, da 5a. Região, sendo Agravante Rede Ferroviária Federal S/A (Adv. Carlos Roberto O. Costa) e Agravados Águeda Fonseca e Outros (Adv. Ulisses Riedel de Resende).-----

PROCESSO-AI-6251/86.3, da 1a. Região, sendo Agravante Rede Ferroviária Federal S/A (Adv. Carlos Roberto O. Costa) e Agravado Nelson Leonardo (Adv. Christovão Piragibe Tostes Malta).-----

PROCESSO-AI-8317/86.3, da 4a. Região, sendo Agravante Elio Fernando da Silva (Adv. Sheila Belló) e Agravada Massa Falida da Casa de Ferro Power Ltda (Adv. Claudete Ariza).-----

PROCESSO-AI-85/87.7, da 1a. Região, sendo Agravante Banco Bamerindus do Brasil S/A (Adv. Ademir Alves da Silva) e Agravado Aerton Martins Mariano (Adv. José Torres das Neves).-----

PROCESSO-AI-492/87.8, da 9a. Região, sendo Agravantes Célia Kreffer e Outra (Adv. Orestes Dilay) e Agravadas Massa Falida de Araucária Indústria e Comércio de Equipamentos de Segurança Ltda e Outros.-----

PROCESSO-AI-860/87.5, da 2a. Região, sendo Agravante FEPASA - Ferrovia Paulista S/A (Adv. Sérgio Moura Campos) e Agravado Roberto de Sanctis (Adv. Marcos Schwartzman).-----

PROCESSO-AI-1400/87.2, da 1a. Região, sendo Agravante Eugênia Cardoso Valentim (Adv. Nilo Lazary Teixeira) e Agravada Maura Hernandez Martins (Adv. Luiz Fernando Guedes).-----

PROCESSO-AI-1992/87.1, da 5a. Região, sendo Agravante Rede Ferroviária Federal S/A (Adv. Edson Teles Costa) e Agravados Agenor Manoel de Oliveira e Outros (Adv. Ulisses Riedel de Resende).-----

PROCESSO-AI-2663/87.1, da 1a. Região, sendo Agravantes Manoel Jorge Ferreira Coelho e Outro (Adv. José Fernando X. Rocha) e Agravada La Veneza Bella Pizzas Ltda (Adv. Alberto A. Moreira Filho).-----

PROCESSO-RR-6036/86.5, da 2a. Região, relativo a Recurso de Revista, sendo Recorrente Banco Bandeirantes S/A (Adv. Moacir Belchior, que fez sustentação oral) e Recorrido João Batista dos Reis (Adv. José Torres das Neves). Foi relator o Sr. Ministro Ranor Barbosa e revisor o Sr. Ministro Mendes Cavaleiro, tendo a Turma resolvido, unanimemente, não conhecer da revista.-----

PROCESSO-RR-4014/86.0, da 4a. Região, relativo a Recurso de Revista, sendo Recorrente Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE (Adv. Ester Williams de Bragança, que fez sustentação oral) e Recorrido Erich Adiers (Adv. Alino da Costa Monteiro, que fez sustentação oral). Foi relator o Sr. Ministro Ranor Barbosa e revisor o Sr. Ministro Mendes Cavaleiro, tendo a Turma resolvido, unanimemente, conhecer da revista, por divergência, quanto a equiparação salarial e, no mérito, negar-lhe provimento.-----

PROCESSO-RR-5164/86.8, da 4a. Região, relativo a Recurso de Revista, sendo Recorrentes Del Prete Gonzales e Outros (Adv. Alino da Costa Monteiro, que fez sustentação oral) e Recorrida Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE (Adv. Ester Williams de Bragança, que fez sustentação oral). Foi relator o Sr. Ministro Ranor Barbosa e revisor o Sr. Ministro Mendes Cavaleiro, tendo a Turma resolvido, unanimemente, não conhecer da revista, prejudicada a preliminar de prescrição levantada em contra-razões.-----

PROCESSO-RR-3915/86.7, da 3a. Região, relativo a Recurso de Revista, sendo Recorrente Magda Magalhães (Adv. José Torres das Neves) e Recorrido Banco Real S/A (Adv. Moacir Belchior). Foi relator o Sr. Ministro Ranor Barbosa e revisor o Sr. Ministro Mendes Cavaleiro, tendo a Turma resolvido, unanimemente, não conhecer da revista.-----

PROCESSO-RR-3209/86.7, da 4a. Região, relativo a Recurso de Revista, sendo Recorrente Ivanir Glória Borsoi (Adv. José Torres das Neves) e Recorrido Banco Mercantil de São Paulo S/A (Adv. Jorge Lisboa Goelzer). Foi relator o Sr. Ministro Norberto Silveira de Souza e revisor o Sr. Ministro Mendes Cavaleiro, tendo a Turma resolvido, unanimemente, conhecer da revista, por divergência, e no mérito, por maioria, negar-lhe provimento, vencido o Sr. Ministro relator. Redigirá o acórdão o Sr. Ministro revisor, que requereu notas taquigráficas.-----

PROCESSO-RR-3561/86.3, da 2a. Região, relativo a Recurso de Revista, sendo Recorrente Massa Falida de Empresa Auto Ônibus Mogi das Cruzes S/A (Adv. Rejane Cardoso) e Recorrido Francisco Pinto Cardoso (Adv. Edu Monteiro). Foi relator o Sr. Ministro Ranor Barbosa e revisor o Sr. Ministro Mendes Cavaleiro, tendo a Turma resolvido, por maioria, não conhecer da revista, vencido o Sr. Ministro relator, que justificará seu voto. Redigirá o acórdão o Sr. Ministro revisor.-----

PROCESSO-AI-4137/86.1, da 5a. Região, relativo a Agravo de Instrumento, sendo Agravante João Bomfim Albuquerque de Macedo (Adv. José Torres das Neves) e Agravado Banco Mercantil do Brasil S/A (Adv. Leila Vita do Eirado Silva). Foi relator o Sr. Ministro Ranor Barbosa, tendo a Turma resolvido, unanimemente, negar provimento ao agravo.-----

PROCESSO-RR-3568/86.4, da 5a. Região, relativo a Recurso de Revista, sendo Recorrente Banco Mercantil do Brasil S/A (Adv. Leila Vita do Eirado Silva) e Recorrido João Bomfim Albuquerque de Macedo (Adv. José Torres das Neves). Foi relator o Sr. Ministro Ranor Barbosa e revisor o Sr. Ministro Mendes Cavaleiro, tendo a Turma resolvido, unanimemente, conhecer da revista, por divergência, apenas quanto ao adicional de 25% (vinte e cinco por cento) sobre as horas extras habituais e, no mérito, negar-lhe provimento.-----

UNANIMEMENTE, NEGOU-SE PROVIMENTO AOS AGRAVOS DE INSTRUMENTO, ABAIXO RELACIONADOS, RELATADOS PELO SR. MINISTRO COQUELHO COSTA, AUSENTE O SR. MINISTRO MENDES CAVALEIRO.-----

PROCESSO-AI-80/87.0, da 1a. Região, sendo Agravante Fichet S/A (Adv. Jaime Horácio R. Barbosa) e Agravada Andrea Mondolfo (Adv. Lídio E. Lobo Araújo).-----

PROCESSO-AI-859/87.7, da 2a. Região, sendo Agravante Banco Nacional S/A (Adv. Armindo da Conceição Teixeira Ribeiro) e Agravado Wagner Nowicki.-----

PROCESSO-AI-1339/87.2, da 1a. Região, sendo Agravante Júlio Flores Wysard (Adv. José Torres das Neves) e Agravado Banco do Brasil S/A (Adv. Eugênio Nicolau Stein).-----

PROCESSO-AI-1614/87.5, da 5a. Região, sendo Agravante Rede Ferroviária Federal S/A (Adv. Roberto Caldas Alvim de Oliveira) e Agravados Antonio Cardoso Souza e Outros (Adv. Ulisses Riedel de Resende).-----

PROCESSO-AI-1897/87.2, da 4a. Região, sendo Agravante Ricardo Kreuz (Adv. Solange Donadio Munhoz) e Agravado Ademir Euzébio.-----

PROCESSO-AI-5214/86.5, da 1a. Região, sendo Agravante Osmar de Oliveira Barbosa (Adv. José Fernando Ximenes Rocha) e Agravado Banco Boavista S/A (Adv. Ursulino Santos Filho).-----

PROCESSO-AI-5292/86.6, da 2a. Região, sendo Agravante Companhia Municipal de Transportes Coletivos - CMTC (Adv. Dráusio A. Villas Boas Rangel) e Agravada Malvina Maria Barros (Adv. Agenor Barreto Parente).-----

PROCESSO-AI-5404/86.2, da 3a. Região, sendo Agravante Banco Mercantil do Brasil S/A (Adv. Fernando Luiz Gonçalves Rios Neto) e Agravado Fábio Costa de Andrade (Adv. Lúcia da Costa Matoso).-----

PROCESSO-AI-5550/86.4, da 1a. Região, sendo Agravante Daniel Pires da Rocha (Adv. Acácio Caldeira) e Agravado Irmãos Tedesco Engenharia e Construções Ltda - ITEC (Adv. Irineá Angélica).-----

PROCESSO-AI-5726/86.9, da 2a. Região, sendo Agravante Banco Brasileiro de Descontos S/A - BRADESCO (Adv. José Maria Pereira da Silva) e Agravada Eliana Aparecida Cândido da Silva Abreu (Adv. Washington Hidalgo P. Bueno). OBS.: PRESENTE O SR. MINISTRO MENDES CAVALEIRO A PARTIR DESTA JULGAMENTO.-----

PROCESSO-AI-5837/86.4, da 4a. Região, sendo Agravante Jorge Souza Costa (Adv. Luiz Lopes Burmeister) e Agravada Companhia Estadual de Ener-

gia Elétrica - CEEE (Adv. Ivo Evangelista de Ávila).-----
PROCESSO-AI-5888/86.7, da 8a. Região, sendo Agravante Antonio da Silva Ratis (Adv. Henrique de Melo Rodrigues Filho) e Agravada EMPRESA "A Provincia do Pará" Ltda (Adv. Almerindo Trindade).-----
PROCESSO-AI-6085/86.1, da 5a. Região, sendo Agravante Banco Brasileiro de Descontos S/A - BRADESCO (Adv. Rui Chaves) e Agravado Jorge Menezes de Andrade (Adv. José Carlos da Silva).-----
PROCESSO-AI-6231/86.7, da 2a. Região, sendo Agravante Plásticos Branco Indústria e Comércio Ltda (Adv. Oswaldo Sant'Anna) e Agravado José Isidoro Felix Irmão (Adv. Bernardo Sinder).-----
PROCESSO-AI-8295/86.9, da 2a. Região, sendo Agravante Banco Brasileiro de Descontos S/A - BRADESCO (Adv. José Paulo Duarte de Azevedo) e Agravado Osvaldo Vieira de Abreu (Adv. Irineu Henrique).-----
PROCESSO-AI-413/87.0, da 1a. Região, relativo a Agravado de Instrumento, sendo Agravantes Ademir de Souza e Outros (Adv. Wallace Cavalheiro da Rosa) e Agravada Transportadora Elo Rodoviário Ltda (Adv. Neide Mota da Silva). Foi relator o Sr. Ministro Coqueijo Costa, tendo a Turma resolvido, unânime e preliminarmente, não conhecer do agravo.-----
PROCESSO-AI-6063/86.1, da 2a. Região, relativo a Agravado de Instrumento, sendo Agravante Gulliver S/A Manufatura de Brinquedos (Adv. Rosana Diniz de Souza Foz) e Agravado Lídio Maieski (Adv. Erineu Edison Maranesi). Foi relator o Sr. Ministro Coqueijo Costa, tendo a Turma resolvido, unânime e preliminarmente, não conhecer do agravo.-----
PROCESSO-RR-5528/86.5, da 2a. Região, relativo a Recurso de Revista, sendo Recorrente João Carlos Gonçalves (Adv. Riscalla Abdala Elias) e Recorrida Solorrico S/A - Indústria e Comércio (Adv. Hamilton Sérgio Ribeiro). Foi relator o Sr. Ministro Norberto Silveira de Souza e revisor o Sr. Ministro Coqueijo Costa, tendo a Turma resolvido, unanimemente, não conhecer da revista.-----
PROCESSO-RR-5918/86.3, da 6a. Região, relativo a Recurso de Revista, sendo Recorrente Usina Pumaty S/A (Adv. Albino Queiroz de Oliveira Junior) e Recorridos Maria das Dores da Conceição e Outro (Adv. Morse Lyra Neto). Foi relator o Sr. Ministro Norberto Silveira de Souza e revisor o Sr. Ministro Coqueijo Costa, tendo a Turma resolvido, unanimemente, não conhecer da revista.-----
PROCESSO-RR-5931/86.8, da 2a. Região, relativo a Recurso de Revista, sendo Recorrente Massa Falida de Empresa Auto Ônibus Mogi das Cruzes S/A (Adv. Rejane Cardoso) e Recorrido José Pereira da Costa (Adv. Januair Leite Catanha). Foi relator o Sr. Ministro Norberto Silveira de Souza e revisor o Sr. Ministro Coqueijo Costa, tendo a Turma resolvido, por maioria, não conhecer da revista, vencido o Sr. Ministro Ranor Barbosa, que dela conhecia no ponto da sucessão.-----
PROCESSO-RR-5970/86.3, da 4a. Região, relativo a Recurso de Revista, sendo Recorrente Clara Correa dos Santos (Adv. Sandra Albuquerque) e Recorrido Hospital Nossa Senhora da Conceição S/A (Adv. Maria Inês Panizzon). Foi relator o Sr. Ministro Norberto Silveira de Souza e revisor o Sr. Ministro Coqueijo Costa, tendo a Turma resolvido, unanimemente, não conhecer da revista.-----
PROCESSO-RR-357/87.0, da 2a. Região, relativo a Recurso de Revista, sendo Recorrentes Adelina Maria Leal e Outros (Adv. Mauro Ribeiro de Moraes) e Recorrida Universidade de São Paulo - USP (Adv. P. Autarquía Márcia Monaco M. Cezar). Foi relator o Sr. Ministro Norberto Silveira de Souza e revisor o Sr. Ministro Coqueijo Costa, tendo a Turma resolvido, unanimemente, conhecer da revista, por divergência, apenas quanto a inconstitucionalidade do artigo 20 da Lei 6.708/79 e, no mérito, negar-lhe provimento.-----
PROCESSO-RR-424/87.3, da 8a. Região, relativo a Recurso de Revista, sendo Recorrentes Alfredo Santana Silva de Melo e Outros (Adv. Guaracy da Silva Freitas) e Recorrido Banco Nacional de Crédito Cooperativo S/A - BNCC (Adv. Rogério Avelar). Foi relator o Sr. Ministro Norberto Silveira de Souza e revisor o Sr. Ministro Coqueijo Costa, tendo a Turma resolvido, unanimemente, conhecer da revista, por conflito com o Enunciado 251 e, no mérito, dar-lhe provimento para condenar o Banco recorrido ao pagamento da gratificação relativa ao segundo semestre de 1984.-----
PROCESSO-RR-991/87.9, da 2a. Região, relativo a Recurso de Revista, sendo recorrente Antonio Galvão Pereira (Adv. Pedro Dada) e Recorridos Banco do Comércio e Indústria de São Paulo S/A e Fundação Comind (Adv. Rogério Avelar). Foi relator o Sr. Ministro Norberto Silveira de Souza e revisor o Sr. Ministro Coqueijo Costa, tendo a Turma resolvido, por maioria, não conhecer da revista, vencido o Sr. Ministro relator, quanto ao ponto da complementação de aposentadoria, que justificará seu voto. Redigirá o acórdão o Sr. Ministro revisor.-----
PROCESSO-RR-691/87.4, da 10a. Região, relativo a Recurso de Revista, sendo Recorrente Banco Mercantil de São Paulo S/A (Adv. Regilene Santos do Nascimento) e Recorrido Ronaldo Pereira dos Santos (Adv. José Torres das Neves), Foi relator o Sr. Ministro Mendes Cavaleiro e revisor o Sr. Ministro Norberto Silveira de Souza, tendo a Turma resolvido, unanimemente, conhecer da revista, por divergência e, no mérito, negar-lhe provimento.-----
PROCESSO-RR-958/87.8, da 2a. Região, relativo a Recurso de Revista, sendo Recorrente Antonio Ferreira da Costa (Adv. José Torres das Neves) e Recorrido Banco Brasileiro de Descontos S/A - BRADESCO (Adv. Eridiane Furlan Fazzi). Foi relator o Sr. Ministro Mendes Cavaleiro e revisor o Sr. Ministro Norberto Silveira de Souza, tendo a Turma resolvido, unanimemente, não conhecer da revista.-----
PROCESSO-RR-964/87.1, da 1a. Região, relativo a Recurso de Revista, sendo Recorrente Metal Forty S/A - Conservas Alimentícias (Adv. Dulce Angélica Prado Vasques) e Recorrido Jorge Luiz dos Santos Vasconcellos (Adv. Jorge Luiz de Queiroz Laurindo). Foi relator o Sr. Ministro Mendes Cavaleiro e revisor o Sr. Ministro Norberto Silveira de Souza, tendo a Turma resolvido, unanimemente, conhecer da revista, por divergência e, no mérito, dar-lhe provimento para determinar o retorno dos autos ao TRT, a fim de que prossiga no exame do recurso ordinário da reclamada, como entender de direito, afastada a intempestividade.-----
PROCESSO-RR-977/87.7, da 1a. Região, relativo a Recurso de Revista, sendo Recorrente Wanier de Almeida Araújo (Adv. Fernando César C. de Almeida) e Recorrida Venerável e Arquiepiscopal Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte Carmo (Adv. Jorge Luiz de Azevedo). Foi relator o Sr. Ministro Mendes Cavaleiro e revisor o Sr. Ministro Norberto Silveira de Souza, tendo a Turma resolvido, unanimemente, conhecer da revista, por divergência e, no mérito, dar-lhe provimento para deferir ao reclamante diferenças salariais decorrentes dos reajustes semestrais previstos na Lei 6.708/79.-----
PROCESSO-RR-1114/87.2, da 2a. Região, relativo a Recurso de Revista,

sendo Recorrente LAFIT - Indústria e Comércio Ltda (Adv. René Ferrari) e Recorrido Benedito Sera (Adv. Aristheu Del Nery). Foi relator o Sr. Ministro Mendes Cavaleiro e revisor o Sr. Ministro Norberto Silveira de Souza, tendo a Turma resolvido, unânime e preliminarmente, não conhecer da revista, por ilegitimidade de representação do advogado que a subcreve. OBS: NÃO PARTICIPOU DESTA JULGAMENTO O SR. MINISTRO RANOR BARBOSA Encerrou-se a Sessão às dezoito horas e quarenta e cinco minutos não tendo sido esgotada a Pauta. E, para constar, lavrei a Presente ATA, que vai assinada pelo Sr. Ministro-Presidente, em exercício e por

mim subscrita, aos vinte e cinco dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e oitenta e sete.'

COQUEIJO COSTA
 Ministro-Presidente, em exercício

MARIO DE A. M. PIMENTEL JUNIOR
 Secretário da 3a. Turma

TST-RR-2919/85.1

JVO/AFRC

RECURSO DE REVISTA

RECORRENTE: GATÃO E VEÍCULOS S/A
 Advogado: DR. José Rodrigues Mandú
 RECORRIDO: DÁCIO DUARTE
 Advogado: Dr. Ruy Cavalcante de Araújo
 1ª Região

DESPACHO

Súmulas TST nºs 126, 200 e 236

1. Encerram os autos litígio sobre vínculo empregatício entre Dácio Duarte e a Empresa Gatão e Veículos S/A.
 As instâncias inferiores, à luz do acervo probatório produzido, reconheceram o vínculo empregatício postulado.
 Arrimado em ambas as alíneas do permissivo consolidado, a Vencida, irressignada, investe de revista (fls.111/115), que, admitida no mero efeito devolutivo, recebeu Parecer desfavorável (fl.118).

2. Em Parecer da lavra do Dr. Luiz da Silva Flores, afirma a douta Procuradoria-Geral: "A insurgência do recorrente prende-se ao reconhecimento do vínculo de emprego anterior a assinatura da CTPS, honorários periciais e juros sobre capital corrigido. No que se refere ao reconhecimento do vínculo de emprego anterior a celebração do contrato, a matéria esbarra no Enunciado nº 126 TST. Quanto aos honorários periciais, a insurgência do recorrente além de desfundamentada nos termos do artigo 816 da CLT, não encontra respaldo no Enunciado nº 236 TST. E os juros sobre capital corrigido - Enunciado nº 200 TST. Pelo não conhecimento e ou não provimento do apelo" (fl.118).

3. Enfrentando o recurso os princípios inscritos nas Súmulas nºs 126, 200 e 236 desta Corte, denego-lhe seguimento, com esteio no art. 99 da Lei nº 5.584/70.

Publique-se.
 Brasília, 25 de agosto de 1987.

COQUEIJO COSTA
 Ministro-Relator

Proc. nº TST-RR-9910/85.5
 JVO/md

RECURSO DE REVISTA

RECORRENTE: SEBASTIÃO GABRIEL RIBEIRO
 Advogado: Dr. Nery de Mendonça
 RECORRIDA: CONSTRUTORA MENDES JUNIOR S/A
 Advogado: Dr. Edelo A. Assad
 3ª Região

DESPACHO
 SÚMULA TST Nº 126

1. Cuida-se de litígio sobre a incorporação à jornada de trabalho das denominadas horas "in itinere".
 O 3º Regional, por sua 3ª Turma, desproveu o recurso ordinário do Obreiro (fls. 103/106), em Acórdão ementado como se segue:
 "HORAS "IN ITINERE" Se a prova é no sentido de que a reclamada situa-se às margens de rodovia bastante movimentada, servida por diversas linhas de ônibus, não há como aplicar o disposto na Súmula 90/TST" (fl. 115).
 O Vencido, irressignado, manifesta revista (fls. 119/121), que foi admitida no mero efeito devolutivo (fl.122) e tem Parecer contrário (fl. 124).
 2. A douta Procuradoria-Geral, em Parecer elaborado pelo Dr. Eduardo Antônio de A. Coelho, opina: "O Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região apreendeu a controvérsia nos precisos termos em que fora proposta e à luz das provas dos autos. Portanto, o v. Acórdão, recorrido por revista, não comporta qualquer reparo, posto que proferido com o respaldo das provas realizadas. Face ao Enunciado nº 126, do Colendo Tribunal Superior do Trabalho, opinamos pelo não conhecimento da revista ou, ainda, pelo seu improvemento" (fl. 124).
 3. Com esteio no art. 99 da Lei nº 5.584/70, denego seguimento ao recurso, que enfrenta a Súmula nº 126 desta Corte.
 Publique-se.
 Brasília, 26 de agosto de 1987.

COQUEIJO COSTA
 Ministro-Relator

Proc. nº TST-RR-9911/85.2
JVO/mcl

RECURSO DE REVISTA

RECORRENTE: CONSTRUTORA LAJOA SANTA LÍDIA
Advogado: Dr. Marco Túlio Fonseca Furtado
RECORRIDO: TEODOLINO GONÇALVES DA SILVA
Advogado: Dr. José Hamilton Gomes
3ª Região

D E S P A C H O
SÚMULA TST Nº 126

1. Traga-se de controvérsia sobre a incorporação à jornada de trabalho das denominadas horas "in itinere".
A 2ª Turma do 3º Regional desproveu o recurso ordinário da Empresa (fls. 116/121), em Acórdão assim resumido:
"Horas extras de transporte: Preenchidas as condições da Súmula 90, as horas extras de transporte procedem" (fl. 138).
A Vencida, irressignada, e após ver rejeitados seus embargos declaratórios opostos ao aludido Acórdão (fls. 146/147), investe de revista (fls. 149/159), que, admitida no mero efeito devolutivo (fl. 175), obteve Parecer contrário (fl. 180).
2. Importará no revolvimento de fatos e provas, tal como advoga a d. Procuradoria-Geral, o reexame da matéria no âmbito da via eleita, o que é vedado pela Súmula nº 126 desta Corte, assim expressa:
"RECURSO - CABIMENTO. Incabível o recurso de revista ou de embargos (arts. 896 e 894, letra b, da CLT) para reexame de fatos e provas".
3. Enfrentando o recurso o óbice do transcrito Verbete, denega-se o seguimento, ficando no art. 9º da Lei nº 5.584/70.
Publique-se.
Brasília, 26 de agosto de 1987.

COQUEIJO COSTA
Ministro-Relator

TST-RR-0020/86.6
JVO/AFRC

RECURSO DE REVISTA

RECORRENTE: GIOVANI PEREIRA
Advogado: Dr. Nadir José Ascoli
RECORRIDO: MONTREAL ENGENHARIA S/A
Advogada: Drª Maria de Fátima Záchia Paludo
4ª Região

D E S P A C H O
Súmula TST nº 126

1. Cuida-se de litígio acerca da incorporação à jornada de trabalho das denominadas horas "in itinere".
O Obreiro, arriado em ambas as alíneas do permissivo consolidado, investe de revista contra o Acórdão da 1ª Turma do 4º Regional, estampado às fls. 166/168, que absolveu a Empresa do pagamento das horas "in itinere" (fls. 170/173).
Admitido no mero efeito devolutivo (fls. 174/175), obteve o apelo Parecer favorável (fl. 179).

2. A propósito do ponto questionado, assentou o Acórdão revisando:

"Sobre a matéria, tem-se decidido, reiteradamente, que o Pólo Petroquímico - local de trabalho do autor - não é de difícil acesso e, ademais, tem serviço regular de linhas de transporte público. Quaisquer considerações em torno da insuficiência de transporte em razão da demanda, não altera esse entendimento, porque ampliaria os requisitos do enunciado de Súmula nº 90 do TST, que só pode ter interpretação restrita aos seus exatos termos. De outro lado, o tempo de deslocamento dos empregados, em condução da empresa, até o local de trabalho - salvo se o local em condições normais revela-se inacessível - não constitui tempo à disposição do empregador que comporta pagamento extra, porque se trata de condição contratual, que beneficia preponderantemente o trabalhador. E mesmo que corresponda a interesse também da demandada, não pode ser ela onerada com a incorporação na duração da jornada remunerável do tempo utilizado no transporte, porque representaria duplo benefício ao reclamante, em relação aos trabalhadores em geral, e dobrada oneração da empregadora, o que, além de juridicamente inadequado, importa em desestímulo para a concessão de transporte aos empregados, vantagem que se torna cada vez mais útil e necessária para facilitar a atividade dos obreiros" (fls. 167/168).

Aferir se o local de prestação de trabalho do Recorrente é de difícil acesso, bem como se possui regular serviço de transporte público, importará no revolvimento de fatos e provas, campo reservado com soberania às instâncias inferiores.

Desse modo, vedada está a reapreciação da matéria no âmbito da via eleita, a teor da Súmula nº 126 desta Casa, que reza:
"RECURSO - CABIMENTO. Incabível o recurso de revista ou de embargos (arts. 896 e 894, letra b, da CLT) para reexame de fatos e provas".

3. Com esteio no art. 9º da Lei nº 5.584/70, denega-se o seguimento ao recurso, que enfrenta o princípio inscrito no transcrito Verbete.
Publique-se.
Brasília, 26 de agosto de 1987.

COQUEIJO COSTA
Ministro-Relator

PROC. nº TST-RR-0037/86

RECORRENTE: FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE
Advogado: Dr. Jory França
RECORRIDO: GIL SERGIO BORGES RIBEIRO
Advogado: Dr. Wilmar Saldanha da Gama Pádua

D E S P A C H O

I - O Egrégio Primeiro Regional rejeitando a preliminar de nulidade argüida, no mérito, negou provimento ao recurso ordinário da reclamada, sob o fundamento assim sintetizado na ementa: "Equiparação salarial: evidenciada a identidade de funções e a igualdade de perfeição técnica e produtividade, não há como negá-la". Inconformada com essa decisão recorre, através de revista, a empregadora, com fulcro nas alíneas "a" e "b" do artigo 896 da CLT. Alega, em seu arrazoado, que sendo a recorrente uma Fundação criada por lei federal e tendo a União, através de seu procurador, demonstrado interesse jurídico na demanda, não poderia ela deixar de ser cientificada de cada ato praticado nos autos. Aponta violação à Lei nº 5010/66, art. 2º do Decreto nº 76664/75, art. 153, § 2º da Constituição da República e invoca o Enunciado nº 82 do TST. No mérito, discute a questão relativa à equiparação salarial deferida. Admitida a revista pela letra b do permissivo legal, não mereceu contra-razões. O parecer da digna Procuradoria Geral é pelo seu não conhecimento ou improvemento.

II - Aduz a reclamada, ora recorrente, que tendo a União demonstrado interesse na lide, já que se trata de uma Fundação, deveria aquela ser notificada de todos os atos processuais praticados. Todavia é de se esclarecer que a empregadora, no seu recurso ordinário, pediu a citação da União Federal a fim de que manifestasse ou não o seu interesse no deslinde da controvérsia através de intervenção assistencial. E, sob este prisma, foi analisada a questão que resultou desacolhida. Argumenta agora, a recorrente, em seu apelo revisional, que demonstrado o interesse jurídico da União, deveria ela ser intimada de todos os atos processuais praticados sob pena de afronta ao art. 70 da Lei nº 5010/66 e art. 2º do Decreto nº 76664/75. Ora, tal aspecto, porém, não foi ventilado pela v. decisão revisanda e nem poderia ter sido, por que não prequestionado. Portanto, preclusa encontra-se a discussão, nos termos do Enunciado nº 184 do TST.

III - Mérito - Relação de emprego - A matéria tem características nitidamente fático-probatórias e o seu reexame encontra óbice em outro Enunciado desta Egrégia Corte, o de número 126.

IV - Com fundamento nos Enunciados nºs 184 e 126 do TST e na forma do art. 9º da Lei nº 5584/70, nego seguimento ao recurso. Intimem-se as partes.

Brasília, 27 de agosto de 1987

JUIZ CONVOCADO FRANCISCO FAUSTO
Relator

TST-RR-0926/86.6
JVO/AFRC

RECURSO DE REVISTA

RECORRENTE: BANCA DE BICHO "A NOVA ESPERANÇA"
Advogado: Dr. Cláudio Murilo Raposo Rodrigues
RECORRIDO: ADRIANO SOARES MESQUITA
Advogado: Dr. Yaponan Ribeiro Dantas
6ª Região

D E S P A C H O
Súmula TST nº 126

1. Cuida-se de litígio sobre vínculo empregatício entre Adriano Soares Mesquita e a Banca de Bicho "A Nova Esperança".
Desprovido o recurso ordinário da Empregadora (fls. 36/37), ementou a 3ª Turma do 6º Regional:

"Relação de Emprego - Reconhecida quando o empregado presta serviços a casa lotérica, passando bicho, não podendo o empregador alegar a ilicitude da atividade de desempenhada" (fl. 49).

Inconformada, manifesta revista a Vencida (fls. 53/57), que foi admitida no mero efeito devolutivo (fl. 58) e obteve Parecer desfavorável (fl. 62).

2. Tal como afirma a d. Procuradoria-Geral, é de natureza fática a matéria jurídica que se pretende alçar a esta Corte, o que, a teor da Súmula nº 126 desta Casa, não fomenta o apelo excepcional trabalhista.

Estatui, com efeito, o Verbete em referência:
"RECURSO - CABIMENTO. Incabível o recurso de revista ou de embargos (arts. 896 e 894, letra b, da CLT) para reexame de fatos e provas".

3. Estribado no art. 9º da Lei nº 5.584/70, denega o recurso, que enfrenta o óbice da transcrita Súmula.
Publique-se.
Brasília, 26 de agosto de 1987.

COQUEIJO COSTA
Ministro-Relator

TST-RR-2012/86.1
JVO/MNS

RECURSO DE REVISTA

RECORRENTE: COMPANHIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES COLETIVOS - CMTC
Advogado: Dr. Drausio A. Villas Boas Rangel
RECORRIDOS: CONSTANTINO NUNES E OUTRO
Advogado: Dr. Antônio Lopes Noleto
2ª Região

D E S P A C H O
Súmula TST nº 208

1. Encerram os autos litígio sobre complementação de aposentadoria tendo por sede norma regulamentar da Empresa.
Com a Sentença estampada às fls. 79/81, a 18ª JCI de São Paulo deu pela procedência parcial da Reclamatória, condenando a Empresa ao pagamento das verbas descritas à fl. 81.
A 5ª Turma do 2º Regional desproveu o recurso ordinário da Empregadora (fls. 89/96), assentando:

"Ora, é público e notório que, ao revogar o aviso 780 pelo de nº 803, a recda. lesou direitos adquiridos dos obreiros, uma vez que esse último aviso traz consigo um pressuposto (prazo de 45 dias para que se já postulado o direito a tal), o qual inexistia ao aviso revogado (fl. 109).

A Vencida, irressignada, apresenta revista (fls. 113/122), que foi admitida no mero efeito devolutivo (fl. 124) e obteve Parecer desfavorável (fl. 138).

2. Tal como retrata o Acórdão revisando, pretende-se alçar a esta Corte debate tendo por sede o regulamento da Empresa, o que é obstado no âmbito da via eleita, a teor da Súmula nº 208 deste Tribunal, que reza:

"RECURSO DE REVISTA - ADMISSIBILIDADE - INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULA DE NATUREZA CONTRATUAL. A divergência jurisprudencial, suficiente a ensejar a admissibilidade ou o conhecimento do recurso de revista, diz respeito à interpretação de lei, sendo imprestável aquela referente ao alcance de cláusula contratual, ou de regulamento de Empresa".

3. Enfrentando o apelo, o óbice do transcrito Verbete, denego-lhe seguimento, com arrimo no art. 9º da Lei nº 5.584/70.

Publique-se.

Brasília, 26 de agosto de 1987.

COQUEIJO COSTA
Ministro-Relator

RR-3181/86.9

RECORRENTE: BANCO DO BRASIL S/A

ADVOGADO : Dr. Dilson Furtado de Almeida

RECORRIDO : FRANCISCO DE ASSIS ZIMMERMANN

ADVOGADO : Dr. Juvenal Campos de A. Canto

D E S P A C H O

Da r. decisão regional (fls. 507/512) que negou provimento ao Agravo de Petição, o Banco reclamado oferece revista (fls. 515/523), com fulcro em ambas as alíneas do art. 896, da CLT, apontando violação aos arts. 2º, 444 e 468, celetários, aos arts. 2º, 128, 294, 460, 468 e 741, do Código de Processo Civil e ao art. 153, §§ 3º e 4º, da Constituição Federal e colacionando divergência (fls. 524/546). Diz a recorrente que houve ofensa a coisa julgada quando os cálculos de liquidação levaram conta os efeitos da Portaria 2.339/77, o que resultou em benefício do reclamante, outorgando-lhe vantagens não deferidas pela sentença exequenda, que sequer tratou do tema (reestruturação dos quadros organizacionais da empresa) de que cuida a referida Portaria. O apelo foi admitido (fls. 547/550), contra-arrazado (fls. 551/556), opinando a Douta Procuradoria pelo seu conhecimento e improvimento (fls. 602).

Tratando-se de recurso contra decisão proferida em execução de sentença, a possibilidade de sua veiculação cinge-se a inequívoca existência de afronta a preceito constitucional, conforme estatui o E-210-TST. Porém, a violação ao art. 153, §§ 3º, e 4º da Carta Magna, que embora a revista não se consubstancia em sua literalidade.

É que o Eg. Regional asseverou após um longo e acurado exame da prova e dos limites impostos pela sentença exequenda, não haver ofensa a coisa julgada, pois a Portaria 966/47, sob cuja vigência foi admitido o reclamante, assegurava a revisão dos proventos da inatividade sempre que fossem modificados os dos funcionários em atividade (fls. 12, ítem "e") e portanto, estavam corretos os cálculos que levaram em conta as modificações introduzidas pela Portaria nº 2.339/77, como forma de preservar justamente a coisa julgada, editada à luz da Portaria nº 966/47.

Desta forma, a matéria se tornou interpretativa o que afasta a possibilidade de conhecimento da revista por eventual ofensa literal ao preceito apontado.

Inexistente a literalidade na afronta citada, decai a revista da exceção preconizada pelo E-210-TST.

Assim, com base no referido Enunciado e com fulcro no art. 9º, da Lei 5.584/70, nego seguimento a revista.

Intime-se.

Intime-se.
Brasília, 24 de agosto de 1987

NORBERTO SILVEIRA DE SOUZA
Ministro-Relator

Proc. nº TST-RR-3182/86.6
JVO/md

RECURSO DE REVISTA

RECORRENTE: BRADESCO - BANCO BRASILEIRO DE DESCONTOS S/A

Advogado: Dr. Adroaldo Pacheco de Jesus

RECORRIDO: EDILSON AMORIM DE OLIVEIRA

Advogado: Dr. Augusto César Leite Franca

5ª Região

D E S P A C H O

SÚMULA TST Nº 126

1. Versam os autos sobre indenização, que Edilson Amorim de Oliveira pretende haver do BRADESCO, em razão de rescisão imotivada de seu pacto laboral.

O 5ª Regional, por sua 2ª Turma, proveu o recurso ordinário do Obreiro (fls. 85/91), determinando a inclusão na condenação, como extra, a sétima e oitava horas com o adicional de 25%, incorporando-se o valor das mesmas ao salário para efeito de pagamento das diferenças requeridas na letra a do pedido, bem como anuênio, levando em conta o tempo de serviço prestado à Companhia Micromation S/A - Pro cessamento de Dados (fls. 105/107).

O Banco, irressignado, investe de revista (fls. 109/112), que, admitida no duplo efeito (fl. 118), recebeu Parecer contrário (fl. 120).

2. Acerca das questões postas na revista, assentou o Acórdão revisando:

"A prova instrutória revelou que o horário do recorrente era das 8 às 18 hs com 2 hs de intervalo e que o autor não tinha subordinados em suas funções de técnico. Assim, não houve prova tranqüila do exercício de função de confiança bancária, e a apreciação dessa prova está distorcida, voluntária ou involuntariamente, nas razões da recorrida. Assim, re conhece-se que a jornada do autor era de 6 hs face a inexistência da situação do art. 224, § 2º, da CLT, sendo credor das horas extras trabalhadas a partir da 7ª. O fato de uma das testemunhas pelo reclamado afirmar exercer o reclamante função de confiança não é o suficiente para que assim seja tida. As testemunhas depõem sobre fatos e não emitem comentários. Importa, sim, que descrevessem o que fazia o reclamante, as tarefas executadas e as condições em que o trabalho se exercia. Diante desse quadro, o juiz é que haveria de identificar ou não, o cargo como de confiança. Logo, não impressiona o que afirmaram as testemunhas, tampouco o documento, a que se refere a sentença, se a realidade não se enquadra naquilo que propõe a empresa. Na verdade, nos autos, não há qualquer prova de que o reclamante exercesse chefia e fiscalização, não exercendo, em consequência, função de confiança. Por outro lado, conclui-se, tranqüilamente, pela diuturnidade da prestação suplementar de trabalho, razão irrecusável para integrar-se o próprio valor das horas extras ao salário e serem satisfeitas ao recorrente as diferenças consequentes e postuladas, com o adicional de 25%. Entretanto, deve ser abatida da condenação a quitação já comprovada nos autos sob o mesmo título. 2. QUANTIFICAÇÃO DAS HORAS EXTRAS - Devem as horas extras quantificarem-se levando em consideração o horário indicado na defesa, ou seja, das 8 às 18 hs com 2 hs de intervalo para almoço e confirmado pelas testemunhas ouvidas. 3. ANUÊNIO - Não se põe dúvida de que a empresa Com-Micromation S/A integrava o mesmo grupo do reclamado, pertencendo ao mesmo agrupamento. Assim, face aos termos do art. 2º, § 2º, da CLT, ambos são considerados o mesmo empregador e é evidente que o tempo de serviço comporta aquele prestado à referida Com-Micromation S/A para, inclusive pagamento de anuênios. É a solução ditada pela norma, que fixa a compreensão do Grupo de empresas. Irrelevante é o fato de transação envolvendo o tempo de serviço prestado à Com-Micromation, pois, na hipótese, apenas se refere a indenização de antiguidade, jamais os anuênios" (fls. 105/107).

Tal como retrata a Decisão revisanda, importará no revolvimento de fatos e provas o reexame que se pretende, o que é vedado no âmbito da via eleita, a teor da Súmula nº 126 desta Corte, assim expressa:

Proc. nº TST-RR-3182/86.6

"RECURSO - CABIMENTO. Incabível o recurso de revista ou de embargos (arts. 896 e 894, letra b, da CLT) para reexame de fatos e provas".

3. Com fundamento no art. 9º da Lei nº 5.584/70, denego seguimento ao recurso, que enfrenta o óbice do transcrito Verbete.

Publique-se.

Brasília, 26 de agosto de 1987.

COQUEIJO COSTA
Ministro-Relator

PROC. nº TST-RR-3655/86.4

Recorrente: ORGANIZAÇÃO TED DE SERVIÇOS LTDA.

Advogado : Dr. Cesar Marques Carvalho

Recorridos: MANOEL GONÇALVES VIEIRA FILHO E OUTROS

Advogado : Dr. Thelmo de Araújo Pereira

D E S P A C H O

I - Inconformada com a decisão regional que lhe foi desfavorável, por entender provida a dispensa, recorre, através de revista a empresa, com fulcro em ambas as alíneas do permissivo legal. Sustenta que os empregados não foram dispensados e que não restou provado o despedimento. Aponta violação aos artigos 482, 487, 491 da CLT e 333, I, do CPC, além de citar jurisprudência que pretende divergente. Não foram oferecidas contra-razões. Opina a douta Procuradoria Geral pelo seu conhecimento e improvimento.

II - Trata-se de trabalhadores temporários que tiveram dissolvidos seus contratos com o SEF de Petrópolis, órgão tomador do serviço e se dizem despedidos pela empresa de trabalho temporário (Organização TED de Serviços Ltda.). A v. decisão regional entendeu que todo o enquadramento dos fatos descritos pelas testemunhas revela que a dispensa ocorreu. Assevera a empresa que na hipótese de abandono de emprego são devidos o aviso prévio e demais parcelas da rescisão. Alega que o documento de fls. 18 e a prova testemunhal confirmam que os empregados não foram despedidos, haja vista que os mesmos continuaram a prestar serviço a outra empresa prestadora de mão-de-obra contratada pela SEF, deixando de se apresentar a ora recorrente para nova designação. Aduz, finalmente, que se despedidos, cabia aos empregados demonstrar tal fato. A matéria é nitidamente de natureza fático-probatória, encontrando óbice, a sua apreciação, no Enunciado nº 126 do TST, e em torno de provas não se pode falar em conflito de teses ou violação a dispositivos de lei.

III - Com fundamento no Enunciado nº 126 do TST e na forma do artigo 9º da Lei nº 5.584/70, nego seguimento ao recurso. Intime-se as partes.

Brasília, 28 de agosto de 1987

JUIZ CONVOCADO FRANCISCO FAUSTO
Relator

PROC. nº TST-RR-4889/86

RECORRENTE: SUPERMERCADO DE CARNES SOUTOSA LTDA.

Advogado: Dr. Luiz Carlos da Silva Loyola

RECORRIDO: RAIMUNDO ANTONIO DOS SANTOS

Advogado. Dr. Ivani Teixeira Bastos

D E S P A C H O

I - A Egrégia Turma Regional negou provimento ao recurso or dinário do empregador, ao fundamento assim consignado na ementa: "In justificada a ausência da empregadora à audiência, de manter a revelia aplicada" (fls. 29, sic). Não se conformando com essa decisão, o Super mercado de Carnes Soutosa Ltda recorre através de revista, com arrimo na alínea "a" do permissivo legal. Busca a elisão da revelia, aduzindo que no dia designado para realização da audiência, encontrava-se acometido de grave mal o seu representante legal, e que a ausência foi amplamente justificada por atestado médico. O recurso não recebeu razões de contrariedade, tendo o digno Órgão do Ministério Público opinado pelo seu conhecimento e improvimento.

II - O v. acórdão revisando manteve a pena de revelia imposta à empregadora, por considerar que, de acordo com alteração contratual, a sociedade é composta de dois sócios e, embora a ausência de um deles tenha sido justificada, não houve prova de que fosse ele o único autorizado a representar a empregadora em audiência. Os três arestos e lencados no recurso de revista, ou não se contrapõem a tese regional ou não abordam todos os fundamentos da decisão, do que resultam contraria dos os Enunciados nºs 38 e 23 do TST.

III - Com fundamento nos Enunciados nºs 23 e 38 do TST e na forma do art. 9º da Lei nº 5584/70, nego seguimento ao recurso. Inti mem-se as partes.

Brasília, 31 de agosto de 1987.

JUIZ CONVOCADO FRANCISCO FAUSTO
RELATOR

Proc. nº TST-RR-5467/86.6
JVO/md

R E C U R S O D E R E V I S T A

RECORRENTE: EQUIPAMENTOS HIDRÁULICOS MUNCK S/A
Advogado: Dr. Eucário Caldas Rebouças
RECORRIDO: FRANCISCO SOARES
Advogado: Dr. Antonio Rosella
2ª Região

D E S P A C H O

SÚMULA TST Nº 208

1. Encerram os autos litígio tendo por sede norma constante de Convenção Coletiva.

A 3ª Turma do 2º Regional, com o Acórdão estampado às fls. 111/113, deu provimento parcial ao recurso ordinário da Empresa (fls. 87/90), reconhecendo a incidência da prescrição bial sobre as parcelas vencidas, a contar da propositura da Reclamatória.

A Vencida, irressignada, e após ver rejeitados seus embargos declaratórios opostos ao aludido Aresto (fls. 124/125), investe de revista, arrimada em ambas as alíneas do permissivo consolidado (fls. 127/130), que, admitida no mero efeito de volutivo (fl. 146), recebeu Parecer contrário (fl. 157).

2. Verifico, da leitura da peça com a qual a Empregadora exprime seu in conformismo, pretender-se alçar a esta Corte dissensão acerca de norma de Convenção Coletiva.

A propósito do tema, assentou o Acórdão revisando:

"Diz a cláusula 48 da Convenção Coletiva: "Fica acordada, pelas partes, multa equivalente a 20% do valor de referência de que trata a Lei 6.205/75, por infração e por empregado, em caso de descumprimento de qualquer das cláusulas contidas nesta Convenção, revertendo o benefício em favor da parte prejudicada." As partes acordaram a colocação da cláusula penal e sua redação. Não pode agora, a recorrente, pretender reduzir o seu valor, com a alegação de grandes despesas. É naquele processo e não neste que deveria discutir a questão" (fl. 113).

Tendo por sede cláusula de natureza contratual o questionamento de que ora se cuida, o trânsito cogitado é obstado pela Súmula nº 208 desta Corte, assim expressa:

"RECURSO DE REVISTA - ADMISSIBILIDADE - INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULA DE NATUREZA CONTRATUAL. A divergência jurisprudencial, suficiente a ensejar a admissibilidade ou o conhecimento do recurso de revista, diz respeito a interpretação de lei, sendo imprestável aquela referente ao alcance de cláusula contratual.

3. Enfrentando o recurso o óbice do transcrito Verbete, denego-lhe seguimento, com fundamento no art. 9º da Lei nº 5.584/70.

Publique-se.

Brasília, 28 de agosto de 1987.

COQUEIJO COSTA
Ministro-Relator

TST-RR-5545/86.0
JVO/AFRC

R E C U R S O D E R E V I S T A

RECORRENTE: ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Advogado: Dr. Wilson Jorge Diab
RECORRIDO: ADALBERTO DOS SANTOS AFONSO
Advogado: Dr. Ulisses Riedel de Resende
1ª Região

D E S P A C H O

Súmula TST nº 210

1. Cuida-se de execução de Sentença, promovida por Adalberto dos Santos Afonso contra o Estado do Rio de Janeiro.

A 2ª Turma do 1º Regional desproveu o agravo de petição do Estado (fls. 174/177), em Acórdão que exhibe a seguinte ementa: "Se a demora ultrapassa aos 90 dias preconizados na norma legal, corrigido deve ser o valor devido" (fl. 186).

Inconformado, investe de revista o vencido (fls. 187/190), que foi admitida no duplo efeito (fl. 201) e obteve Parecer contrário (fls. 203/204).

2. Dispondo sobre a recorribilidade das decisões prolatadas pelos Tribunais Regionais em execução de Sentença, preceitua o § 4º do art. 896 consolidado:

"Art. 896 -

§ 4º - Das decisões proferidas pelos Tribunais Regionais ou por suas Turmas, em execução de sentença, não caberá recurso de revista para o Tribunal Superior do Trabalho".

Instada a se pronunciar sobre a transcrita regra, a Suprema Corte, em sessão plenária do dia 18.12.79, ao ensejo do julgamento dado ao RE-89.145, relatado pelo eminente Ministro Xavier de Albuquerque, firmou orientação no sentido do cabimento do recurso de revista de decisão regional, prolatada em execução de Sentença, desde que haja afronta à Lei Fundamental.

Permito-me recolher do Aresto, em referência, o seguinte tópico:

"O art. 896, § 4º, da CLT há de ser interpretado, para que se possa compatibilizar com o sistema constitucional, no sentido de conter a ressalva dos casos de ofensa à Constituição, acaso contida em decisão proferida por Tribunal Regional do Trabalho. Só assim será possível, admitidos os recursos de revista e o trânsito do processo pelo Tribunal Superior do Trabalho, evitar-se o absurdo de se reputar obstruído o acesso ao Supremo Tribunal Federal, seu foro precípua, das decisões constitucionais. Essa ressalva, não escrita embora no questionado preceito consolidado, deve considerar-se virtual, pois resulta necessariamente do sistema da Constituição. Figura ela, aliás, em norma análoga de restrição de recursos no processo trabalhista, relativamente as sentenças proferidas em dissídios de alçada - art. 2º, § 4º, da Lei nº 5.584, de 26.06.70, (RTJ 89/306).

Na esteira da orientação da Corte Maior, este Tribunal erigiu a Súmula nº 210, assim expressa:

"RECURSO DE REVISTA - EXECUÇÃO DE SENTENÇA. A admissibilidade do recurso de revista contra acórdão proferido em execução de sentença depende de demonstração inequívoca de violação direta à Constituição Federal".

Como visto, sendo de natureza excepcional a admissibilidade da revista em execução de sentença, reclama a demonstração inequívoca de vulneração direta à Carta da República.

No caso vertente, restou indemonstrada a aventada afronta ao Texto Maior, o que atrai a incidência do transcrito Verbete, obstando o acesso cogitado.

3. Com esteio no art. 9º da Lei nº 5.584/70, denego seguimento ao recurso que enfrenta o óbice da Súmula nº 210 desta Casa.

Publique-se.

Brasília, 26 de agosto de 1987.

COQUEIJO COSTA
Ministro-Relator

Proc. nº TST-RR-6616/86.0
JVO/md

R E C U R S O D E R E V I S T A

RECORRENTE: JOSÉ RAFAEL CÂNDIDO
Advogado: Dr. José Torres das Neves
RECORRIDO: BANCO BRADESCO DE INVESTIMENTO S/A
Advogado: Dr. Airides Aparecida dos Santos
2ª Região

D E S P A C H O

SÚMULAS TST Nºs 126 e 233

1. Cuida-se de indenização, que José Rafael Cândido pretende haver do BRADESCO, em razão de rescisão de seu pacto laboral.

A 7ª Turma do 2º Regional, com o Acórdão estampado às fls. 58/62, deu provimento parcial ao recurso ordinário do Banco (fls. 39/47).

Inconformado, investe de revista o Obreiro, postulando como extras a 7ª e 8ª horas, bem como a inclusão da gratificação de função no cálculo das horas extras, por entender que não é alcançado pela regra inscrita no § 2º do art. 224 consolidado (fls. 64/67).

Admitido no mero efeito devolutivo (fl. 69) o apelo, após contra-arrazoado (fls. 71/72), recebeu Parecer desfavorável (fl. 76).

2. A propósito dos pontos questionados, assentou o Aresto revisando:

"O Recorrente relata os seus serviços (fls. 30). Não exercia função de confiança ou equivalente. O prolongamento da jornada de trabalho está comprovado (fls. 31/32). Entretanto, a gratificação de função remunera a 7ª e 8ª horas e deverão ser pagas as horas extraordinárias a partir da nona em diante. O intervalo para refeição não usufruído deve ser pago como hora extraordinária, sem prejuízo da penalidade administrativa. O cálculo das horas extraordinárias não incluirá a gratificação de função, que esta tem destinação específica. Mas, o adicional respectivo é de 25%, inadmitido contrato tácito no caso. Reconhecidas as horas extraordinárias a contar da nona hora, integram as mesmas as verbas indenizatórias e também o 13º salário, bem como os repousos remunerados, que inaplicável a Lei 605, de 5 de janeiro de 1949" (fl. 61).

O Vencido pretende, a toda evidência, e a pretexto de discutir o acerto com que se houve o Regional ao enquadrar a questão jurídica que os autos encerram, o reexame de matéria fática, o que é vedado no âmbito da via eleita, conforme copiosa e pacífica jurisprudência desta Casa, de há muito sumulada e enriquecida pelo julgamento dado ao RR nº 1.612/82, assim ementado:

"Não se conhece de revista que, a pretexto de discutir o enquadramento jurídico dos fatos, nada pretende senão o reexame da prova" (3ª Turma, Relator Ministro Orlando Teixeira da Costa, DJU de 24.06.83).

3. Enfrentando o recurso os óbices das Súmulas nºs 126 e 233 desta Corte, denego-lhe seguimento, com fundamento no art. 9º da Lei nº 5.584/70.

Publique-se.

Brasília, 31 de agosto de 1987.

COQUEIJO COSTA
Ministro-Relator

Proc. nº TST-RR-6967/86

RECORRENTE - MARIA DE FÁTIMA QUEIROGA
Advogado - Dr. Francisco Ary Montenegro Castelo
RECORRIDA - CRUZ VERMELHA BRASILEIRA
Advogado - Dr. Edgar Nalini

D E S P A C H O

I - A Egrégia Turma Regional negou provimento ao ordinário da reclamada, por entender, entre outros aspectos devolvidos ao seu conhecimento, que o ato de indisciplina restou configurado e imediata foi a dispensa. Esclarece, ainda, que as horas extras são inaplicáveis aos plantões, além de não terem feito parte do pedido inicial e, finalmente, aduz que o pleito, quanto ao FGTS, é diverso daquele feito na exordial. A empregada opôs embargos declaratórios que não foram conhecidos por intempestivos. Inconformada, a reclamante recorre através de revista, com fulcro no art. 896 consolidado. Argui preliminar de nulidade, porque tempestivos os embargos declaratórios. Discute as questões referentes a falta grave, imediatidade da despedida, descumprimento das obrigações contratuais, horas extras e depósitos fundiários. Apon ta violação aos arts. 1092 do Código Civil, 8º da Lei 3999/61, 482 e 59 da CLT, 5º da Lei de Introdução ao Código Civil e Lei nº 5107/66 e indica jurisprudência que pretende divergente. Houve o oferecimento de contra-razões. Opina a douta Procuradoria Geral pelo seu conhecimento e improvimento.

II - Preliminar de nulidade face a tempestividade dos embargos declaratórios - Inteiramente desfundamentada a preliminar, pois não foi indicado um único dispositivo de lei que pudesse ter sido malferido e, tampouco, jurisprudência que configurasse o conflito de teses, em perfeito desatendimento aos Enunciados nºs. 38 e 221 do TST.

III - Da falta grave - O v. acórdão revisando entendeu configurado o ato de indisciplina. Para se alterar a decisão, necessário seria rever a prova dos autos, o que é vedado nesta fase recursal extraordinária, pelo Enunciado nº 126 do TST e, em torno de provas não se há falar em violação de lei ou conflito jurisprudencial.

IV - Da falta de imediatidade da despedida - O decisor regional se pronunciou no sentido de que, recebida a carta motivadora do ato disciplinar, em 05/01/82 e a dispensa ocorrida em 11.01.82, não se pode dizer que não foi imediata, visto que a atitude coletiva demandava tempo à reclamada, para uma solução consentânea. A revista, no particular, vem apenas por divergência, entretanto, os arestos citados versam sobre falta grave, cabalmente provada, levando-se em conta a imediatidade e perdão tácito resultante da falta de imediatidade, entre o ato faltoso e a punição. Desatendido, mais uma vez, o Enunciado nº 38 do TST, no que tange "a transcrição do trecho pertinente à hipótese".

V - Do descumprimento das obrigações contratuais (atraso do pagamento dos salários) - O recurso, neste ponto, vem embasado somente em violação ao artigo 1092 do Código Civil. A invocação é imprópria, o direito comum é aplicado, subsidiariamente, para suprir omissão da legislação trabalhista, in casu, a matéria, objeto do recurso, é tratada pelo Estatuto Obreiro (art. 483 "d"). Não restou, pois, demonstrada a violação ao dispositivo que seria pertinente, como enseja a alínea "b", do permissivo legal e Enunciado nº 221 do TST.

VI - Das horas extras - Diz o acórdão regional que aos plantões não se aplicam as horas extraordinárias e, tampouco, a reclamante pleiteara horas extraordinárias na inicial. Em que pese existir o pedido na exordial, o recurso vem por violação aos arts. 8º da Lei nº 3999/61 e art. 59 § 2º da CLT, entretanto, a matéria é meramente interpretativa, não restando configurada a afronta aos dispositivos de lei de forma literal e direta, como determina a alínea "b" do permissivo legal e Enunciado do nº 221 do TST.

VII - DO FGTS - Conforme a própria recorrente reconhece, o v. acórdão regional não esclareceu se a reclamada estava ou não obrigada ao recolhimento do FGTS e que tal omissão foi objeto de embargos declaratórios que não foram conhecidos. Como os embargos declaratórios não foram conhecidos, restou preclusa a matéria, face a evidência da omissão e ao prequestionamento tardio, nos termos do Enunciado nº 184 do TST.

VIII - Com fundamento nos Enunciados nºs. 38, 221, 126 e 184 e na forma do artigo 99 da Lei nº 5584/70, nego seguimento ao recurso. Intimem-se as partes.

Brasília, 25 de agosto de 1987

JUIZ CONVOCADO FRANCISCO FAUSTO
Relator

TST-RR-7073/86

Recorrente: MOACIR MARQUES PEREIRA
Advogado : Dr. Cristóvão Piragibe Tostes Malta
Recorrida : COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU (REDE FERROVIÁRIA FEDERAL)
Advogada : Dra. Olga Maria de Menezes

D E S P A C H O

I - A Egrégia Turma Regional não conheceu do agravo de instrumento manifestado pelo reclamante, ao fundamento de que o mesmo deixou de trasladar peça essencial, qual seja o instrumento de procuração, desatendendo o parágrafo único do art. 523 do CPC. Não se conformando com essa decisão, o empregado recorre através de revista, apontando como violado o art. 523 do Código de Processo Civil e elencando divergência que pretende divergente. Admitido o recurso, recebeu razões de contrariedade, tendo o digno Órgão do Ministério Público opinado pelo seu conhecimento e improvimento.

II - Nos termos do Enunciado da Súmula de jurisprudência do TST de nº 218, é incabível recurso de revista contra acórdão regional prolatado em agravo de instrumento.

III - Com fundamento no Enunciado nº 218 e na forma do art. 99 da Lei 5584/70, nego seguimento ao recurso. Intimem-se as partes.

Brasília, 31 de agosto de 1987
JUIZ CONVOCADO FRANCISCO FAUSTO
Relator

TST-RR-7113/86.9

JVO/AFRC

RECURSO DE REVISTA

RECORRENTE: MASSA FALIDA DE S/A RÁDIO TUPAN
Advogado: Dr. Luiz Fernando Amorim Robortella
RECORRIDO: ALCIDES PASCUTTI
Advogado: Dr. Satiko Kominami
2ª Região

D E S P A C H O

Súmula TST nº 164

1. Cuida-se de controvérsia sobre indenização, que Alcides Pascutti pretende haver da Massa Falida de S/A Rádio Tupan.

Dando pela procedência da Reclamatória, a 21ª JCV de São Paulo condenou a Empresa ao pagamento das parcelas descritas às fls. 19/20.

O 2º Regional, por sua 2ª Turma, desproveu o recurso ordinário da Empregadora (fls.23/24), em Acórdão estampado às fls. 38/40.

Inconformada, investe de revista a Vencida (fls.42/44), que, admitida no mero efeito devolutivo (fl.46), recebeu Parecer contrário (fl.51).

2. A douta Procuradoria-Geral, em Parecer elaborado pelo Dr. Jonhson Meira Santos, aponta: "O advogado que substabeleceu às fls. 18 Dr. Hélio Varella Jacob Filho não tem instrumento de mandato nesses autos. Nem se alegue a certidão de fls. 13 posto que o traslado ou o original da procuração ou substabelecimento deve vir ao processo a fim de que se possa verificar a sua regularidade formal, como o reconhecimento da firma os poderes para substabelecer, etc. Pelo não conhecimento do recurso por irregularidade de representação processual" (fl.51).

Com efeito, excetuada a hipótese de mandato tácito, a parte há que estar regularmente representada em juízo, sob pena de não conhecimento de seu recurso, a teor da Súmula nº 164 desta Corte, que reza:

"PROCURAÇÃO - JUNTADA. O não cumprimento das determinações dos parágrafos 1 e 2 do art. 70, da Lei nº 4.215, de 27.04.63 e do art. 37 e parágrafo único, do Código de Processo Civil, importa no não conhecimento de qualquer recurso, por inexistente, exceto mandato tácito".

3. Enfrentando o recurso o princípio inscrito no transcrito Verbete. denego-lhe seguimento, com esteio no art. 99 da Lei nº 5.584/70.

Publique-se.

Brasília, 28 de agosto de 1987.

COQUEIJO COSTA
Ministro-Relator

TST-RR-7242/86.7

JVO/AFRC

RECURSO DE REVISTA

RECORRENTE: REDE FERROVIÁRIA FEDERAL S/A
Advogado: Dr. João Batista Brito Pereira
RECORRIDOS: ARISTÓTELES SAMPAIO DE OLIVEIRA PINTO E OUTROS
Advogado: Dr. Ulisses Riedel de Resende
5ª Região

D E S P A C H O

Súmulas TST nºs 184 e 208

1. Encerram os autos litígio tendo por objeto benefício estabelecido pelo regulamento da Empresa.

Desprovendo o recurso ordinário da Empregadora (fls.103/106), ementou a 3ª Turma do 5º Regional:

"É devida a licença especial a que faz jus o funcionário estatutário da Rede Ferroviária Federal. Plano simplificado de Cargos dá sustentáculo" (fl.129).

Fincada em ambas as alíneas do permissivo consolidado, a Vencida, inconformada, apresenta revista, arguindo, em preliminar, nulidade do Acórdão revisando, por contemplar litigantes que não integram o feito de que ora se cuida e, no mérito, o benefício foi concedido ao arrepio da lei (fls.133/138).

Recebido pelo Despacho de fl. 140, em ambos os efeitos, o apelo, após contra-arrazoado (fls.141/142), obteve Parecer contrário (fls.195/197).

2. No que pertine à preliminar de nulidade argüida, a douta Procuradoria-Geral, em Parecer da lavra do Dr. Jonhson Meira Santos, advoga: "Efetivamente existe o equívoco apontado pela recorrente, entretanto, não dá ensejo à nulidade do v. Acórdão recorrido em face do princípio do aproveitamento dos atos processuais, considerando que não decorreu prejuízo a recorrente que, aliás, poderia ter apresentado Embargos de declaração para sanar a pequena irregularidade" (fl.146).

Discorrendo sobre o princípio da transcendência, já acentuei:

"No art. 794 da CLT, está a regra de que não há nulidade sem prejuízo. É o princípio da "transcendência" (§ 1º do art. 249 do Código de Processo Civil). Se do vício não decorre prejuízo, não se invalida o ato: aproveita-se, salvo se se tratar de nulidade absoluta, pois esta não convalece, e a ineficácia dos atos nulos é declarada ainda que da mesma não resulte dano a qualquer dos interessados (C. P. TOSTES MALTA). Mais forte é no processo do trabalho a política de salvar o processo das nulidades decorrentes de defeitos ou vícios do que no Processo Comum, porque na solução da lide trabalhista, mesmo a individual e, sobretudo a coletiva, o interesse social da harmonia entre as classes patronal e trabalhadora está sempre presente. A rapidez da solução do conflito significa salário, "aspiração fundamental do trabalhador", e por isso "todas as técnicas do Direito do Trabalho são centradas sobre a determinação do salário" ("Droit du travail", G. H. CAMERLYNCK e LYON-CAEN, 5ª edição, 1972, Dalloz, Paris, p. 26, itens 23 e 24). ("Direito Processual do Trabalho", Forense, Rio, 1986, 3ª edição, pp. 360/381, item 368).

Portanto, não aviados, no momento processual pertinente, os adequados embargos declaratórios para expurgar contradições ou meras irregularidades havidas na Decisão regional, queda preclusa a faculdade de retomá-las na revista subsequente, a teor da Súmula nº 184 desta Casa, assim expressa:

"EMBARGOS DECLARATÓRIOS - OMISSÃO EM REVISTA - PRECLUSÃO. Ocorre preclusão quando não forem opostos embargos declaratórios para suprir omissão apontada em recurso de revista ou de embargos".

Em relação ao mérito do pedido, assentou o Julgado revisando:

"A matéria é bastante conhecida do Egrégio Tribunal e, em que pesem algumas decisões em contrário, acha-se sedimentado o entendimento. com o qual concordamos, de que a licença Especial é extensiva a todos os empregados da reclamada, independentemente do seu regime originário. Assim, pelo princípio da intercomunicação, os funcionários cedidos gozam dos mesmos direitos privativos dos celetistas, ao passo que estes últimos gozam, igualmente, de direitos considerados exclusivos dos estatutários. Essa igualdade encontra-se no Plano Simplificado de Cargos, que deu tratamento igual aos servidores da Rede" (fl.129).

Tal como retrata a Decisão impugnada, tem por sede o benefício postulado o regulamento da Empresa, o que atrai a incidência da Súmula nº 208 deste Colegiado, que reza:

"RECURSO DE REVISTA - ADMISSIBILIDADE - INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULA DE NATUREZA CONTRATUAL. A divergência jurisprudencial, suficiente a ensejar a admissibilidade ou o conhecimento do recurso de revista, diz respeito a interpretação de lei, sendo imprestável aquela referente ao alcance de cláusula contratual, ou de regulamento de Empresa".

3. Com esteio no art. 9º da Lei nº 5.584/70, denego seguimento ao recurso, que enfrenta os princípios inscritos nos transcritos Verbetes.

Publique-se.
Brasília, 31 de agosto de 1987.

COQUEIJO COSTA
Ministro-Relator

TST-RR-7474/86

Recorrente: SINÉSIO SANTOS DE ALMEIDA
Advogado : Dr. Agenor Barreto Parente
Recorrida : BUCKA SPIERO COMÉRCIO INDÚSTRIA E IMPORTAÇÃO LTDA
Advogada : Dra. Viviane Frizzo Caldeira

DESPACHO

I - Recorre o reclamante, com arrimo em ambas as alíneas do permissivo legal, contra decisão do Egrégio 2º Regional que deu provimento ao recurso ordinário da reclamada, julgando improcedente a reclamação. Argui violação aos arts. 192, 195 e 818 da CLT, 333 e 334 do CPC, acostando arestos que pretende divergentes. Admitido o recurso, foi regularmente contra-arrazoado. Opina a d. Procuradoria Geral pelo não conhecimento ou improvemento do apelo.

II - O v. acórdão recorrido, ao fundamento de que estava implícito o fornecimento dos equipamentos de proteção, aplicou ao caso o Enunciado nº 80 do TST para julgar, como indevido, o adicional de insalubridade. Ora, os julgados trazidos à colação, como divergentes, não adotam entendimento diverso, porquanto o primeiro pressupõe que a insalubridade foi apenas minimizada pelos equipamentos de proteção, fato não cogitado pelo v. acórdão recorrido, e o segundo não prevê o fornecimento de tais equipamentos. Não existe, portanto, transcrição de trecho pertinente à hipótese, como leciona o Enunciado nº 38 do TST. Quanto às alegadas violações, elas apenas são mencionadas, não cuidando o recorrente em demonstrar a sua pertinência, do que se conclui que não foram os dispositivos indicados vulnerados em sua literalidade (Enunciado nº 221). O recorrente, ainda, discute sobre vários tópicos do laudo pericial, buscando comprovar sua alegação de que o adicional de insalubridade era devido. Entretanto, toda a questão se resume em provas e fatos, o que é vedado o seu reexame nesta fase recursal extraordinária, ante o óbice contido no Enunciado nº 126 do TST.

III - Com fundamento nos Enunciados nºs 38, 126 e 221 do TST e na forma do art. 9º da Lei 5.584/70, nego seguimento ao recurso. Intimem-se as partes.

Brasília, 31 de agosto de 1987
JUIZ CONVOCADO FRANCISCO FAUSTO
Relator

Proc. nº TST-RR-7716/86.2

JVO/vafc.

RECURSO DE REVISTA

RECORRENTE: MANOEL JERÔNIMO DOS SANTOS
Advogado : Dr. Antônio Gomes Pereira
RECORRIDA : COLACE - COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO CEARÁ
Advogado : Dr. João Estênio Campelo Bezerra
7ª Região

DESPACHO
Súmula T.S.T. nº 164

1. Trata-se de litígio sobre indenização complementar do FGTS, relativa a período anterior à aposentadoria voluntária. O 7º Regional, com o Acórdão estampado às fls. 99/101, desproveu o recurso ordinário do Obreiro (fls. 45/50), que, irrisignado, investe de revista (fls. 103/113), admitida pelo Despacho de fls. 138/140. Preparado e contra-arrazoado (fls. 142/143), o apelo obteve Parecer desfavorável (fl. 146).

2. A d. Procuradoria-Geral, em Parecer elaborado pelo Dr. Jonhson Meira Santos, apura: "O instrumento de procuração de fls. 07, que credenciaria o subscritor das razões do recorrente, está em fotocópia não autenticada e sem firma reconhecida daí decorrendo a irregularidade de representação, sendo que não participou o advogado da audiência de instrução e julgamento de forma a caracterizar mandato tácito" (fl. 146).

Com efeito, excetuada a hipótese de mandato tácito - que é incompatível com o expresso - a parte há que estar regularmente representada em juízo, sob pena de não conhecimento de seu recurso, a teor da Súmula nº 164 desta Corte, que reza:

"PROCURAÇÃO - JUNTADA. O não cumprimento das determinações dos parágrafos 1 e 2 do art. 70, da Lei nº 4.215, de 27.04.63 e do art. 37 e parágrafo único do Código de Processo Civil, importa no não conhecimento de qual quer recurso, por inexistente, exceto na hipótese de mandato tácito".

3. Em face do óbice do transcrito Verbetes, denego seguimento ao recurso, com esteio no art. 9º da Lei nº 5.584/70.

Publique-se.
Brasília, 01 de setembro de 1987.
COQUEIJO COSTA
Ministro-Relator

TST-RR-7744/86.7
JVO/MNS

RECURSO DE REVISTA

RECORRENTE: EMPRESA DE ESTACAS E FUNDAÇÕES FORTEX LTDA
Advogada: Dra. Regina Célia Ribeiro de Carvalho
RECORRIDO: ALMIR SANTOS SANT'ANNA
Advogado: Dr. Luiz Pedro da Silva
1ª Região

DESPACHO
Súmula TST nº 126

1. Trata-se de controvérsia sobre horas extras, que Almir Santos Sant'Anna pretende haver da Empresa de Estacas e Fundações Fortex Ltda. Albergando o recurso ordinário do Obreiro (fls. 80/82), ementou a 1ª Turma do 1º Regional:

"Trabalho extra que se reconhece e manda pagar conforme a prova dos autos" (fl. 90).

Está expresso no corpo do Julgado:

"Tem razão o recorrente, pois os controles de pontos das semanas de 14 a 20 de maio (fls. 42) e de 3 a 9 de setembro (fls. 51), confrontados os recibos dos pagamentos correspondentes (fls. 20 e fls. 28) demonstram que foram pagas apenas 56 hs, quando foram trabalhadas 52 hs que, com o acréscimo das 8 hs de repouso, obrigaram ao pagamento de 60 hs." (fl. 90).

A Empresa, irrisignada, apresentou revista (fls. 91/94), que, admitida pelo Despacho de fl. 100, recebeu Parecer favorável (fl. 103).

2. Tal como retrata o Acórdão revisando, é de natureza fática a matéria que se pretende trazer a esta Corte, o que é vedado no âmbito da via eleita, a teor da Súmula nº 126 desta Casa, assim expressa:

"RECURSO - CABIMENTO. Incabível o recurso de revista ou de embargos (arts. 896 e 894, letra b, da CLT) para reexame de fatos e provas".

3. Fincado no art. 9º da Lei nº 5.584/70, denego seguimento ao recurso, em face do óbice do transcrito Verbetes.

Publique-se.
Brasília, 28 de agosto de 1987.

COQUEIJO COSTA
Ministro-Relator

TST-RR-7868/86.8
JVO/AFRC

RECURSO DE REVISTA

RECORRENTE: NOBARA SOCIEDADE DE MINERAÇÃO, COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA
Advogado: Dr. João E. Gonçalves
RECORRIDO: ANTÔNIO PEREIRA DA SILVA
Advogado: Dr. Joel Iglesias
2ª Região

DESPACHO
Súmula TST nº 126

1. Encerram os autos litígio sobre a responsabilidade do empreiteiro principal, por obrigações trabalhistas, em razão do inadimplemento do subempreiteiro.

As instâncias inferiores, à luz do acervo probatório produzido, afeziram a responsabilidade da empreiteira principal para arcar com os encargos trabalhistas reclamados, no feito de que ora se cuida, em face do inadimplemento da subempreiteira.

Inconformada, investe de revista a Vencida (fls. 73/76), que, admitida no mero efeito devolutivo (fl. 83), recebeu Parecer contrário (fl. 89).

2. Verifico, tal como afirma a d. Procuradoria-Geral, pretender-se alçar a esta Corte debate em torno da matéria fática deslindada na sede própria, o que, a teor da Súmula nº 126 desta Casa, obsta o reexame no âmbito da via eleita.

Estatui, com efeito, o Verbetes em referência:
"RECURSO - CABIMENTO. Incabível o recurso de revista ou de embargos (arts. 896 e 894, letra b, da CLT) para reexame de fatos e provas"

3. Enfrentando o recurso o óbice da transcrita Súmula, denego-lhe seguimento, arrimado no art. 9º da Lei nº 5.584/70.

Publique-se.
Brasília, 01 de setembro de 1987.

COQUEIJO COSTA
Ministro-Relator

TST-RR-0179/87

Recorrente: UNIBANCO - TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA
 Advogados : Drs. Carmen Glória de M. Médros e Eonio Teixeira Campello
 Recorrido : JOSÉ PINHEIRO ALVES
 Advogada : Dra. Marlene da Silva Rodrigues

D E S P A C H O

I - A Egrégia Turma Regional negou provimento ao recurso ordinário do UNIBANCO, ao entendimento assim sintetizado na ementa: "REPOUSO SEMANAL REMUNERADO. INTEGRAÇÃO. O fato do empregado ser mensalista não o exclui da integração das horas extras nos repousos semanais remunerados, eis que o reflexo da jornada extraordinária constitui um plus a ser acrescido ao seu salário, uma vez que nada tem a ver a forma de pagamento com a integração, entendimento já cristalizado pelo Enunciado nº 172 do Egrégio TST. Entender de forma diversa seria pactuar com desigualdade entre os assalariados" (fls.71). Inconformado com essa decisão, o empregador recorre, através de revista, elencando aresto que pretende divergente. Finalmente ratifica a arguição de prescrição bial e a compensação das verbas pagas sob a mesma titularidade, bem como a impugnação a honorários. Admitido o recurso, não recebeu contra-razões, tendo o digno Órgão do Ministério Público opinado pelo seu conhecimento e improvimento.

II - No que concerne a integração das horas extras nos repousos semanais remunerados, o recurso encontra óbice intransponível na alínea "a", in fine, do permissivo legal, pois o v. acórdão regional foi proferido em sintonia ao Enunciado nº 172 do TST.

III - Nas questões referentes a prescrição, compensação de verbas pagas sob a titularidade e honorários advocatícios, por se encontrarem totalmente desfundamentadas, o recurso esbarra em outro Enunciado da Súmula de jurisprudência do TST, o de nº 42, pois é notória e pacífica a jurisprudência desta Corte em não conhecer do recurso de revista desfundamentado.

IV - Com fundamento nos Enunciados nºs 172 e 42 do TST e na forma do artigo 9º da Lei nº 5.584/70, nego seguimento ao recurso. Intimem-se as partes.

Brasília, 31 de agosto de 1987

JUIZ CONVOCADO FRANCISCO FAUSTO
Relator

Proc. nº TST-RR-260/87

RECORRENTE - CERVEJARIA SERRAMALTE S/A
 Advogado - Dr. Edson Luiz Rodrigues da Silva
 RECORRIDO - ADEMIR ROQUE KICHEL FERNANDES
 Advogado - Dr. Giovanni Giuseppe Beraldin

D E S P A C H O

I - O Egrégio Regional deu provimento ao recurso ordinário do reclamante e, quanto ao do reclamado, rejeitou a preliminar de prescrição argüida e, no mérito, negou-lhe provimento. Inconformada recorre, através de revista, a empregadora, com arrimo em ambas as alíneas do permissivo legal. Argüi a preliminar de nulidade do v. acórdão recorrido em razão do provimento integral dado ao recurso do autor sem que, contudo, tenha sido examinada a questão referente à fixação da prescrição lançada naquele apelo. Aduz, por outro lado, que a alteração contratual levada a efeito pela empregadora é ato único e positivo e a prescrição aplicável, in casu, é abie na, prevista no art. 11 da CLT. Aponta violação aos artigos 458, II, do CPC e 832 do Estatuto Obreiro. Traz arestos a divergência. Admitido o apelo, mereceu contra-razões. O parecer da douta Procuradoria Geral é pelo seu conhecimento e improvimento.

II - PRELIMINAR DE NULIDADE DO V. ACÓRDÃO RECORRIDO - Referida prefacial é suscitada em razão de ter a v. decisão recorrida dado provimento ao recurso ordinário do reclamante sem que, contudo, houvesse examinado a questão referente à fixação da prescrição pedida naquele arrazoado. Improcede, porém, o inconformismo da reclamada. A v. decisão regional foi apenas omissa quanto ao aspecto da fixação da prescrição, e omissão gera a oportunidade de oposição de embargos declaratórios pela parte, se a interessar, e não a nulidade do julgado. Portanto, as violações argüidas não se configuraram literal e diretamente como determina a letra "b" do art. 896 consolidado e Enunciado nº 221 do TST.

III - ALTERAÇÃO CONTRATUAL - PRESCRIÇÃO - Decidiu o v. julgado regional em relação à questão referente a alteração contratual decorrente da modificação do horário de trabalho, que "não se configura a pretendida prescrição, pois inexistiu ato único, mas sim lesão de direito continuada" (acórdão, fls. 66). Irreformável a v. decisão de segundo grau, que foi proferida em sintonia ao Enunciado nº 168 do TST, com o qual colide a revista, obstando o seu processamento, no particular.

IV - Com fundamento nos Enunciados nºs. 221 e 168 do TST e na forma do artigo 9º da Lei 5584/70, nego seguimento ao recurso. Intimem-se as partes.

Brasília, 31 de agosto de 1987

JUIZ CONVOCADO FRANCISCO FAUSTO
Relator

PROC. nº TST-RR-737/87.4

Recorrente: TENENGE - TÉCNICA NACIONAL DE ENGENHARIA S/A
 Advogado : Dr. Adelino de Souza
 Recorridos: GERALDO MOURA E OUTRO
 Advogado : Dr. Marcelo José Domingues

D E S P A C H O

I - O Egrégio Regional rejeitando a preliminar de nulidade argüida, no mérito, deu provimento parcial ao recurso ordinário do autor para deferir-lhe o adicional de sobreaviso e, por outro lado, deu igualmente provimento, em parte, ao recurso da reclamada para excluir da condenação horas extraordinárias e repousos. Inconformados com essa decisão, empregado e empregador recorrem, através de revista, com amparo nas alíneas do artigo 896 consolidado. Pede a reclamada, em seu arrazoado, sejam expungidas da condenação as parcelas referentes ao adicional de sobreaviso e a equiparação salarial. Invoca o art. 461 da CLT e traz

arestos a confronto. Por sua vez o reclamante, em suas razões de recurso, argumenta que "os deslocamentos sofridos pelos obreiros da Construção Civil para atingirem os locais onde as empresas têm obras, são considerados transferências...". Aponta violação aos artigos 442 e seguintes da Consolidação das Leis do Trabalho. Admitida apenas a revista em presarial, mereceu razões de contrariedade. Opina a douta Procuradoria Geral, preliminarmente, pelo seu não conhecimento.

II - A revista da empregadora não reúne condições de prosseguimento. O Dr. Adelino de Souza, seu subscritor, não possui procuração nos autos e, tampouco, participou da fase instrutória para que se configurasse o mandato tácito, admitido na justiça trabalhista. Sem instrumento de mandato, no entanto, o advogado não poderá demandar em juízo, a teor dos artigos 37 do Código de Processo Civil e 70, caput, da Lei nº 4.215/63 (Estatuto da OAB).

III - Com fundamento no Enunciado nº 164 do TST e na forma do artigo 9º da Lei nº 5.584/70, nego seguimento ao recurso. Intimem-se as partes.

Brasília, 25 de agosto de 1987

JUIZ CONVOCADO FRANCISCO FAUSTO
Relator

PROC. nº TST-RR-1462/87.8

Recorrente: MASSA FALIDA DE ARCO FLEX S/A - INDÚSTRIA E COMÉRCIO
 Advogado : Dra. Rejane Cardoso
 Recorrido : VALENTIN DANZO
 Advogado : Dr. Mieke Endo

D E S P A C H O

I - Inconforma-se a reclamada, através de recurso de revista firmado nas alíneas "a" e "b" do artigo 896 consolidado, contra a decisão regional que negou provimento ao seu agravo de petição. Argumenta em seu arrazoado que o Egrégio Regional da Segunda Região negou vigência ao Decreto-Lei nº 75/66, porquanto este não teria sido modificado pela Lei nº 6.893/81. Argüi violação aos artigos 1º, § 2º do Decreto-Lei nº 75/66; 7º, § 2º e 26 do Decreto-Lei nº 7.661/45; 1º, § 2º da Lei de Introdução ao Código Civil e 153, § 2º da Constituição da República. Acosta jurisprudência que entende divergente. O recurso foi admitido, não recebendo, porém, razões de contrariedade. Opina a douta Procuradoria Geral pelo não conhecimento ou improvimento do apelo.

II - Trata-se de revista interposta contra decisão proferida em execução de sentença, ou seja, em agravo de petição que, por força do Enunciado nº 210 do TST, só é admissível quando demonstrada, inequivocamente, ofensa literal e direta à Carta Magna. No entanto, a empregadora não logrou, em seu arrazoado, demonstrar que a argüida violação constitucional tenha se dado de modo literal e direto.

III - Em assim sendo, com fundamento no Enunciado nº 210 do TST e na forma do artigo 9º da Lei nº 5.584/70, nego seguimento ao recurso. Intimem-se as partes.

Brasília, 28 de agosto de 1987

JUIZ CONVOCADO FRANCISCO FAUSTO
Relator

PROC. nº TST-RR-1805/87

Recorrentes: GERALDO OTAVIANO DOS SANTOS E OUTRA
 Advogado : Dr. Paulo de Tarso Moura M. Gomes
 Recorrida : FUNDAÇÃO LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA - LBA
 Advogado : Dr. José Alberto Couto Maciel

D E S P A C H O

I - O Egrégio Segundo Regional negou provimento ao recurso ordinário dos empregados, ao fundamento de que "o pedido de rescisão contratual, por não terem sido satisfeitos os pagamentos exigidos em primeira audiência, não encontra fundamento legal. O pedido de restabelecimento de condições contratuais implica, se procedente, em condenação à sua observância e não em rescisão contratual". Inconformados com essa decisão, recorrem através de revista os autores, com fulcro em ambas as alíneas do artigo 896 da Consolidação das Leis do Trabalho. Argumentam, em suas razões de recurso, que deve ser restabelecido o adicional de insalubridade que foi suprimido abruptamente, bem como, seja de clarada a rescisão de seus contratos de trabalho com o pagamento das indenizações consequentes, em razão de falta grave cometida pela empregadora. Apontam violação ao artigo 483, "d", consolidado, além de trazer arestos a divergência. Admitida a revista, mereceu contra-razões. O parecer da douta Procuradoria Geral é pelo conhecimento e improvimento do recurso.

II - Na revista interposta, e que ora se examina, os reclamantes não lograram demonstrar, com os arestos ali cotejados, conflito pretoriano. Tendo a v. decisão regional decidido que "o pedido de restabelecimento de condições contratuais implica, se procedente, em condenação à sua observância e não em rescisão contratual" (acórdão, fls.150), tal tese não foi contrariada, mormente de forma específica, como exige o Enunciado nº 38 do TST, quando determina que seja feita transcrição de trecho pertinente à hipótese, para comprovação da divergência justificadora do recurso. Outrossim, as argüições de ofensa aos dispositivos legais, citados na revista, não se caracterizam de maneira literal e direta, como pressupõe outro enunciado da súmula desta Egrégia Corte, nº de número 221. Não merece, pois, prosseguimento o apelo revisional dos obreiros.

III - Com fundamento nos Enunciados nºs 38 e 221 do TST e na forma do artigo 9º da Lei nº 5.584/70, nego seguimento ao recurso. Intimem-se as partes.

Brasília, 25 de agosto de 1987

JUIZ CONVOCADO FRANCISCO FAUSTO
Relator

VIGÉSIMA TERCEIRA PAUTA DE JULGAMENTOS - DIA 10 DE SETEMBRO DE 1987
 QUINTA-FEIRA - 09:00 H (NOVE HORAS) E VIGÉSIMA PRIMEIRA AUDIÊNCIA DE DISTRIBUIÇÃO, REALIZADA EM 27 DE AGOSTO DE 1987.

Relator: SR. JUIZ FRANCISCO FAUSTO

AI-5892/86.7 - TRT da 8a. Região. Agte: Paulo César Santos da Paixão (Adv. Joaquim Lopes de Vasconcelos) e Agdo: E. A. Sabat e Cia. Ltda (Adv. Orlando Maciel Rodrigues).

AI-6814/86.3 - TRT da 5a. Região. Agte: Elias Galdino da Silva (Adv. Juarez Teixeira) e Agda: Empresa de Transportes Joevanza S/A (Adv. Nei Viana Costa Pinto).

AI-6846/86.7 - TRT da 5a. Região. Agte: Município de Inhambupe (Adv. Agenor Cefas Cavalcante Jatobá) e Agdo: Carlos Domingos Pinto dos Santos (Adv. Pedro Francisco de Araújo).

AI-6930/86.5 - TRT da 4a. Região. Agte: José Manoel Flores (Adv. Irajara Pedro Dias Tesch) e Agdo: Ernesto Neugebauer S/A - Indústria Reunidas (Adv. Bela Ajnhorn Pagnussatt).

AI-6957/86.3 - TRT da 4a. Região. Agte: Banco Sudameris Brasil S/A (Adv. Carlos César C. Papaléo) e Agda: Márcia Cristina Marques (Adv. José Torres das Neves).

AI-6990/86.4 - TRT da 2a. Região. Agte: João Garcia Romeiro (Adv. Sérgio F. Coimbra Magalhães) e Agda: Cia. Vidraria Santa Marina (Adv. Camillo Aschocás).

AI-7126/86.2 - TRT da 2a. Região. Agte: Eduardo de Assunção Pires (Sertralheria Pires) (Adv. Oscar Moraes e Silva Filho) e Agdo: José Noé Rodrigues (Adv. Fernando de Abreu).

AI-7169/86.7 - TRT da 2a. Região. Agte: José Cardoso Coelho (Adv. Sid H. Riedel de Figueiredo) e Agda: Cia. Municipal de Transportes Coletivos - CMTC (Adv. Drausio A. Villas Boas Rangel).

AI-7186/86.1 - TRT da 2a. Região. Agte: Alcides Pinto da Cruz (Adv. Alino da Costa Monteiro) e Agda: Siderúrgica Nossa Senhora Aparecida S/A.

AI-7208/86.5 - TRT da 2a. Região. Agte: Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (Adv. Juracy Cardozo) e Agdos: Cupertino Rosa Godoy e Outros (Adv. S. Riedel de Figueiredo).

AI-7274/86.8 - TRT da 4a. Região. Agte: Banco Brasileiro de Descontos S/A - BRADESCO (Adv. Carlos Francisco Comerlato) e Agda: Maria Luiza Schierholt da Silva (Adv. José Torres das Neves).

AI-7275/86.6 - TRT da 4a. Região. Agte: Maria Luiza Schierholt da Silva (Adv. José Torres das Neves) e Agdo: Banco Brasileiro de Descontos S/A - BRADESCO (Adv. João Batista de Moraes).

AI-7477/86.1 - TRT da 10a. Região. Agte: Valdir Rodrigues da Costa (Adv. Luiz Freires Melo) e Agdo: Móveis Ceilândia Comércio e Indústria Ltda (Adv. Maria Celia Pitombo).

AI-7637/86.8 - TRT da 4a. Região. Agtes: Sergio Cruz Lopes e Outros (Adv. Renny Vieira Falcão) e Agda: Cia. Riograndense de Saneamento (CORSAN) (Adv. Susana Metz).

AI-7728/86.7 - TRT da 6a. Região. Agte: Usina Pumaty S/A (Adv. Albino Queiroz de O. Júnior) e Agda: Maria Domingues (Adv. José Hamilton Lins).

AI-7788/86.6 - TRT da 10a. Região. Agte: Maria Francisca do Vale (Adv. Eunice Pinheiro Martins) e Agdo: Supermercados Pão de Açúcar S/A (Adv. Brasilino Santos Ramos).

AI-7897/86.7 - TRT da 2a. Região. Agte: Cia. Municipal de Transportes Coletivos - CMTC (Adv. Drausio A. Villas Boas Rangel) e Agdo: Nelson Sá de Queiroz (Adv. Agenor Barreto Parente).

Relator: SR. MINISTRO RANOR BARBOSA

AI-6801/86.8 - TRT da 9a. Região. Agte: Astória - Comércio de Peças para Agrômáquinas Ltda (Adv. Hélio Gomes Coelho Júnior) e Agdo: João Alexandre Skiba (Adv. Marco Antonio de A. Campanelli).

AI-6837/86.1 - TRT da 1a. Região. Agte: Banco Bamerindus do Brasil S/A (Adv. Ademar Alves da Silva) e Agdo: Heridea Augusto dos Santos Amorelli (Adv. Albino Pinto Netto).

AI-6900/86.6 - TRT da 2a. Região. Agte: Adubos Trevo S/A - Grupo Trevo (Adv. Celestino Venâncio Ramos) e Agdo: Manoel Francisco dos Santos.

AI-6943/86.0 - TRT da 2a. Região. Agte: Banco do Estado de São Paulo S/A (Adv. Claudete Ricci de Paula Leão) e Agdo: Mauro Afonso Martins (Adv. Paulo Sérgio João).

AI-6967/86.6 - TRT da 4a. Região. Agte: Prefeitura Municipal de Fátima Xavier (Adv. Salvador Horácio Vizzotto) e Agdo: Raquel Waller.

AI-7082/86.7 - TRT da 2a. Região. Agte: Carlos Alberto Sejanos Paz (Adv. Euro Bento Maciel) e Agda: Ádria Produtos Alimentícios Ltda (Adv. Emmanuel Carlos).

AI-7137/86.2 - TRT da 1a. Região. Agte: UNIBANCO - União de Bancos Brasileiros S/A (Adv. Eonio Teixeira Campello) e Agdo: Carlos Henrique de Oliveira Braga (Adv. Eliana Traverso Calegari).

AI-7174/86.3 - TRT da 2a. Região. Agte: José Alves S/A - Importação e Exportação (Adv. Ana Maria Ferdinando) e Agdo: Jaime Mendes dos Santos (Adv. Francisco Ary M. Castelo).

AI-7199/86.6 - TRT da 2a. Região. Agte: Antonio José da Costa (Adv. Vilma Piva) e Agda: FUNDASA - Empresa de Engenharia S/A (Adv. Pedro Romeiro Hermeto).

AI-7232/86.1 - TRT da 4a. Região. Agte: Luiz Carlos Lang (Adv. Ricardo Koch) e Agdo: Pedro Paulo Santos Schafer (Adv. Luiz Bertino Chacon Varella).

AI-7346/86.9 - TRT da 2a. Região. Agte: M. Z. Empreendimentos Hoteleiros Ltda (Adv. Pedro E. A. Proto) e Agda: Maria da Conceição Soares (Adv. Carlos Carmelo Nunes).

AI-7357/86.9 - TRT da 2a. Região. Agte: Cia. Municipal de Transportes Coletivos - CMTC (Adv. Drausio A. Villas Boas Rangel) e Agdo: Antonio Nogueira do Nascimento (Adv. Agenor Barreto Parente).

AI-7485/86.9 - TRT da 2a. Região. Agte: João Mendes Nogueira (Adv. Rui José Soares) e Agdo: Banco Brasileiro de Descontos S/A - BRADESCO (Adv. José Maria Pereira da Silva).

AI-7663/86.8 - TRT da 3a. Região. Agte: Eva Olívia Ferreira (Adv. Alberto Lourenço de Lima) e Agdo: José Serra (Adv. José Generoso Neto).

AI-7773/86.7 - TRT da 2a. Região. Agte: Francisco Bezerra de Melo (Adv. Agenor Barreto Parente) e Agda: Cia. Antártica Paulista - Indústria Brasileira de Bebidas e Conexos (Adv. Hugo Mósca).

AI-7866/86.1 - TRT da 4a. Região. Agte: Mara Luíza Silva dos Santos (Adv. José Torres das Neves) e Agdo: Banco Maissonave de Investimento S/A (Adv. Luiz Souza Costa).

AI-8273/86.8 - TRT da 5a. Região. Agte: LIMPURB - Empresa de Limpeza Urbana do Salvador (Adv. Nilton Correia) e Agda: Elizabete Bomfim de Souza (Adv. Arnaldo Pereira Cruz).

Relator: SR. MINISTRO MENDES CAVALEIRO

AI-5663/86.4 - TRT da 4a. Região. Agte: Banco Brasileiro de Descontos S/A - BRADESCO (Adv. João Batista de Moraes) e Agda: Marinês Pires (Adv. Maria Cristina Zanettini).

AI-6800/86.1 - TRT da 6a. Região. Agte: Fundação de Ensino Superior de Olinda - FUNESO (Adv. João Batista Brito Pereira) e Agda: Maria Lúcia Travassos Sarinho (Adv. Paulo Azevedo).

AI-6835/86.7 - TRT da 1a. Região. Agte: Cronus Ind. e Com. S/A (Adv. Ricardo Alves da Cruz) e Agdo: Raimundo Nonato Nogueira Gomes (Adv. A. D. Meirelles Quintella).

AI-6836/86.4 - TRT da 1a. Região. Agte: Raimundo Nonato Nogueira Gomes (Adv. Sergio Galvão) e Agdo: Cronus Ind. e Com. S/A (Adv. Ricardo Alves da Cruz).

AI-6942/86.3 - TRT da 2a. Região. Agte: Construções Eletrônicas Industriais Ltda (Adv. Walter Aroca Silvestre) e Agdos: José Manoel de Carvalho e Outro (Adv. Ulisses Riedel de Resende).

AI-6965/86.1 - TRT da 4a. Região. Agte: Cia. Estadual de Energia Elétrica - CEEE (Adv. Ivo Evangelista de Ávila) e Agdo: Guerino Leite de Godoy (Adv. Alino da Costa Monteiro).

AI-7081/86.9 - TRT da 2a. Região. Agte: Banco Brasileiro de Descontos S/A - BRADESCO (Adv. José Maria Pereira da Silva) e Agdo: Daniel Pinto de Oliveira (Adv. Ricardo de Castro Nascimento).

AI-7136/86.5 - TRT da 1a. Região. Agte: Sind. dos Empregados em Estabelecimentos Bancários do Município do R.J. (Adv. Celso Soares) e Agdo: Banco América do Sul S/A (Adv. Neusa Satiko Sumita).

AI-7173/86.6 - TRT da 2a. Região. Agte: Eletropaulo Eletricidade de S.P. S/A (Adv. Francisco José Emídio Nardiello) e Agdo: Joel Pereira de Araújo (Adv. Antônio Carlos dos Reis).

AI-7198/86.9 - TRT da 2a. Região. Agte: Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (Adv. Silvia Vaz Domingues) e Agdos: José Roberto Larocca e Outros (Adv. S. Riedel de Figueiredo).

AI-7214/86.9 - TRT da 2a. Região. Agte: COEST - Construtora de Oleodutos e Serviços Técnicos S/A (Adv. Luiz Antonio Reali Fragoso) e Agdo: Eronides Nunes de Andrade.

AI-7324/86.8 - TRT da 6a. Região. Agte: Eliseu Campos Torres (Adv. Raimundo Gomes de Barros) e Agdos: Serro Azul Construtora Ltda e Olivio Nunes Machado Neto e Outros (Adv. Eufrásio José dos Santos).

AI-7356/86.2 - TRT da 2a. Região. Agte: Waldomiro Ferreira (Adv. Eduardo do Vale Barbosa) e Agda: Cia. Municipal de Transportes Coletivos - CMTC (Adv. Drausio A. Villas Boas Rangel).

AI-7483/86.4 - TRT da 2a. Região. Agte: Benedito Pereira Lara (Adv. José Torres das Neves) e Agdo: Banco Noroeste S/A (Adv. Selma Di Costa).

AI-7660/86.6 - TRT da 3a. Região. Agte: Rede Ferroviária Federal S/A (Adv. João Batista Brito Pereira) e Agdo: Edson Tadeu Caetano (Adv. Nivaldo Machado Vallim Elias).

AI-7770/86.5 - TRT da 2a. Região. Agte: SOMOBRA - Sociedade Construtora Ltda (Adv. Walter Monacci) e Agdo: Antonio Carlos Santana de Jesus (Adv. Antonio Augusto Fernandes).

AI-7820/86.4 - TRT da 9a. Região. Agte: Maricênia Ribeiro de Campos Vicelli (Adv. Vivaldo Silva da Rocha) e Agdo: V. Santos e Cia. Ltda. (Adv. Hermindo Duarte Filho).

Relator: SR. MINISTRO NORBERTO SILVEIRA DE SOUZA

AI-5921/86.2 - TRT da 10a. Região. Agte: Ilda Ferreira da Cruz (Adv. Victor Gonçalves) e Agdo: Instituto de Desenvolvimento Urbano e Regional - INDUR (Adv. Nicodemos Eurípedes de Moraes).

AI-6816/86.8 - TRT da 5a. Região. Agte: Banco do Estado da Bahia S/A - BANE (Adv. Lúcia Leão Jacobina Mesquita) e Agdo: Pedro Raimundo Sanches de Santana (Adv. Raymundo de Freitas Pinto).

AI-6895/86.6 - TRT da 2a. Região. Agte: FEPASA - Ferrovia Paulista S/A (Adv. Sérgio Moura Campos) e Agdo: Wilson Segalla (Adv. S. Riedel de Figueiredo).

AI-6932/86.0 - TRT da 4a. Região. Agte: COEMSA - Construções Eletromecânicas S/A (Adv. Amaranto Gomes do Nascimento) e Agdo: Nascimento Fernandes Neto (Adv. Luiz Carlos Chuvás).

AI-6963/86.7 - TRT da 4a. Região. Agte: José Assis da Paixão (Adv. Nelson J. M. Ribas) e Agdo: A. Araújo S/A - Engenharia e Montagens.

AI-7079/86.5 - TRT da 2a. Região. Agte: Durval Pantarotto (Adv. Oswaldo Pereira D'Aguiar Baptista) e Agdo: CITYBOX - Indústria e Comércio de Artefatos de Metais Ltda (Adv. Elcio Castellani).

AI-7127/86.9 - TRT da 2a. Região. Agte: Frede Marcondes Carneiro (Adv. S. Riedel de Figueiredo) e Agda: MORITA S/A Comercial e Importadora (Adv. Samuel Presbiteris).

AI-7171/86.1 - TRT da 2a. Região. Agte: Cia. Siderúrgica Paulista - COSIPA (Adv. Nelson Ranalli) e Agdo: Paulo Caetano Damasceno (Adv. José Francisco Boselli).

AI-7196/86.4 - TRT da 2a. Região. Agte: Construtora Guarantã S/A (Adv. Maria Cristina Xavier Ramos) e Agdo: Nelson Luiz dos Santos Alves (Adv. Honório Palma da Fonseca Júnior).

AI-7211/86.7 - TRT da 2a. Região. Agte: S/A Frigorífico Anglo (Adv. João Tadeu Conci Gimenez) e Agda: Maria José dos Santos (Adv. Maria Luíza de Oliveira).

AI-7277/86.0 - TRT da 1a. Região. Agte: Cia. Nacional de Hotéis - Miramar Palace Hotel (Adv. Sérgio da Silva Paranhos) e Agdo: José Amarô Ferreira Ribeiro (Adv. Luiz Antonio Jean Trajan).

AI-7353/86.0 - TRT da 2a. Região. Agte: Vilobaldo Oliveira da Silva (Adv. Alino da Costa Monteiro) e Agda: ITELPA S/A - Indústria e Comércio.

AI-7479/86.5 - TRT da 2a. Região. Agte: Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Santos (Adv. Jean Pierre Herman de Moraes Barros) e Agda: Maria Ferreira de Lima Araújo.

AI-7639/86.3 - TRT da 4a. Região. Agtes: MOSEL - Importação de Comércio de Vinhos Finos Ltda e Outro (Adv. João Gilberto Machado) e Agdo: Joni Edar Antunes (Adv. Bruno J. Kahle).

AI-7737/86.3 - TRT da 2a. Região. Agte: José Peres de Oliveira - SP. (Adv. José Ubirajara Peluso) e Agdo: José Freire Lemos.

AI-7818/86.9 - TRT da 2a. Região. Agte: Hércules S/A - Equipamentos Industriais (Adv. Emmanuel Carlos) e Agdo: Valmir Rodrigues de Lima (Adv. Alino da Costa Monteiro).

AI-7934/86.1 - TRT da 5a. Região. Agte: Erivaldo Santana Alves (Adv. Pedro de Alcântara Souza Lacerda) e Agdo: Nardelli S/A - Engenharia e Indústria (Adv. Rubem Nascimento Júnior).

VIGÉSIMA TERCEIRA PAUTA DE JULGAMENTOS - DIA 10 DE SETEMBRO DE 1987 - QUINTA-FEIRA - 09:00 H (NOVE HORAS).

AI-6058/86.4 - TRT da 1a. Região. Relator: Sr. Ministro Ranor Barbosa. Agtes: Banco do Estado de São Paulo S/A e Outro (Adv. Hugo Gueiros Bernardes e Harleine Gueiros B. Dias) e Agdo: Paulo Antonio Francisco de Castro (Adv. Sérgio Galvão).

AI-6766/86.8 - TRT da 2a. Região. Relator: Sr. Ministro Norberto Silveira de Souza. Agte: Eunice dos Santos Cangussu (Adv. João Batista Araújo Neto) e Agdo: Perstorp do Brasil Indústria e Comércio Ltda (Adv. José Dionízio Lisboa Barbante).

AI-49/87.3 - TRT da 1a. Região. Relator: Sr. Ministro Ranor Barbosa. Agte: Rede Ferroviária Federal S/A (Adv. Roberto Benatar) e Agdo: José Maia Filho (Adv. José Mendes Filho).

AI-6311/86.5 - TRT da 1a. Região. Relator: Sr. Ministro Coqueijo Costa. Agte: Jorge Luiz Ribeiro Gonçalves (Adv. José Torres das Neves) e Agda: FIOCRUZ - Fundação Oswaldo Cruz (Adv. José Venâncio de Moura).

RR-2577/82 - TRT da 2a. Região. Relator: Sr. Ministro Norberto Silveira de Souza e Revisor: Sr. Ministro Coqueijo Costa. Rcte: Companhia Municipal de Transportes Coletivos (Adv. José Alberto Couto Maciel) e Rcida: Ana de Souza Marinho (Adv. Eduardo do Vale Barbosa).

RR-5831/83 - TRT da 1a. Região. Relator: Sr. Ministro Norberto Silveira de Souza e Revisor: Sr. Ministro Coqueijo Costa. Rctes: Raymundo Braga Benevides e Varig S/A - Viação Aérea Rio Grandense (Adv. João Batista Brito Pereira e Ursulino Santos Filho) e Rcdos: Os Mesmos.

RR-6333/84 - TRT da 5a. Região. Relator: Sr. Ministro Coqueijo Costa e Revisor: Sr. Juiz Francisco Fausto. Rcte: Ludigero de Deus (Adv. Raymundo de Freitas Pinto) e Rcida: Varig S/A - Viação Aérea Rio Grandense (Adv. Renato Franco).

RR-4598/85.3 - TRT da 6a. Região. Relator: Sr. Ministro Mendes Cavaleiro e Revisor: Sr. Ministro Norberto Silveira de Souza. Rcte: Usina Pumaty S/A (Engenho Rimbígudo) (Adv. Albino Queiroz de Oliveira Júnior) e Rcida: Maria Helena Santos da Silva (Adv. Floriano Gonçalves de Lima).

RR-5263/85.9 - TRT da 9a. Região. Relator: Sr. Ministro Ranor Barbosa e Revisor: Sr. Ministro Mendes Cavaleiro. Rcte: Banco Bamerindus do Brasil S/A (Adv. Paulo Cesar Gontijo) e Rcido: João Maria Nogueira (Adv. Vivaldo Silva da Rocha).

RR-5266/85.1 - TRT da 6a. Região. Relator: Sr. Ministro Coqueijo Costa e Revisor: Sr. Juiz Francisco Fausto. Rcte: Indústria Açucareira Antonio Martins de Albuquerque S/A (Adv. Carlos Alberto da Paz Portela) e Rcido: Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Moreno (Adv. Cícero José Martins da Silva).

RR-5645/85.7 - TRT da 2ª Região. Relator: Sr. Ministro Mendes Cavaleiro e Revisor: Sr. Ministro Norberto Silveira de Souza. Rcte: Cia. Jauense Industrial (Adv. Ildélio Martins) e Recorrido: Geraldo Imbriani (Adv. Ulisses Riedel de Resende).

RR-5647/85.2 - TRT da 2ª Região. Relator: Sr. Ministro Norberto Silveira de Souza e Revisor: Sr. Ministro Coqueijo Costa. Rcte: Banco da Amazônia S/A (Adv. Carlos A. Cói) e Rcdas: Rachel Corrêa e Empresa Barbosa S/C Ltda (Adv. Aloisio Perminio de Souza).

RR-7460/85.1 - TRT da 2ª Região. Relator: Sr. Ministro Ranor Barbosa e Revisor: Sr. Ministro Mendes Cavaleiro. Rcte: Banco Brasileiro de Descontos S/A - BRADESCO (Adv. Lídice Ramos Guanaes Pacheco Alves) e Rcido: Milton de Souza Costa (Adv. José Ricardo Pinto).

RR-7693/85.3 - TRT da 1ª Região. Relator: Sr. Ministro Ranor Barbosa e Revisor: Sr. Ministro Mendes Cavaleiro. Rcte: Banco Boavista S/A (Adv. Ursulino Santos Filho) e Rcido: José da Silva Gomes (Adv. Rubens Xavier dos Anjos Junior).

RR-7702/85.2 - TRT da 6ª Região. Relator: Sr. Ministro Mendes Cavaleiro e Revisor: Sr. Ministro Norberto Silveira de Souza. Rcte: Banco Brasileiro de Descontos S/A - BRADESCO (Adv. Aly Alves Cruz) e Rcido: Geraldo Ferreira da Silva (Adv. Ivanildo Ventura da Silva).

RR-7924/85.3 - TRT da 3ª Região. Relator: Sr. Ministro Ranor Barbosa e Revisor: Sr. Ministro Mendes Cavaleiro. Rcte: SIEMENS S/A (Adv. Paulo Antonio de Menezes) e Rcido: Aylton de Almeida Costa (Adv. José Roberto Freire Pimenta).

RR-7934/85.6 - TRT da 1ª Região. Relator: Sr. Ministro Mendes Cavaleiro e Revisor: Sr. Ministro Norberto Silveira de Souza. Rcte: Cia. Fábrica de Tecidos Dona Isabel (Adv. José Luiz Tavares) e Rcido: Paulo Roberto Conforte (Adv. Vera Maria Guimarães Alves).

RR-7942/85.5 - TRT da 1ª Região. Relator: Sr. Ministro Ranor Barbosa e Revisor: Sr. Ministro Mendes Cavaleiro. Rcte: Instituto Israelita Brasileiro de Cultura e Educação - Escola Israelita Brasileira Eliezer Steinberg (Adv. Henrique Czamarka) e Rcida: Eliza de Oliveira Torres (Adv. Manoel Martins Júnior).

RR-7948/85.9 - TRT da 1ª Região. Relator: Sr. Ministro Coqueijo Costa e Revisor: Sr. Juiz Francisco Fausto. Rcte: Banco Itaú S/A (Adv. Helio Carvalho Santana) e Rcido: Felipe Antonio Vassallo (Adv. José Torres das Neves).

RR-7963/85.9 - TRT da 4ª Região. Relator: Sr. Ministro Mendes Cavaleiro e Revisor: Sr. Ministro Norberto Silveira de Souza. Rctes: Eneid Gabriel Staher Rabelo e Companhia Geral de Indústrias (Adv. Laci Ughini e José A. C. Maciel) e Rcdos: Os Mesmos.

RR-8807/85.1 - TRT da 2ª Região. Relator: Sr. Ministro Ranor Barbosa e Revisor: Sr. Ministro Mendes Cavaleiro. Rcte: FEPASA - Ferrovia Paulista S/A (Adv. Sérgio Moura Campos) e Rcdos: Adriano Wilson Nicoletti e Outro (Adv. Ulisses Riedel de Resende).

RR-9850/85.2 - TRT da 2ª Região. Relator: Sr. Ministro Mendes Cavaleiro e Revisor: Sr. Ministro Norberto Silveira de Souza. Rcte: Banco Tobase (Adv. José Torres das Neves) e Rcido: Banco Mercantil de São Paulo S/A (Adv. Yara Marchi).

RR-10037/85.1 - TRT da 4a. Região. Relator: Sr. Ministro Mendes Cavaleiro e Revisor: Sr. Ministro Norberto Silveira de Souza. Rctes: Antenor Aldir Fianco, Cruzeiro do Sul S/A Serviços Aéreos e Varig S/A Viação Aérea Rio-Grandense (Adv. Alino da Costa Monteiro, Emílio R. Neto e Paulo Serra) e Rcdos: Os Mesmos.

RR-10132/85.9 - TRT da 2a. Região. Relator: Sr. Ministro Mendes Cavaleiro e Revisor: Sr. Ministro Norberto Silveira de Souza. Rcte: José Laureço da Mata Júnior (Adv. Wilson de Oliveira) e Rcida: Cetenco Engenharia S/A (Adv. Semi Anis Smaira).

RR-02/86.4 - TRT da 4a. Região. Relator: Sr. Ministro Ranor Barbosa e Revisor: Sr. Ministro Mendes Cavaleiro. Rcte: Alvarino Serpa de Menezes (Adv. Alino da Costa Monteiro) e Rcida: Empresa Construtora Ernesto Woebcke S/A (Adv. Luiz Antonio Schmitt de Azevedo).

RR-38/86.8 - TRT da 1a. Região. Relator: Sr. Ministro Ranor Barbosa e Revisor: Sr. Ministro Mendes Cavaleiro. Rctes: Eduardo Py Gomes da Silveira e Outros (Adv. José Torres das Neves) e Rcida: VARIG S/A Viação Aérea Rio-Grandense (Adv. Ursulino Santos Filho).

RR-920/86.2 - TRT da 6a. Região. Relator: Sr. Ministro Coqueijo Costa e Revisor: Sr. Juiz Francisco Fausto. Rcte: Engenho São Bento (Pessoa

de Mello Indústria e Comércio S/A) (Adv. Hugo Gueiros Bernardes e Harleine Gueiros B. Dias) e Rcd: Pedro da Silva Dias (Adv. Nativo Almeida do Nascimento).

RR-923/86.4 - TRT da 6a. Região. Relator: Sr. Ministro Mendes Cavaleiro e Revisor: Sr. Ministro Norberto Silveira de Souza. Rctes: Ivanisê Pimentel Gomes e Outros (Adv. Paulo Azevedo) e Rcd: Estado de Pernambuco (Adv. Romero Câmara Cavalcanti).

RR-1164/86.0 - TRT da 6a. Região. Relator: Sr. Ministro Mendes Cavaleiro e Revisor: Sr. Ministro Norberto Silveira de Souza. Rctes: Jorge Ferreira da Silva e Outro (Adv. Carlos Bezerra Calheiros) e Rcd: Industrial Porto Rico S/A (Adv. Osmar Alves Catharina).

RR-1184/86.6 - TRT da 4a. Região. Relator: Sr. Ministro Mendes Cavaleiro e Revisor: Sr. Ministro Norberto Silveira de Souza. Rcte: Moveis Cema Ltda (Adv. Evelyn Petersen) e Rcd: Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Bento Gonçalves (Adv. Alino da Costa Monteiro e Pedro Luiz Leão Velloso Ebert).

RR-1232/86.1 - TRT da 4a. Região. Relator: Sr. Ministro Mendes Cavaleiro e Revisor: Sr. Ministro Norberto Silveira de Souza. Rctes: José Carlos Machado e Outro (Adv. Roni dos Santos) e Rcd: SERTEP S/A Engenharia e Montagem (Adv. Cristine Kraemer Gehlen).

RR-2003/86.6 - TRT da 2a. Região. Relator: Sr. Ministro Norberto Silveira de Souza e Revisor: Sr. Ministro Coqueijo Costa. Rcte: Enter Data - Sistemas e Processamentos de Dados S/C Ltda (Adv. José Andreo Júnior) e Rcd: Eva de Jesus Francisco (Adv. Antonio Cardoso Gomes).

RR-2004/86.3 - TRT da 2a. Região. Relator: Sr. Ministro Mendes Cavaleiro e Revisor: Sr. Ministro Norberto Silveira de Souza. Rcte: Segundo Cartório de Notas e Ofício de Justiça (Adv. Willian Fiod) e Rcd: Odete Genuino Almeida.

RR-2034/86.2 - TRT da 6a. Região. Relator: Sr. Ministro Ranor Barbosa e Revisor: Sr. Ministro Mendes Cavaleiro. Rcte: Engenho São Bento Pessa de Mello Indústria e Comércio S/A (Adv. Antonio Carlos Marques de Souza) e Rcd: João Antonio de Andrade (Adv. Nativo Almeida do Nascimento).

RR-2190/86.7 - TRT da 10a. Região. Relator: Sr. Ministro Ranor Barbosa e Revisor: Sr. Ministro Mendes Cavaleiro. Rcte: Dalva Resende de Souza (Adv. Otonil Mesquita Carneiro) e Rcd: UNIBANCO - União de Bancos Brasileiros S/A (Adv. Paulo César Conti Jo).

RR-2325/86.2 - TRT da 5a. Região. Relator: Sr. Ministro Norberto Silveira de Souza e Revisor: Sr. Ministro Coqueijo Costa. Rcte: AGRIBAHIA S/A (Adv. Márcio Cesar Bartilotti) e Rcd: Wilson Souza Lessa (Adv. Rosalvo José da Silva Júnior).

RR-2741/86.0 - TRT da 1a. Região. Relator: Sr. Ministro Mendes Cavaleiro e Revisor: Sr. Ministro Norberto Silveira de Souza. Rcte: Santarém Hotel Ltda (Adv. Jozelmo de Oliveira Pires) e Rcd: Antonio Miranda Oliveira (Adv. Fernando Corrêa Lima).

RR-2839/86.0 - TRT da 2a. Região. Relator: Sr. Ministro Mendes Cavaleiro e Revisor: Sr. Ministro Norberto Silveira de Souza. Rcte: Getoflex Metzeler Indústria Comércio Ltda (Adv. Laércio A. Spagnuolo) e Rcd: Boanerges Lombardi (Adv. Cirilo Oliveira).

RR-3174/86.7 - TRT da 1a. Região. Relator: Sr. Ministro Ranor Barbosa e Revisor: Sr. Ministro Mendes Cavaleiro. Rcte: LIGHT - Serviços de Eletricidade S/A (Adv. Pedro Augusto Musa Julião) e Rcd: Edimar Perut Pereira e Outros (Adv. Elio Torres).

RR-3176/86.2 - TRT da 13a. Região. Relator: Sr. Ministro Norberto Silveira de Souza e Revisor: Sr. Ministro Coqueijo Costa. Rcte: Banco do Brasil S/A (Adv. José Neto da Silva) e Rcd: Mario Lima Rocha (Adv. Lauro da Escóssia Filho).

RR-3177/86.9 - TRT da 13a. Região. Relator: Sr. Ministro Mendes Cavaleiro e Revisor: Sr. Ministro Norberto Silveira de Souza. Rcte: BANORTE - Crédito Imobiliário S/A (Adv. Maria de Lourdes Souza Vieira Gomes) e Rcd: Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Campina Grande (Adv. Julio Severino de França).

RR-3656/86.1 - TRT da 1a. Região. Relator: Sr. Ministro Ranor Barbosa e Revisor: Sr. Ministro Mendes Cavaleiro. Rcte: Gaby's Indústria e Comércio de Roupas Ltda (Adv. Carlos Ernesto Moura Dreux) e Rcd: Nancy Pacheco Paulo (Adv. Nelson Lemos de Souza).

RR-3730/86.6 - TRT da 4a. Região. Relator: Sr. Ministro Ranor Barbosa e Revisor: Sr. Ministro Mendes Cavaleiro. Rcte: Nicolau Meireles (Adv. Armínio João Von Hohendorff) e Rcd: SADE - Sul Americana de Engenharia S/A (Adv. Cláudio Scandolaro).

RR-3862/86.5 - TRT da 6a. Região. Relator: Sr. Ministro Mendes Cavaleiro e Revisor: Sr. Ministro Norberto Silveira de Souza. Rcte: Purina do Nordeste S/A (Adv. Valdomiro A. Burigo) e Rcd: José Carlos da Silva Neto (Adv. João Virgílio Ramos André).

AI-4373/86.5 - TRT da 6a. Região. Relator: Sr. Ministro Mendes Cavaleiro. Rcte: Purina do Nordeste S/A (Adv. Valdomiro Albini Burigo) e Rcd: José Carlos da Silva Neto (Adv. João Virgílio Ramos André).

RR-4196/86.5 - TRT da 1a. Região. Relator: Sr. Ministro Ranor Barbosa e Revisor: Sr. Ministro Mendes Cavaleiro. Rcte: Antonio Gonçalves (Adv. Hugo Mósca) e Rcd: Rio Bic Comércio e Representação Ltda e Outra (Adv. Lúcio Cesar Moreno Martins).

RR-4244/86.0 - TRT da 3a. Região. Relator: Sr. Ministro Norberto Silveira de Souza e Revisor: Sr. Ministro Coqueijo Costa. Rcte: Salvador José Lopes de Lima (Adv. Itália Maria Viglioni) e Rcd: Flávio Fonseca Viana (Adv. João Evangelista do Amaral Castro).

RR-4258/86.2 - TRT da 1a. Região. Relator: Sr. Ministro Mendes Cavaleiro e Revisor: Sr. Ministro Norberto Silveira de Souza. Rcte: Adelmonte Distribuidora Química e Farmacêutica Ltda (Adv. Hugo Gonçalves Roma) e Rcd: Geraldo Gaudêncio Carpinteiro (Adv. Eugênio José dos Santos).

RR-4508/86.2 - TRT da 1a. Região. Relator: Sr. Ministro Mendes Cavaleiro e Revisor: Sr. Ministro Norberto Silveira de Souza. Rcte: Marina Barra Clube do Rio de Janeiro (Adv. Victor Russomano Júnior) e Rcd: Levi Marques Domingues e José Salgado Aguiar (Adv. Luiz Antonio Jean Tranjan).

RR-4565/86.9 - TRT da 2ª Região. Relator: Sr. Ministro Mendes Cavaleiro e Revisor: Sr. Ministro Norberto Silveira de Souza. Rcte: Vanderlei Viana (Adv. Ulisses Riedel de Resende) e Rcd: BERNARDINI S/A - Ind. e Com. (Adv. Irany Ferrari).

RR-4765/86.9 - TRT da 4ª Região. Relator: Sr. Ministro Ranor Barbosa e Revisor: Sr. Ministro Mendes Cavaleiro. Rctes: Antonio Marcorélio Linhares e Outro (Adv. Vera Lúcia Kolling) e Rcd: Empresa Brasileira de Engenharia S/A (Adv. George Achutti).

RR-4771/86.3 - TRT da 4ª Região. Relator: Sr. Ministro Coqueijo Costa e Revisor: Sr. Juiz Francisco Fausto. Rcte: SERTEP S/A - Engenharia e Montagem (Adv. Jeanete Gehlen de Leão) e Rcd: Luiz Carlos Domingues Bueno (Adv. Emilia Ruth Karasck).

RR-4776/86.0 - TRT da 1ª Região. Relator: Sr. Ministro Mendes Cavaleiro e Revisor: Sr. Ministro Norberto Silveira de Souza. Rcte: Buffet Mikonos Ltda (Adv. Antonio Carlos Ferreira) e Rcd: Antônio Augusto Ribeiro (Adv. Ricardo Alves da Cruz).

RR-4789/86.5 - TRT da 2ª Região. Relator: Sr. Ministro Ranor Barbosa e Revisor: Sr. Ministro Mendes Cavaleiro. Rcte: Cia. do Metropolitano de São Paulo - METRÔ (Adv. Jorge Penteadó Kujawski) e Rcd: Telmo Correa Garcez (Adv. Sidney Corrêa).

RR-4954/86.9 - TRT da 2ª Região. Relator: Sr. Ministro Ranor Barbosa e Revisor: Sr. Ministro Mendes Cavaleiro. Rcte: Banco de Crédito Real de Minas Gerais S/A (Adv. Hugo Gueiros Bernardes e Harleine Gueiros B. Dias) e Rcd: Valdezir Oliveira de Carvalho e CREDIREAL Serviços Gerais e Construções S/A (Adv. S. Riedel de Figueiredo e Carlos Comes da Mota Filho).

RR-5033/86.6 - TRT da 2ª Região. Relator: Sr. Ministro Coqueijo Costa e Revisor: Sr. Ministro Francisco Fausto. Rcte: Oscar Ferro (Adv. Roberto de Figueiredo Caldas) e Rcd: FEPASA - Ferrovia Paulista S/A (Adv. Ana Izabel Ferreira Bertoldi).

RR-5036/86.8 - TRT da 2ª Região. Relator: Sr. Ministro Mendes Cavaleiro e Revisor: Sr. Ministro Norberto Silveira de Souza. Rcte: Percival Fernandes (Adv. Riscalla Abdala Elias) e Rcd: Cia. Docas do Estado de São Paulo - CODESP (Adv. Mozart Victor Russomano).

RR-5257/86.2 - TRT da 1ª Região. Relator: Sr. Ministro Ranor Barbosa e Revisor: Sr. Ministro Mendes Cavaleiro. Rcte: Alcione Paschoal de Melo (Adv. Antonio da Costa Medina) e Rcd: MENTECH S/A (Adv. Francisco Isnard Lira de Araújo).

RR-5308/86.9 - TRT da 1ª Região. Relator: Sr. Ministro Ranor Barbosa e Revisor: Sr. Ministro Mendes Cavaleiro. Rcte: Cooperativa dos Funcionários do Banco do Brasil (Adv. Adilson de Paula Machado) e Rcd: Edmilson Caetano de Lima (Adv. Antonio Soares de Souza).

RR-5576/86.7 - TRT da 6ª Região. Relator: Sr. Ministro Mendes Cavaleiro e Revisor: Sr. Ministro Norberto Silveira de Souza. Rcte: Matilde de Oliveira (Adv. Paulo Azevedo) e Rcd: Estado de Pernambuco (Proc. Estadual Francisco Britaldo Bezerra Cavalcanti).

RR-5767/86.1 - TRT da 3ª Região. Relator: Sr. Ministro Mendes Cavaleiro e Revisor: Sr. Ministro Norberto Silveira de Souza. Rcte: Estado de Minas Gerais (Adv. Francisco Deiró Couto Borges) e Rcd: Maria Gomes de Andrade (Adv. Helton Brant Aleixo).

RR-5875/86.5 - TRT da 1ª Região. Relator: Sr. Ministro Ranor Barbosa e Revisor: Sr. Ministro Mendes Cavaleiro. Rcte: NUCLEBRÁS - Empresa Nucleares Brasileiras S/A (Adv. Marcelo Tadeu Domingues de Oliveira) e Rcd: Ricardo Nascimento (Adv. Wellington Basílio da Costa).

RR-6281/86.5 - TRT da 2ª Região. Relator: Sr. Ministro Ranor Barbosa e Revisor: Sr. Ministro Mendes Cavaleiro. Rcte: Panificadora e Doceria Jaguaribe Ltda (Adv. Théo Escobar Júnior) e Rcd: Sind. dos Emps. no Comércio Hoteleiro e Similares de São Paulo (Adv. Paulino de Freitas).

RR-6473/86.7 - TRT da 2a. Região. Relator: Sr. Ministro Ranor Barbosa e Revisor: Sr. Ministro Mendes Cavaleiro. Rcte: Companhia de Processamentos de Dados do Estado de São Paulo - PRODESP (Adv. Clóvis Pompeu Rossi) e Rcd: Gunther Piovesan Szimkowski (Adv. Tomás Carlos Alberto Di Mase).

RR-6949/86.7 - TRT da 6a. Região. Relator: Sr. Ministro Ranor Barbosa e Revisor: Sr. Ministro Mendes Cavaleiro. Rcte: João José Ferreira (Adv. Paulo Azevedo) e Rcd: Transportadora Santa Maria Ltda (Adv. Aureliano Quintas).

RR-7050/86.5 - TRT da 12a. Região. Relator: Sr. Ministro Norberto Silveira de Souza e Revisor: Sr. Ministro Coqueijo Costa. Rcte: Banco do Brasil S/A (Adv. Licélia Ribeiro) e Rcd: Evaldo Meneghel (Adv. José Torres das Neves).

AI-8026/86.4 - TRT da 12a. Região. Relator: Sr. Ministro Norberto Silveira de Souza. Rcte: Evaldo Meneghel (Adv. José Torres das Neves) e Rcd: Banco do Brasil S/A (Adv. Licélia Ribeiro).

RR-7055/86.1 - TRT da 2a. Região. Relator: Sr. Ministro Mendes Cavaleiro e Revisor: Sr. Ministro Norberto Silveira de Souza. Rcte: Tamayose Indústria e Comércio de Pesca Ltda (Adv. Wilson de Oliveira) e Rcd: Nelson de Camargo (Adv. Paulo Esposito Gomes).

- RR-7117/86.9 - TRT da 1a. Região. Relator: Sr. Ministro Mendes Cavaleiro e Revisor: Sr. Ministro Norberto Silveira de Souza. Rcte: Djacir Calvalcante Teixeira (Adv. Mário Antonio Raimundo) e Rcd: Banco do Brasil (Adv. Pedro Paulo Gouvêa de Magalhães).
- RR-7121/86.8 - TRT da 1a. Região. Relator: Sr. Ministro Ranor Barbosa e Revisor: Sr. Ministro Mendes Cavaleiro. Rcte: Luiz Barros (Adv. Hugo Mósca) e Rcd: Pisos Tubarão S/A (Adv. Anselmo Schotten).
- RR-7158/86.9 - TRT da 2a. Região. Relator: Sr. Ministro Norberto Silveira de Souza e Revisor: Sr. Ministro Coqueijo Costa. Rcte: Ulisses Jorge do Carmo (Adv. Roberto Maransaldi) e Rcd: Enterpa S/A Engenharia (Adv. Breno Tonon).
- RR-7160/86.3 - TRT da 2a. Região. Relator: Sr. Ministro Mendes Cavaleiro e Revisor: Sr. Ministro Norberto Silveira de Souza. Rctes: Carlos Roberto Milker e Souza e S/A Moinho Santista Indústrias Gerais (Adv. Antonio Lopes Noleto e Delialdo Barbosa) e Rcdos: Os Mesmos.
- AI-8101/86.6 - TRT da 10a. Região. Relator: Sr. Ministro Mendes Cavaleiro. Agte: Sebastião Gonzaga (Adv. Otonil Mesquita Carneiro) e Agdo: Banco Nacional S/A (Adv. Jorge Alberto Rocha de Menezes).
- RR-7173/86.8 - TRT da 10a. Região. Relator: Sr. Ministro Mendes Cavaleiro e Revisor: Sr. Ministro Norberto Silveira de Souza. Rcte: Banco Nacional S/A (Adv. Aluisio Xavier de Albuquerque) e Rcd: Sebastião Gonzaga (Adv. Otonil Mesquita Carneiro).
- RR-7228/86.4 - TRT da 2a. Região. Relator: Sr. Ministro Norberto Silveira de Souza e Revisor: Sr. Ministro Coqueijo Costa. Rcte: Antenor Oliveira de Matos (Adv. Nelson Camargo Pompeu) e Rcd: Brasiluz Revestimento em Construções Ltda (Adv. Carlos Gilberto Ciampaglia).
- RR-7248/86.1 - TRT da 2a. Região. Relator: Sr. Ministro Ranor Barbosa e Revisor: Sr. Ministro Mendes Cavaleiro. Rcte: Chausson Intercambiadores Térmicos Ltda (Adv. Walter Monacci) e Rcd: José Roberto Aragão (Adv. Alino da Costa Monteiro).
- RR-7275/86.8 - TRT da 7a. Região. Relator: Sr. Ministro Ranor Barbosa e Revisor: Sr. Ministro Mendes Cavaleiro. Rcte: Prefeitura Municipal de Acopiara (Adv. Francisco Edmilson Alves) e Rcd: Benta Ferreira Lima (Adv. Francisco Tadeu de Souza Bitu).
- RR-7380/86.0 - TRT da 7a. Região. Relator: Sr. Ministro Mendes Cavaleiro e Revisor: Sr. Ministro Norberto Silveira de Souza. Rcte: José Bonifácio de Queiroz (Adv. Antonio Gomes Pereira) e Rcd: Companhia de Eletricidade do Ceará - COELGE (Adv. João Estenio Campelo Bezerra).
- RR-7439/86.5 - TRT da 3a. Região. Relator: Sr. Ministro Ranor Barbosa e Revisor: Sr. Ministro Mendes Cavaleiro. Rcte: Auto Viação 1.001 S/A (Adv. Moacyr Dario Ribeiro Neto) e Rcd: Nathayl Olyntho de Freitas (Adv. Christóvam Moreira de Siqueira).
- RR-7482/86.0 - TRT da 2a. Região. Relator: Sr. Ministro Ranor Barbosa e Revisor: Sr. Ministro Mendes Cavaleiro. Rcte: Companhia Agrícola Luiz Zillo e Sobrinhos (Adv. Marcos Caetano Coneglian) e Rcd: Antonio Eustáquio dos Reis (Adv. Wilson José Boccardo Jr.).
- RR-7501/86.2 - TRT da 9a. Região. Relator: Sr. Ministro Norberto Silveira de Souza e Revisor: Coqueijo Costa. Rcte: Banco do Estado do Estado do Paraná S/A (Adv. Maria José S. Camacho) Rcd: Levi Wessling (Adv. José Tôrres das Neves).
- RR-7516/86.2 - TRT da 10a. Região. Relator: Sr. Ministro Mendes Cavaleiro e Revisor: Sr. Ministro Norberto Silveira de Souza. Rcte: Rita de Cássia Mendes da Silva Rosa (Adv. Otávio Brito Lopes) e Rcd: Banco de Desenvolvimento do Estado de Goiás S/A (Adv. Inocêncio Oliveira Cordeiro).
- RR-7573/86.9 - TRT da 1a. Região. Relator: Sr. Ministro Ranor Barbosa e Revisor: Sr. Ministro Mendes Cavaleiro. Rctes: Ronaldo Moreira Pinheiro e Banco Brasileiro de Descontos S/A - BRADESCO (Adv. Maria Anita de Andrade e Nelio Roberto dos Santos) e Rcdos: Os Mesmos.
- RR-7645/86.9 - TRT da 4a. Região. Relator: Sr. Ministro Mendes Cavaleiro e Revisor: Sr. Ministro Norberto Silveira de Souza. Rcte: M. Roscoe S/A - Engenharia, Indústria e Comércio (Adv. Cláudio Scandolara) e Rcd: Domingos Romano de Moraes (Adv. Nadir José Ascoli).
- RR-7766/86.8 - TRT da 4a. Região. Relator: Sr. Ministro Mendes Cavaleiro e Revisor: Sr. Ministro Norberto Silveira de Souza. Rcte: Banco do Brasil S/A (Adv. Eugênio Nicolau Stein) e Rcd: Plínio Caprara (Adv. José Tôrres das Neves).
- RR-7856/86.0 - TRT da 2a. Região. Relator: Sr. Ministro Norberto Silveira de Souza e Revisor: Sr. Ministro Coqueijo Costa. Rcte: Banco do Brasil S/A (Adv. Roberto Rodrigues de Carvalho) e Rcd: Ciro Grottoli (Adv. Antonio Lopes Noleto).
- AI-8842/86.2 - TRT da 2a. Região. Relator: Sr. Ministro Norberto Silveira de Souza. Agte: Ciro Grottoli (Adv. Rubens de Mendonça) e Agdo: Banco do Brasil S/A (Adv. Oswaldo Lotti).
- RR-7864/86.8 - TRT da 2a. Região. Relator: Sr. Ministro Mendes Cavaleiro e Revisor: Sr. Ministro Norberto Silveira de Souza. Rcte: Banco do Estado de São Paulo S/A - BANESPA (Adv. Hugo Gueiros Bernardes e Harleine Gueiros B. Dias) e Rcd: Espólio de Antonio Tonelli (Adv. José Tôrres das Neves).
- RR-7870/86.2 - TRT da 2a. Região. Relator: Sr. Ministro Mendes Cavaleiro e Revisor: Sr. Ministro Norberto Silveira de Souza. Rcte: Neusa Cardoso da Silva (Adv. Maria Madalena de Oliveira) e Rcd: Empório Traipú Ltda (Adv. Luiz Roberto da Silva).
- RR-119/87.1 - TRT da 3a. Região. Relator: Sr. Ministro Ranor Barbosa e Revisor: Sr. Ministro Mendes Cavaleiro. Rcte: Círculo do Livro S/A (Adv. Paulo Antonio de Menezes) e Rcd: Ivete Gonçalves Silva (Adv. Elci Moreira de Abreu).
- RR-341/87.2 - TRT da 2a. Região. Relator: Sr. Ministro Mendes Cavaleiro e Revisor: Sr. Ministro Norberto Silveira de Souza. Rcte: Banco Brasileiro de Descontos S/A - BRADESCO (Adv. José Paulo Duarte de Azevedo) e Rcd: José da Luz (Adv. José Torres das Neves).
- RR-739/87.8 - TRT da 1a. Região. Relator: Sr. Ministro Mendes Cavaleiro e Revisor: Sr. Ministro Norberto Silveira de Souza. Rcte: Sind. dos Condutores de Veículos Rodoviários e Trabalhadores em Transportes Urbanos de Passageiros no Município do Rio de Janeiro (Adv. Sid H. Riedel de Figueiredo) e Rcd: Viação Santa Sofia Ltda (Adv. Jorge Couto de Carvalho).
- RR-841/87.8 - TRT da 4a. Região. Relator: Sr. Ministro Mendes Cavaleiro e Revisor: Sr. Ministro Norberto Silveira de Souza. Rcte: Antonio Francisco Mendes (Adv. Nelson J.M. Ribas) e Rcd: Eliziário S/A - Carrocerias e Ônibus (Adv. Argemiro Amorim).
- RR-843/87.3 - TRT da 4a. Região. Relator: Sr. Ministro Norberto Silveira de Souza e Revisor: Sr. Ministro Coqueijo Costa. Rcte: Sul Brasileiro Crédito Imobiliário S/A (Adv. Maria Sonia Kappaun Serapião) e Rcd: Pedro Sinésio Franz (Adv. José Torres das Neves).
- AI-946/87.7 - TRT da 4a. Região. Relator: Sr. Ministro Norberto Silveira de Souza. Agte: Pedro Sinésio Franz (Adv. José Torres das Neves) e Agdo: Sul Brasileiro Crédito Imobiliário S/A (Adv. Janney Camargo Bina).
- RR-953/87.1 - TRT da 2a. Região. Relator: Sr. Ministro Ranor Barbosa e Revisor: Sr. Ministro Mendes Cavaleiro. Rcte: Pirelli S/A - Cia. Industrial Brasileira (Adv. Enio Rodrigues de Lima) e Rcd: Sind. dos Empregados no Comércio Hoteleiro e Similares de São Paulo (Adv. Paulino de Freitas).
- RR-1003/87.6 - TRT da 4a. Região. Relator: Sr. Ministro Mendes Cavaleiro e Revisor: Sr. Ministro Norberto Silveira de Souza. Rcte: Azevedo Moura Gertum S/A - Engenharia, Arquitetura e Construções (Adv. Olavo Wilimar Wentz) e Rcd: Joaquim Antonio de Campos (Adv. Darcy Mezzomo).
- RR-1099/87.9 - TRT da 3a. Região. Relator: Sr. Ministro Mendes Cavaleiro e Revisor: Sr. Ministro Norberto Silveira de Souza. Rcte: João Batista dos Reis (Adv. Pedro Luiz Leão Velloso Ebert) e Rcd: Celulose Nipo-Brasileira S/A - Genibra (Adv. Galba José dos Santos).
- RR-1113/87.4 - TRT da 2a. Região. Relator: Sr. Ministro Mendes Cavaleiro e Revisor: Sr. Ministro Norberto Silveira de Souza. Rcte: Spirax Sarco S/A (Adv. Wladimir Lisso) e Rcd: Ruy de Carvalho (Adv. Norton Villas Boas).
- RR-1122/87.0 - TRT da 2a. Região. Relator: Sr. Ministro Ranor Barbosa e Revisor: Sr. Ministro Mendes Cavaleiro. Rcte: Amortex S/A Indústria e Comércio de Amortecedores e Congêneres (Adv. Mauro Malatesta Neto) e Rcd: Lourivaldo José Alves (Adv. Vera Torres Helzel).
- RR-1127/87.7 - TRT da 2a. Região. Relator: Sr. Ministro Norberto Silveira de Souza e Revisor: Sr. Ministro Coqueijo Costa. Rcte: Universidade de São Paulo - USP (Adv. Luiz Sérgio de Souza Rizzi) e Rcd: Teresinha Maria Santos da Silva (Adv. Gilberto Sant'Anna).
- RR-1130/87.9 - TRT da 2a. Região. Relator: Sr. Ministro Mendes Cavaleiro e Revisor: Sr. Ministro Norberto Silveira de Souza. Rcte: Indústrias de Papel Simão S/A (Adv. Marisa Aguiar de Santana) e Rcd: Regina Célia Diniz (Adv. Joaquim Henrique da Cunha).
- RR-1131/87.6 - TRT da 2a. Região. Relator: Sr. Ministro Ranor Barbosa e Revisor: Sr. Ministro Mendes Cavaleiro. Rcte: Prefeitura Municipal de Campinas (Adv. Francisco Amaral G. de Carvalho) e Rcd: Maria de Fátima Fonseca (Adv. José Carlos da Silva Arouca).
- RR-1022/87.3 - TRT da 4a. Região. Relator: Sr. Ministro Mendes Cavaleiro. Agte: UNIBANCO - União de Bancos Brasileiros S/A (Adv. Paulo Roberto C. de Carvalho) e Agda: Giovanda Serena Teixeira (Adv. Ricardo Gressler).
- RR-1182/87.9 - TRT da 4a. Região. Relator: Sr. Ministro Mendes Cavaleiro e Revisor: Sr. Ministro Norberto Silveira de Souza. Rcte: Giovanda Serena Teixeira (Adv. José Tôrres das Neves) e Rcd: UNIBANCO - União de Bancos Brasileiros S/A (Adv. Paulo Roberto C. de Carvalho).
- RR-1236/87.8 - TRT da 2a. Região. Relator: Sr. Ministro Mendes Cavaleiro e Revisor: Sr. Ministro Norberto Silveira de Souza. Rcte: Prefeitura Municipal de São Paulo (Adv. João Brito Filho) e Rcd: Maria Cardoso de Mattos (Adv. Raul Schwinden).
- RR-1249/87.3 - TRT da 9a. Região. Relator: Sr. Ministro Mendes Cavaleiro e Revisor: Sr. Ministro Norberto Silveira de Souza. Rcte: Maria Roman Martinuk (Adv. Adão Macedo) e Rcd: Município de Ivaí (Adv. Aureo Stupp).
- RR-1312/87.7 - TRT da 4a. Região. Relator: Sr. Ministro Mendes Cavaleiro e Revisor: Sr. Ministro Norberto Silveira de Souza. Rcte: Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre (Adv. Maria Cristina C. Cestari) e Rcd: Sybila Segetto (Adv. José Carlos Pires).
- RR-1442/87.2 - TRT da 11a. Região. Relator: Sr. Ministro Ranor Barbosa e Revisor: Sr. Ministro Mendes Cavaleiro. Rcte: Transportadora Dois Pinguins Ltda. (Adv. José Paiva de Souza Filho) e Rcd: Cosme Rosas Lyra (Adv. Francisco Gurgel).
- RR-1452/87.5 - TRT da 4a. Região. Relator: Sr. Ministro Norberto Silveira de Souza e Revisor: Sr. Ministro Coqueijo Costa. Rcte: Sandra Re

gina Pereira de Almeida (Adv. José Tôres das Neves) e Rcdô: Banco Mercantil de São Paulo S/A (Adv. Heitor da Gama Ahrends).

AI-1547/87.1 - TRT da 4a. Região. Relator: Sr. Ministro Norberto Silveira de Souza. Agte: Banco Mercantil de São Paulo S/A (Adv. Heitor da Gama Ahrends) e Agda: Sandra Regina Pereira de Almeida (Adv. Ricardo Gressler).

RR-1453/87.2 - TRT da 4a. Região. Relator: Sr. Ministro Mendes Cavaleiro e Revisor: Sr. Ministro Norberto Silveira de Souza. Rctes: Mozart Vieira Nunes e Outros (Adv. Alino da Costa Monteiro) e Rcdô: Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRÁS (Adv. Cláudio Penna Fernandes e Ruy Caldas Pereira).

AI-1548/87.9 - TRT da 4a. Região. Relator: Sr. Ministro Mendes Cavaleiro. Agte: Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRÁS (Adv. Renato Saldanha Ramos) e Agdos: Mozart Vieira Nunes e Outros (Adv. Deoclécio Leopoldo de Oliveira).

RR-1517/87.4 - TRT da 8a. Região. Relator: Sr. Ministro Mendes Cavaleiro e Revisor: Sr. Ministro Norberto Silveira de Souza. Rcte: Olivetti do Brasil S/A (Adv. Antonio Vaz de Castro) e Rcdô: Paulo Fernando Carnevali de Araújo (Adv. Deusdedith Freire Brasil).

RR-1525/87.3 - TRT da 8a. Região. Relator: Sr. Ministro Ranor Barbosa e Revisor: Sr. Ministro Mendes Cavaleiro. Rcte: Nazaré Cunha de Azevedo (Adv. Paula Frassinetti Silva) e Rcdô: Comercial Formosa Ltda (Adv. Benedito Marques da Rocha).

RR-1908/87.9 - TRT da 8a. Região. Relator: Sr. Ministro Norberto Silveira de Souza e Revisor: Sr. Ministro Coqueijo Costa. Rcte: Departamento de Estradas de Rodagem DER/PA (Adv. Joaquim Eugênio Mac-Culloch) e Rcdô: José Souza da Silva.

Os processos constantes desta Pauta que não forem julgados na Sessão a que se referem ficam automaticamente adiados para as próximas Ordinárias (terças-feiras, a partir das três horas e trinta minutos) ou Extraordinárias (quinta-feiras, a partir das nove horas), independentemente de nova publicação, se ultrapassarem de vinte os feitos remanescentes (Lei Orgânica da Magistratura Nacional, art. 38).

Brasília, 01 de setembro de 1987

MAIO DE A. M. PIMENTEL JUNIOR
Secretário da 3ª Turma

Tribunal Regional do Trabalho

10ª Região

Presidência

PORTARIA Nº 116, DE 26 DE AGOSTO DE 1987

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO, usando das atribuições que lhe confere a Lei, RESOLVE:

I - Tornar sem efeito a Portaria nº 31/85/SGP/TRT, de 04 de março de 1985, a partir de 17 de julho de 1987.

II - Convocar o Dr. JOÃO GONÇALVES DE PINHO, Juiz do Trabalho Substituto, para funcionar no processo nº 669/84 da Eg. 6ª Junta de Conciliação e Julgamento de Brasília-DF., em virtude de suspeição declarada do Dr. BRAZ HENRIQUES DE OLIVEIRA.

OSWALDO FLORENCIO NEME

PORTARIA Nº 119, DE 01 DE SETEMBRO DE 1987

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO, usando das atribuições que lhe confere a Lei, RESOLVE:

Tornar sem efeito a Portaria nº 70/87/SGP/TRT, de 15 de maio de 1987, a partir de 1º de setembro de 1987.

OSWALDO FLORENCIO NEME

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº118/87/SGP/TRT, de 31 de agosto de 1987, publicado no D.J. de 02 de setembro de 1987, página 17985, onde se lê:.....às quartas-feiras, às 10:00 (dez) horas, leia-se:.....às quartas-feiras, às 17:00 (dezesete) horas.

TRT-RO-0243/87

Recorrente: BANCO BAMERINDUS DO BRASIL S/A
(Adv. Dr. Paulo Cesar Gontijo e Outros)
Recorrido: ANTÔNIO HERMOSO MARTINS
(Adv. Dr. Antonio Osvaldo Pascutti)

Vistos, etc .

O valor das custas fixado na primeira instância permanece inalterado, desde que, no curso do processo, não ocorra majoração do valor da condenação.

In casu, permanece a imutabilidade do valor estabelecido na sentença, considerando-se que o v. acórdão, mesmo dando provimento ao recurso, não alterou aquele valor meramente estimativo que foi arbi-

trado à condenação.

Não havendo em se falar, portanto, em recolhimento complementar de custas processuais.

Publique-se.

Após, conclusos.

Brasília, 31 de agosto de 1987.

OSWALDO FLORENCIO NEME
Presidente

Secretaria do Tribunal Pleno

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA

Nº 05/87 - (86)

O Secretário do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, FLAUBERT BARBOSA DOS SANTOS JÚNIOR, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CERTIFICA, para os devidos fins de direito que, o Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, em Sessão Plenária Extraordinária, realizada no dia 1º de setembro de 1987, presentes os Exmos. Srs. Juizes: OSWALDO NEME (PRESIDENTE), HELOÍSA MARQUES (VICE-PRESIDENTE), HERÁCIDO PENA JÚNIOR, BERTHOLDO SATYRO, LIBÂNIO CARDOSO, FERNANDO A. V. DAMASCENO, RENATO DE PAIVA, JOÃO ROSA, FRANCISCO LEOCÁDIO, ALCEU PORTOCARRERO e FRANKLIN DE OLIVEIRA (em substituição ao Juiz WILTON HONORATO RODRIGUES em gozo de férias),

RESOLVEU, à unanimidade, de votos baixar a seguinte RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA (tomando o nº 05/87 - 86):

" Homologar os resultados obtidos e a classificação final dos inscritos no II Concurso ao Cargo de Juiz do Trabalho Substituto da Décima Região, na seguinte ordem e respectiva nota final:

1º - PAULO CÉSAR GONTIJO	Média - 7,73
2º - DORA MARIA DA COSTA	Média - 7,06
3º - JOÃO AMILCAR SILVA E SOUZA PAVAN	Média - 6,59
4º - FRANCISCO VICENTE DE AZEVEDO NETO	Média - 6,46
5º - JOSÉ GONÇALVES FERNANDES	Média - 6,06
6º - MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO	Média - 5,99
7º - MARCOS ROBERTO PEREIRA	Média - 5,93
8º - PAULO EMÍDIO MUNIZ	Média - 5,66
9º - CARMEN DOLORES C. M. RUSSOMANO	Média - 5,46
10º - JOÃO EGMONT LEONCIO LOPES	Média - 5,46

Dou fé.

SALA DE SESSÕES, 1º de setembro de 1987.

FLAUBERT BARBOSA DOS SANTOS JÚNIOR

ACÓRDÃOS

TRT - DC

DISSÍDIO COLETIVO

DC-061/86 - (Ac. T.P. 865/87). RELATOR: JUIZ RENATO DE PAIVA. REVISOR: JUIZ JOÃO ROSA. ORIGEM: BRASÍLIA/DF. SUSCITANTE: SINDICATO DOS ODONTÓLOGISTAS DO DISTRITO FEDERAL. ADVOGADOS: Drs. Ulisses Borges de Resende e outros. SUSCITADO: FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL. ADVOGADOS: Drs. Carlos Odorico Vieira Martins e outros.

EMENTA: INSTAURAÇÃO DE DISSÍDIO COLETIVO. INEXISTÊNCIA DA PROVA DA APROVAÇÃO PELA ASSEMBLÉIA DOS ASSOCIADOS E NÃO SUPRIMENTO DA OMISSÃO NO PRAZO CONCEDIDO. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO. Deve ser extinto sem julgamento do mérito, o dissídio coletivo no qual o suscitante não demonstra com a inicial, que a instauração fora aprovada pela assembléia dos associados, nem supre a omissão no prazo concedido com essa finalidade.

DECISÃO: Acordam os Juizes do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, por maioria julgar extinto o processo sem julgamento de mérito, nos termos do voto do Juiz RELATOR. Vencido parcialmente, na fundamentação, o Juiz REVISOR que votou pelo não conhecimento do Dissídio. Vencidos "in totum" os Juizes HELOÍSA MARQUES e ALCEU PORTOCARRERO. Requereu juntada de voto vencido o Juiz ALCEU PORTOCARRERO, deferido. Teresa Regina de Ávila e Silva Assist. Chefe do Setor de Acórdãos

Segunda Turma

ATA DA VIGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA SEGUNDA TURMA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO

Aos vinte e cinco dias do mes de agosto de mil novecentos e oitenta e sete, às 8:30 horas, teve início a 27ª Sessão Ordinária da Se